

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ
Maurilio Gomes de Magalhães

**ANÁLISE DO PROGRAMA DE ESTÁGIOS DA
FACESM: ESTUDO DE CASO NA MICRORREGIÃO
DE ITAJUBÁ MG**

Taubaté – SP
2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ
Maurilio Gomes de Magalhães

**ANÁLISE DO PROGRAMA DE ESTÁGIOS DA
FACESM: ESTUDO DE CASO NA MICRORREGIÃO
DE ITAJUBÁ MG**

Dissertação apresentada para obtenção do Título de Mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional do Programa de Pós-Graduação em Administração do Departamento de Economia, Contabilidade e Administração da Universidade de Taubaté.

Área de Concentração: Planejamento e Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Máximo Pimenta

Co-Orientador: Prof. Dr. Nelson Wellausen Dias.

Taubaté – SP
2009

MAURILIO GOMES DE MAGALHÃES
ANÁLISE DO PROGRAMA DE ESTÁGIOS DA FACESM: ESTUDO DE CASO NA
MICRORREGIÃO DE ITAJUBÁ MG

Dissertação apresentada para obtenção do Certificado de Título de Mestre pelo curso Gestão e Desenvolvimento Regional do Departamento de Economia, Contabilidade e Administração da Universidade de Taubaté.
Área de Concentração: Planejamento e Desenvolvimento Regional.

Data: _____

Resultado: _____

SUBSTITUIR PELA ASSINADA

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Carlos Alberto Máximo Pimenta _____

Universidade de Taubaté - UNITAU

Prof. Dr. Nelson Wellausen Dias _____

Universidade de Taubaté - UNITAU

Prof^a. Dr^a. Mônica Franchi Carniello _____

Universidade de Taubaté - UNITAU

Prof. Dr. Elzo Alves Aranha _____

Universidade Federal de Itajubá - UNIFEI

Dedico este trabalho à minha esposa Maria Do Carmo pelo apoio, dedicação e incentivo nestes dois anos, ao meu filho Leonardo Magalhães, pela compreensão nas ausências em Volta Redonda.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro plano, agradeço a DEUS e Nossa Senhora por permitir-me chegar neste momento do curso de mestrado e também a oportunidade de agregar valores e amizades de forma tão grandiosa.

Ao Prof. Dr. Carlos Alberto Máximo Pimenta por sua dedicação, paciência e sabedoria na orientação do meu trabalho e artigos. Pela empatia e simplicidade demonstrada ao longo do processo da dissertação.

Ao Prof. Dr. Nelson Wellausen Dias por permitir que minha pesquisa fosse contemplada neste mestrado bem como sua orientação ao longo do curso.

A Prof^a. Dr^a. Mônica Franchi Carniello por me transferir conhecimentos diferenciados sobre culturas das cidades, pela orientação nas bancas, na confecção e publicação de artigo.

A todos os professores do curso de Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional – turma 09 pelas críticas e sugestões, em especial os membros da banca, tanto nos seminários como na qualificação.

Aos meus colegas da turma nove, pela amizade construída ao longo do curso, em especial ao Sileno Gil, amigo de todo momento e Aline Valadão, pela amizade e companhia nas viagens e nas discussões do trabalho.

A secretária Marli, pela habilidade profissional e seu sorriso cativante.

Ao manobrista Santista (flanelinha) pela gentileza de sempre nos arrumar uma vaga no estacionamento e quando dizia: “chegaram os mineiros”.

A Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Sul de Minas – FACESM em Itajubá-MG, por permitir minha pesquisa, contribuindo com informações e dados importantes para a dissertação. Ao Prof. Guilherme Garnett pela bolsa tão valiosa ao longo do mestrado.

Nossa “Obra de vida” é formada por fascículos, umas com mais, outras com menos, mas todas são importantes. Portanto, na medida em que acrescentamos um evento significativo criamos uma nova parte. Esta dissertação de Mestrado torna-se um fascículo importantíssimo na minha “Obra de Vida”.

Maurílio G. Magalhães

MAGALHÃES, MAURILIO GOMES DE. **ANÁLISE DO PROGRAMA DE ESTÁGIOS DA FACESM: ESTUDO DE CASO NA MICRORREGIÃO DE ITAJUBÁ MG.** 128 fls.
Dissertação (Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional) – Departamento de Economia, Contabilidade, Administração, Universidade de Taubaté, Taubaté.

RESUMO

Esta dissertação versa sobre a inserção do jovem no mercado de trabalho, enfocando o programa de estágio da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Sul de Minas localizada na Microrregião de Itajubá. O esforço se justifica, tendo em vista as crescentes baixas de crescimento econômico com aumento de desemprego no país e o pouco acúmulo de informação sobre esse movimento que trata de jovens, quanto mais na Microrregião em destaque. Esta dissertação estudou o Programa de Estágios da FACESM, com finalidade de avaliar a pertinência de suas ações com a realidade sócio-econômica da microrregião. De modo específico, estudou-se o impacto na geração de oportunidades aos jovens no mercado de trabalho regional e compreender a intencionalidade da política de estágio instituída na FACESM. A pesquisa exploratória documental abrange o período de 1998 a 2007, desde o momento de implantação do “Programa de estágios” da FACESM até o último Relatório da OIT, em face da otimização do projeto que visa a inserção do jovem no mercado de trabalho. Têm-se como fontes de dados coletados os indicadores sócio-econômicos da microrregião de Itajubá MG com seus impactos econômicos, postos de trabalho e remuneração média dos estagiários.

Palavras-chave: Juventude e Empregabilidade. Políticas Públicas de Estágio. Programa de Estágios da FACESM.

MAGALHÃES, MAURILIO GOMES DE. **ANALYSIS OF THE PROGRAM OF TRAINEESHIPS FACESM: CASE STUDY IN ITAJUBÁ - MG MICROREGION.** 128 fls.
Dissertation (Master in Management and Regional Development) - Department of Economics, Accounting, Administration, University of Taubaté, Taubaté. S.P. BRAZIL

ABSTRACT

This dissertation is about the integration of the young in the work market, focusing the program of period of training of the College of Applied Social Sciences of the South of Mines located in the Microregion of Itajubá. The effort is justified, in view of growing low economic growth with increase of unemployment in the country and the little accumulation of information on this movement that deals with young people, the more in the Microregion in prominence. This dissertation studied the Program of training of FACESM, with purpose to evaluate the relevancy of its actions with the partner-economic reality of the microregion. In particular, studying the impact on the generation of opportunities for youth in the regional labor market and understand the intent of the training set in FACESM. The documentary exploratory research encloses the period of 1998 the 2007, from the moment of implantation of the "Program of training" of FACESM until the last Report of the OIT, in faces of the optimization of the project to the insertion of the young in the work market. There are sources of data collected as indicators of socio-economics microregion of Itajubá MG with its economic impacts, ranks of work and average remuneration of the trainees.

Keyword: Youth and Employability. Public politics of training. Program of training of FACESM.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Realização de estágio dos jovens de 15 a 29 anos RMBH - out-dez/2000_____	43
Tabela 2 – Informações selecionadas - Minas Gerais e Brasil (posição: setembro/2007)_____	67
Tabela 3 - População Residente, por situação de domicílio, segundo regiões de planejamento Minas Gerais – 1980/1991/2000_____	69
Tabela 4 – População Residente, por situação de domicílio, segundo região de planejamento do Sul de Minas Gerais e suas Microrregiões do Sul de Minas 1980/1991/2000_____	72
Tabela 5 – ÁREA, Densidade Demográfica e Grau de Urbanização das Microrregiões Geográficas do Sul de Minas Gerais - 1980/1991/2000_____	73
Tabela 6 – Setores da Economia de Itajubá que contratam Estagiários da FACESM (1998-2007)_____	103
Tabela 7 – Contratos de estagiários por empresas do Programa de Estágios da FACESM em 2006 e 2007_____	112

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Regiões de Planejamento - Minas Gerais - 2000	68
Figura 2 – Microrregiões Geográficas e Regiões de Planejamento – Minas Gerais – 2000	71
Figura 3 – Microrregião de Itajubá – Sul de Minas Gerais	72
Figura 4 – Densidade Demográfica das Microrregiões Geográficas – Minas Gerais – 2000	76
Figura 5 – MAHLE Componentes de Motores do Brasil Ltda. Unidade anéis em Itajubá MG	80
Figura 6 – AFL-Alcoa EES em Itajubá MG	81
Figura 7 – IMBEL – Fábrica de armas portáteis em Itajubá MG	83
Figura 8 – AREVA T&D BRASIL em Itajubá-MG	84
Figura 9 – HELIBRAS an Eurocopter Company em Itajubá-MG	85
Figura 10 – FANIA – Fábrica Nacional de Instrumentos Automotivos Ltda Itajubá-MG	87
Figura 11 – DELPHI Automotive Sytems – Paraisópolis - MG	88
Figura 12 – Algumas das Organizações Financeiras Conveniadas com o Programa de Estágios	90
Figura 13 – Centro de Integração Empresa-Escola – CIEE-MINAS-BH Instituição Conveniada com o Programa de Estágios da FACESM.	91
Figura 14 – Campus da FACESM em Itajubá (Abril de 2008)	94
Figura 15 – Prêmio FIEMG/IEL 2008	99
Figura 16 – Evolução do Programa de Estágios da FACESM (1998-2007)	103
Figura 17 – Volume Financeiro anual das Bolsas dos Estagiários (R\$)	108
Figura 18 – Média anual das bolsas dos estágios (R\$)	109
Figura 19 – Média das idades dos estagiários no período 1998-2007	112
Figura 20 – Gráfico indicativo de empresas contratantes de graduandos do Programa de Estágio da FACESM em 2006 e 2007	114

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
1.1 PROBLEMA.....	13
1.2 OBJETIVOS.....	14
1.2.1 Objetivo geral.....	14
1.2.2 Objetivos específicos.....	14
1.3 RELEVÂNCIA DO ESTUDO.....	15
1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO.....	16
2 REVISÃO DA LITERATURA.....	18
2.1 DESENVOLVIMENTO.....	18
2.2 Destralho, Empregabilidade e Mercado de Trabalho.....	22
2.2.1 Estratégias de desenvolvimento e emprego.....	24
2.2.2 Geração de políticas de emprego.....	28
2.2.3 Estágio empresarial.....	33
2.2.4 Inserção dos jovens no mercado de trabalho: esforço de compreensão da situação dos jovens na RMBH.....	38
2.2.4.1 Formação profissional e trajetória no sistema de ensino.....	39
2.2.5 Estágio e experiência de trabalho.....	43
2.2.5.1 Alocação dos Jovens no Sistema Produtivo.....	45
2.2.6 O Jovem de Minas Gerais e seu primeiro Trabalho.....	48
2.2.6.1 Taxas de atividade dos jovens e a empregabilidade em minas gerais.....	53
2.2.6.2 Taxas de Desemprego dos jovens de Minas Gerais.....	56
3 MÉTODO.....	58
3.1 TIPO DE PESQUISA.....	59
3.2 UNIDADE DE ANÁLISE.....	61
3.3 COLETA DOS DADOS.....	62
3.4 DOCUMENTAÇÃO.....	63
3.5 PROCEDIMENTO DE ANÁLISE.....	63
4. PERFIL DEMOGRÁFICO DA MICRORREGIÃO DE ITAJUBÁ – MG.....	65
4.1 MINAS GERAIS NO CONTEXTO NACIONAL.....	66
4.2 PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO DA MICRORREGIÃO DE ITAJUBÁ.....	74
– Centro de Integração Empresa Escola – CIEE.....	88
4.3 FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS DO SUL DE MINAS E FORMAÇÃO SUPERIOR.....	90
4.4 PROGRAMA DE ESTÁGIOS DA FACESM.....	95
5. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	99
5.1 A INSERÇÃO DOS GRADUANDOS.....	100
5.2 ESPECIFICIDADES DAS PRINCIPAIS EMPRESAS CONTRATANTES.....	102
5.3 DEMANDAS DAS ORGANIZAÇÕES.....	105
5.4 IMPLICAÇÕES PRÁTICAS DA LEI DO ESTÁGIO.....	108
5.5 OS ESTAGIÁRIOS E O PROGRAMA DE ESTÁGIOS.....	109
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	115
REFERÊNCIAS.....	119

1. INTRODUÇÃO

Atualmente, com a tendência de abertura econômica e a reestruturação da produção, há uma exigência de um maior nível de escolaridade média, entre outros fatores¹, que modificam as formas de inserção ao mercado de trabalho. Essas alterações implicam na lógica em que as organizações contratam, uma vez que esse movimento leva a contratação de menos profissionais a fim de produzir a mesma quantidade de bens e serviços, de maneira a solicitar trabalhadores melhor preparados e, com isso, aumentar a competitividade dos produtos.

Essa realidade também se expande à microrregião de Itajubá, cidade localizada ao Sul do estado de Minas Gerais², cuja exigência, especialmente aos jovens que procuram seu primeiro emprego, estabelece a qualificação como condição fundamental.

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT, 1999, p. 2), além dos problemas de ordem econômica oriundos do desemprego entre os jovens, as conseqüências sociais são preocupantes. Talvez o mais sério dessa constatação seja a ausência de frentes de trabalho, em nível de primeiro emprego, cujo resultado principal reflita no acréscimo da violência, prostituição, consumo de drogas e álcool ao redor do mundo³.

O primeiro emprego ao jovem passa a ser uma ação de políticas sociais de inserção ao mundo do trabalho. Nesse sentido, a Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Sul de Minas, com sede em Itajubá, Sul de Minas Gerais, ganha

¹ Comenta-se de competências, habilidades e inteligências múltiplas. Porém, deixa-se de abordar essas questões, uma vez que não são objetos de interesse dessa análise.

² Cabe lembrar que no quarto capítulo serão apresentados os dados sócio-econômicos dessa microrregião.

³ Não existem números seguros sobre os indicadores da violência juvenil na microrregião de Itajubá. Contudo, com base em mapas da violência (WAISELFISZ, 2007), pode-se, apesar de não ser preocupação dessa pesquisa, informar que segue-se tais dados.

legitimidade, enquanto instituição educacional e formadora, para criar instrumentos de “colocação” do jovem inscrito dentro do sistema produtivo. Portanto, objeto de estudo, o estágio profissional passa a ser um desses instrumentos.

Implicou, num primeiro momento, na formulação do seguinte questionamento: como o graduando da FACESM se insere em uma sociedade caracterizada pelo “destrabalho”⁴? Essa questão prática se transformou em questão científica, num segundo momento, quando se começa a refletir sobre o Programa de Estágios da FACESM. A pergunta que norteava tal questionamento era: o programa de estágio da FACESM é capaz de promover, dentro da realidade regional, a inserção dos jovens graduandos dentro das atuais exigências do mercado?

Registra-se que o Programa de estágios da FACESM foi implantado no início de 1998 e tem como papel central buscar as oportunidades de trabalho para seus jovens graduandos numa microrregião de pequenas cidades, que não oferece muitas opções.

Avaliar a eficiência, ou não, da FACESM, na tarefa de inserção desses alunos na microrregião de Itajubá, por intermédio de um programa de estágios, passa a ser preocupação investigativa.

Para o Artigo 1º, da **Lei nº 11.788/2008**, em seu capítulo “I”, expedida pelo Ministério do Trabalho,

o estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação, para o trabalho produtivo, de educandos que estejam freqüentando o ensino regular, em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

Acrescenta-se que, no parágrafo 2º, da citada Lei,

⁴ Este conceito será desenvolvido no capítulo II da revisão de literatura.

O estágio visa o aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

Esses enunciados dão a diretriz da pesquisa, cuja pretensão é a de estudar, por meio de análise documental, o programa de estágios para os jovens graduandos da FACESM como um facilitador na inserção no mercado de trabalho.

1.1 PROBLEMA

Na análise do Programa de Estágio da FACESM, dentro da área identificada como microrregião nº 56 do estado de Minas Gerais⁵, procura-se avaliar seu funcionamento efetivo. Vale ressaltar que o estágio envolve a inserção de graduandos dos cursos de Administração, Ciências Econômicas e Ciências Contábeis no mercado produtivo de bens e serviços.

O Departamento de Estágios, compreendido no Programa de Estágio da FACESM, é iniciativa dessa instituição de ensino superior que visa criar oportunidades de inserção dos alunos no mercado de trabalho. Tais ações são regidas por Leis Federais de estágios e garante às instituições de ensino, às empresas participantes e, principalmente, aos estagiários direitos e deveres ao longo do período contratado.

Esta dissertação parte do pressuposto de que a microrregião de Itajubá tem especificidades e que o Programa deve apreendê-las. Significa, com exceção da cidade de Itajubá, que as pequenas cidades sobrevivem muito mais da agricultura,

⁵ A microrregião de número 56 do estado de Minas Gerais compreende 13 cidades: Brasópolis, Consolação, Cristina, Delfim Moreira, Dom Viçoso, Itajubá, Maria da Fé, Marmelópolis, Paraisópolis, Piranguçu, Piranguinho, Virgínia e Wenceslau Braz.

pecuária e pequenos negócios do que propriamente do setor industrial⁶, estão qual abarca mão-de-obra mais especializada.

O problema que se apresenta é: será que o Programa de Estágios da FACESM atende as exigências sócio-produtivas da microrregião? É a partir desse questionamento que se tenta problematizar, com base nas ações encaminhadas pela instituição, levando-se em conta a ênfase que os autores utilizados estabelecem à empregabilidade, ao primeiro emprego e à importância das atividades desenvolvidas naquele estágio à qualificação profissional. Por outro lado, é dentro desse quadro que a Faculdade assume o compromisso de formar a mão-de-obra, nos termos da Lei.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

A propósito da problematização exarada acima, esta dissertação pretende estudar o Programa de Estágios da FACESM, com a finalidade de avaliar a pertinência de suas ações frente à realidade sócio-econômica da microrregião.

1.2.2 Objetivos específicos

De modo específico, pretende-se:

- estudar o impacto na geração de oportunidades aos jovens no mercado de trabalho regional;
- compreender a intencionalidade da política de estágio instituída na FACESM;

⁶ Esta constatação será evidenciada no capítulo V dos resultados

- Caracterizar a microrregião socioeconomicamente.

1.3 RELEVÂNCIA DO ESTUDO

Ao estudar o Programa de Estágios da FACESM – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Sul de Minas, situada ao Sul do estado de Minas Gerais, na microrregião de Itajubá, tem-se como foco a abrangência na geração de oportunidades para os educandos no mercado de trabalho daquela região.

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho – suplemento Brasil (OIT, 2007, p.1), nos tempos atuais muito se tem falado sobre formação profissional e empregabilidade dos jovens brasileiros. Em muitas ocasiões associa-se falta de oportunidades às situações de preparo da força jovem de trabalho, inclusive se tratando do nível de escolaridade, atribuindo esse quadro desfavorável às condições do desemprego e fragilidades do mercado brasileiro de trabalho, tanto em nível nacional como regional.

O sistema produtivo, de modo geral, aposta em programas universitários de estágios, pois há uma crença de que esse caminho seja seguro para qualificar e requalificar a mão-de-obra, dentro das perspectivas tecnológicas e informacionais exigidas na atualidade. Acredita-se, ainda, que os jovens⁷ são os mais afetados por essas mudanças advindas do mundo do trabalho.

Nesse sentido, o estudo de caso é relevante por se tratar da inserção de jovens entre 15 e 25 anos no trabalho numa microrregião onde, com exceção de

⁷ No entendimento de Pimenta (2007), a categoria *Juventude*, considerada como um período de vida entre 15 e 25 anos. Até os anos 50, em face da idéia funcional contida no projeto de civilização ocidental, “ser jovem” era viver um interstício entre o mundo da criança, sem responsabilidades, e o mundo adulto, voltado às responsabilidades do trabalho, da família e das exigências da sociedade. A Definição de juventude foi também extraída do livro “Mapa da Violência IV: os jovens do Brasil. Juventude, Violência e Cidadania” (WAISELFISZ, 2004), realizado pela Unesco Brasil, órgão vinculado às Nações Unidas (ONU), cujos dados utilizados foram extraídos do IBGE e do Ministério da Saúde.

Itajubá, as pequenas cidades tem sustentação econômica caracterizadas na agricultura, pecuária e pequenos negócios, em detrimento do setor industrial que, em tese, oferece mais oportunidades de trabalho.

Desta forma, o trabalho permitirá apresentar uma análise do programa de estágios de uma instituição do ensino superior, seu crescimento ao longo de dez anos (1998 – 2007), sua participação na geração de oportunidades aos alunos no mundo de trabalho, bem como sua contribuição para o desenvolvimento microrregional.

Portanto, chama à atenção a preocupação da FACESM, por meio de seu Programa de Estágios, na inclusão de seus alunos ao primeiro emprego, no qual buscam exercer interface do conhecimento acadêmico com o mundo empresarial. Ademais, espera-se que o trabalho permita compreender a intencionalidade da política de estágios instituída na FACESM, a partir de 1998.

Conta-se, acima de tudo, que a dissertação possa contribuir para futuras reflexões sobre as ações de empresas, órgãos públicos e instituições de ensino que contemplem programas de estágios remunerados, já que se trata de um assunto relevante para a colocação de graduandos no mundo do trabalho.

1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

Esta dissertação privilegiou, a título de estruturação textual, organizar-se em cinco partes, além do presente capítulo introdutório.

No **Capítulo 2**, dedicado à revisão de literatura, faz-se um aprofundamento de tópicos que possibilitam o adensamento e o aprofundamento dos argumentos teóricos pertinentes às pretensões do estudo. Leva-se em conta as dimensões de empregabilidade dos jovens, as exigências atuais do mercado de

trabalho e as políticas sociais de inserção dos jovens no mercado de trabalho, tudo conforme as orientações advindas de instituições internacionais (OIT), nacionais (MTE) e educacionais (FACESM; MEC) preocupadas em satisfazer as exigências do mercado atual e intervir numa melhor formação.

Aborda-se no **Capítulo 3**, no que tange ao método e a metodologia da pesquisa, os procedimentos de análise e de coleta de dados utilizados.

No **Capítulo 4** faz-se uma contextualização da microrregião de Itajubá, no esforço de aproximação com o objeto de estudo, evidenciando os seus dados sócio-econômicos, bem como se estabelece a relação da microrregião com o papel desempenhado pela instituição, dentro das perspectivas de inserção do jovem no mundo do trabalho.

Por fim, no **Capítulo 5**, aborda-se os resultados e as discussões a partir dos dados levantados na pesquisa, bem como uma avaliação reflexiva sobre o Programa de Estágios da FACESM, tendo esta a pretensão de ser um facilitador na inserção dos jovens graduandos no mercado de trabalho da microrregião de Itajubá–MG, como um dos instrumentos de contribuição para o desenvolvimento da região.

De posse desses dados realiza-se uma discussão, em tom de conclusão, sobre as intencionalidades do sistema organizacional e produtivo, sem perder de vista a preocupação básica que é a de entender o Programa de Estágio Universitário como uma possibilidade de inserção no mercado de trabalho.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Este capítulo traz um conjunto de argumentos que permitiu a realização da análise do Programa de Estágios da FACESM, com relação à empregabilidade dos educandos, em especial aos jovens inscritos na Faculdade. Trouxe, também, o acúmulo de discussões promovidas sobre “desenvolvimento regional”, no que tange às tendências econômicas atuais e às regiões em desenvolvimento no Brasil. Concomitantemente a esse ponto de partida se leva em conta as dimensões de empregabilidade, as exigências atuais do mercado de trabalho e as políticas sociais de inserção dos jovens no mundo do trabalho.

2.1 DESENVOLVIMENTO

Sabe-se que a idéia de desenvolvimento ganhou diversos contornos, importantes e significativos, dentro da lógica da sociedade atual. Pensar a intencionalidade do Programa de Estágios da FACESM requer, mesmo que de forma breve, aproximar, sem esquecer as exigências do mercado de trabalho e suas lógicas, o desenvolvimento regional neste período histórico recente, cuja analogia se aplica, inclusive, para além do vale do Paraíba, no caso, a microrregião de Itajubá, Sul de Minas Gerais.

Do ponto de vista do desenvolvimento há um conjunto de discussões que merecem ênfase. Em Celso Furtado (1961; 1974; 1988; 2001), percebe-se o esforço, desde década de 50 de se pensar economicamente modos de superação do subdesenvolvimento dos países com menor potencial econômico.

Ao refletir sobre o desenvolvimento nas obras de Celso Furtado, utilizadas nesta dissertação, nota-se o seu esforço em entender o que chamou de civilização

industrial desde seus primórdios até a tecnologia. A questão com a qual trabalha busca minimizar os efeitos da dependência, inclusive, diante das tendências mundiais, a tecnológica.

Hoje, nessa linha de raciocínio, pensar o desenvolvimento econômico não se deve vinculá-lo, exclusivamente, ao crescimento econômico, uma vez que o próprio processo de industrialização trouxe consigo conseqüências sociais, visivelmente demarcadas pela institucionalização dos índices de desenvolvimento humano. Essa tendência encontra-se difundida em diversas reflexões sobre o tema de desenvolvimento, incluindo-se a questão regional. É o que sugere Pereira (2003), Costa; Graf (2004), Siqueira (2001) e Souza; Oliveira; Carniello (2008).

De acordo com Sen (1999), ao refletir sobre o desenvolvimento como liberdade, na atualidade pode-se dizer que as pessoas vivem muito mais do que no passado. Ademais as regiões do globo estão mais interligadas do que antes. Isso ocorre, inicialmente, no campo das trocas comerciais e se estende às comunicações, ultrapassando idéias e ideais interativos.

Todavia, dentro da lógica pensada pelo autor supracitado, experimenta-se, em mesma escala de igualdade, um mundo de privações, destituições e de grande opressão. Muito dessas privações acontecem não somente nos países pobres, mas também nos países ricos. Há novos problemas convivendo com os antigos. Os mais graves deles, se mensuráveis por critérios sócio-produtivos, são as ameaças ao meio ambiente e à sustentabilidade da nossa vida social e econômica.

Conforme Sen (1999, p. 9-10), superar essas dificuldades é parte do Processo de Desenvolvimento. Para se combater os problemas existentes, deve-se considerar a liberdade individual como comprometimento social. Na base das ações que gerem desenvolvimento, o esforço é o de atuar na eliminação de privações de

liberdade, estas limitadoras das oportunidades e escolhas das pessoas em exercer sua posição de agente, de sujeito.

Pensar pela linha de raciocínio de Sen (199) significa entender o desenvolvimento como um processo de crescimento das liberdades que as pessoas podem desfrutar. Entende-se que no crescimento econômico, o instrumento de mercado é importante, contudo, deve vir depois do reconhecimento do valor da liberdade direta de troca – de palavras, presentes e bens.

Com relação a esta pesquisa, a questão importante posta por Sen (1999) é aquela que vincula desenvolvimento com liberdade, especialmente quando há privação de liberdade econômica. Implica perceber que os movimentos atuais de privação do mercado de trabalho são uma das formas de se manter à sujeição, ao cativeiro da mão-de-obra. Para Sen (1999, p. 23)

(...). A privação de liberdade econômica pode gerar a privação de liberdade social, assim como a privação de liberdade social ou política pode, da mesma forma, gerar a privação de liberdade econômica.

A questão da qualificação e estágio profissional, diante de um sistema produtivo exigente e tecnológico passa a ser um instrumento, até necessário, de possibilidade de produção de liberdades e de minimização de privações de ordem econômica e social.

Sabe-se que o desemprego gera a privação das potencialidades e da capacidade humana. Nesse sentido, Sen (1999, p. 117) ao descrever sobre os efeitos do desemprego na Europa contemporânea, apresenta que não é somente a perda da renda que acarreta danos, mas as perdas atingem as fronteiras do psicológico, da motivação para o trabalho, da perda de habilidade e autoconfiança, do acréscimo de doenças, dos transtornos nas relações familiares e vida social, do aumento da exclusão social e do crescimento nas tensões raciais.

Ainda sobre essa tensão entre desenvolvimento e liberdade e a necessidade de caminhos à empregabilidade, Sen (1999, p. 141) aposta no mercado de trabalho como destino final da formação:

O mercado de trabalho pode ser libertador em muitos contextos diferentes, e a liberdade básica de transação pode ter uma importância crucial, independentemente do que o mecanismo de mercado vier ou não a realizar no que se refere a rendas, utilidade ou outros resultados.

Dentro dessa lógica, a tecnologia, a globalização, a sociedade da informação, o tempo livre, o lazer e, neste caso, a empregabilidade juvenil, passam a compor os interesses das novas tendências da definição do que venha a ser desenvolvimento.

Esse movimento traz, segundo Heloani (2003, p. 22-23), alguns riscos, dentre eles: **a.** internacionalização do modo de produzir; **b.** redução dos postos de trabalho.

Ao primeiro risco, este autor comenta sobre o sistema modular, iniciativa da Volkswagen Caminhões, instalada em Resende, no estado do Rio de Janeiro. Lá ela testou o “modelo López”, idealizado pelo executivo espanhol José Ignacio López Ariortúa, em 1996. Em linhas gerais, segundo Heloani, a proposta seria a de reduzir custos e aumentar a produção na forma da concentração de atividades e uniformização do produto.

No que tange à redução dos postos de trabalho, outro risco dessa internacionalização seria o desemprego. Heloani demonstra que a produção passa a concentrar-se na mão de poucos fornecedores e com essa aglomeração ocorre a perda dos postos de trabalho.

A globalização traz consigo um novo nível de exigência ao mercado de trabalho, ao qual os programas de estágios das Instituições de Ensino Superior

devem atenção constante. Os riscos devem ser avaliados dentro da realidade brasileira.

Implica, tomando como referência essa realidade, que a atenção contida no ideal de desenvolvimento se desloca às regiões classificadas como não desenvolvidas, fora de um índice mínimo, ou em desenvolvimento, ou, no extremo, problemáticas. Questões de sustentabilidade, de renda *per capita*, de longevidade e de alfabetização combinada com a taxa de escolaridade são consideradas para mensurar, planejar ou avaliar políticas e estratégias socioeconômicas, e assim “nortear” as ações em sociedade.

O compromisso e o comprometimento das organizações em promover o desenvolvimento sustentável das regiões nas quais atuam passam a ser os motes de sua ação e inserção local, sem desconsiderar o contexto mundial apontados por Sen e Roberto Heloani.

Dada a importância da reflexão estar centralizada no desenvolvimento regional, entende-se ser necessário ter um olhar mais amplo à contemporaneidade, no que se refere ao mercado de trabalho e suas exigências para, na análise dos dados coletados em pesquisa, estabelecer vínculos com a questão regional, tendo em vista que esta tem suas peculiaridades, mas guarda relação com as tendências mundiais.

2.2 Destrabalho, Empregabilidade e Mercado de Trabalho

Há um esforço significativo de diversas frentes em aumentar a quantidade de postos de trabalho diante dos constantes alardes de desemprego na sociedade do “destrabalho”. Esta última seria, segundo Antunes (2004), uma sociedade em que se prega o fim do trabalho, determinando o termo “destrabalho”.

Antunes (2004), ao buscar o entendimento sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho, aponta as causas e os porquês do desemprego crescente nas sociedades industriais. Para este autor, a sociedade tecnológica e informacional rompe com a lógica e a estrutura do capitalismo moderno. Esse rompimento coloca em xeque a idéia de trabalho, até aqui convencional. Ao mesmo tempo vê-se um aumento das exigências àqueles que desejam inserção no, cada vez mais competitivo, mercado de trabalho.

Embora essa tendência ganhe muito mais sentido no universo do trabalho tecnológico industrial, sabe-se que o mercado de trabalho brasileiro experimentou mudanças substantivas nos últimos dez anos, tudo em nome das novas exigências mundiais.

No final da década de 90, as conseqüências da conjugação de baixas taxas de crescimento econômico e do processo de reestruturação produtiva, levaram a um importante aumento do desemprego. A partir dos primeiros anos da presente década, apesar dos índices indicarem crescimento econômico do país, começa a haver esforços no sentido de geração de postos de trabalho, acompanhados por um processo de formalização do emprego: entre 2003 e 2006 foram gerados 4,6 milhões de empregos formais⁸.

Esse contexto envolve conseqüências, as quais mereceriam estudos e aprofundamentos no que diz respeito à dependência e à relação com a economia global, mas para não desviar-se do foco da análise não serão abordados esses aspectos.

⁸ Esses dados são do Relatório da Organização Internacional do Trabalho, Suplemento Nacional, Brasil (OIT, 2007, p.1).

2.2.1 Estratégias de desenvolvimento e emprego

O Programa de Estágio Universitário, dentre várias estratégias de empregabilidade, não deve ser descartado, tratando-se de um fator importante no que tange à inserção no mercado de trabalho. Embora essa discussão seja central, entende-se valioso, apontar o que alguns autores que trabalham com o tema do primeiro emprego ou da empregabilidade apresentam como estratégias de desenvolvimento diante da realidade que eles estudaram.

Nota-se que ao mesmo tempo em que há desemprego, aparentemente estrutural, há estratégias de desenvolvimento que buscam minimizar esses efeitos. Segundo Berzoini (2004, p.7) o Brasil tem dois grandes desafios que são o respeito aos direitos dos trabalhadores e o compromisso com a construção de uma sociedade cujo marco de referência seja o trabalho e a cidadania exercida por meio do trabalho. Entre os grandes desafios do País está o de construir um ambiente favorável aos trabalhadores e que lhes dê condições de dignidade.

Segundo Sen (2000, p.336), o desenvolvimento não tem sentido se não promover as liberdades individuais e, junto com elas, a dignidade humana, pois o desenvolvimento não pode ser mera fórmula de acumulação de capital, abertura de mercados e planejamento humano. Para este autor (SEN, 2000, p.327), o desenvolvimento:

[...] Também é uma responsabilidade social que as políticas econômicas sejam orientadas para proporcionar amplas oportunidades de emprego, das quais a viabilidade econômica e social das pessoas pode depender crucialmente. Porém, em última análise, é uma responsabilidade do indivíduo decidir que uso fazer das oportunidades de emprego e que opções de trabalho escolher.

Pensar as liberdades individuais não elimina suas relações com as nuances dos gráficos da empregabilidade e dos ganhos reais com o trabalho. Para Berzoini (2004, p. 7), “entre 1993 e 2002 a renda dos trabalhadores perdeu 9% na renda

nacional”. Na interpretação das sugestões de Berzoini (2004), acredita-se que somente será possível a democratização da renda do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil se houver uma política de governo que tenha como prioridade inserir os trabalhadores no mercado de trabalho para aumentar sua participação na renda nacional.

Nessa esteira, esse autor reconhece que o emprego no país, naquele momento, não estava num índice satisfatório. Por outro lado, na sua avaliação da política de emprego do governo federal do Presidente Lula, o balanço é positivo para apenas dois anos (2002-2003) de governo. O primeiro ano foi dedicado a estabilizar as condições macroeconômicas do país e restaurar a credibilidade na atuação do Estado Nacional como um elemento indutor do crescimento econômico. No segundo ano, se desencadeou ações incentivadoras de participação no mundo do trabalho e aumento de renda.

Destaca-se, com base nos argumentos supracitados, avanços do governo na estabilização da inflação, redução da fragilidade econômica externa do Brasil, produção do superávit comercial e produção do superávit primário⁹.

A demanda é mais complexa e complicada do que gerar frentes de trabalho. Um dos pontos que se observa é a necessidade de crescimento com mudança nos padrões de distribuição de renda e na perspectiva da criação de um ambiente favorável ao trabalho, este como elemento fundamental na constituição desse novo período da história.

⁹ Afirma que o governo tem adotado como referencial em todas as ações e decisões de investimento o potencial que as ações podem gerar trabalho. Coloca como exemplos o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), dois fundos preservados dos anos 90. Para o autor, o FGTS representa o principal instrumento de financiamento da habitação, saneamento básico e da estrutura urbana. Além disso, pode ser considerado um instrumento de alavancagem de investimentos na construção civil, setor que gera emprego com grande capilaridade. Em relação ao FAT, ressalta que ele pode ser utilizado para a geração de mais renda, competitividade e produtividade (BERZOINI, 2004, P.7).

Como repercussão direta desse processo tem-se a necessidade do incentivo à geração e à qualificação do trabalho, não sem critérios individuais de motivação, de empreendedorismo, de aquisição de competências e habilidades e de enfrentamento dos problemas socioculturais históricos brasileiros¹⁰.

As discussões acerca de trabalho devem observar as questões de base estrutural, mas sem deixar de enfatizar as de ordem conjuntural. O processo de desenvolvimento está intrinsecamente ligado, como salienta Wagner (2004, p.8): à extrema desigualdade social; à dinâmica da economia insuficiente para promover a acelerada incorporação do mercado interno potencial; à infra-estrutura logística degradada não competitiva; à inexistência de eficaz sistema nacional público e privado de financiamento do desenvolvimento: à insegurança pública; à justiça não democrática; à baixa capacidade operativa do Estado.

De alguma forma, as políticas sociais, em escala mundial, têm feito o esforço de construir esse processo de desenvolvimento com a participação da sociedade. Daí, portanto, falar de desenvolvimento regional e de estratégias de comprometimento da diminuição das desigualdades e injustiças e, a inserção no mundo do trabalho como uma das alternativas.

Arbix (2004, p.9), presidente do IPEA, afirma que o desempenho da economia tem suscitado, ainda que em quantidade insuficiente, um aumento da geração de empregos, ao mesmo tempo que as previsões indicam que os níveis de desemprego estão se reduzindo, muito embora com número elevado de

¹⁰ Wagner (2004, p.8) explica a importância do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social para responder ao desafio maior do governo Lula que é a inclusão social pela via do trabalho, do emprego e da renda. Afirma que todas as outras políticas, apesar de necessárias, são compensatórias. As políticas de transferência de renda atendem na sobrevivência, mas não possibilita que as pessoas tenham cidadania. Acredita que na análise das políticas de emprego no Brasil é necessário revisar conceitos como produtividade e competitividade, tidos como definitivos. Tais conceitos devem ser revistos para se entender as implicações de sua utilização. Afirma que uma Agenda do Trabalho decente não pode ser apenas o que se considera o ideal a ser atingido. É necessário também fazer o debate de qual modelo é o desejado e de como se dá a distribuição de renda no mundo inteiro.

desempregados. Além disso, ressalta que, juntamente com a recuperação dos postos de trabalho, houve um início de recuperação da renda, apesar de muito lenta. Essa é uma tendência distinta do período entre 1997 e 2003.

Do ponto de vista do governo, essa nova realidade mostra a necessidade de se concentrar, de maneira mais acentuada, na questão de mais e melhores empregos. Acredita que a discussão do tema “trabalho” seja difícil porque envolve direitos adquiridos e visões diferentes do mundo. Há sempre uma defensiva em torno das reflexões.

Para Arbix (2004, p.9) não existe a possibilidade de se produzir melhores empregos se não se discutir os problemas das instituições. Diz que se faz necessário a criação de uma política de emprego, de oportunidades para todos os trabalhadores.

Santos (2004, p.11) acredita que as iniciativas citadas acima são essenciais para que se alavanque o crescimento com inclusão social. Ressalta, por fim, o papel que a sociedade tem no sentido de pressionar o Estado para que as medidas sejam efetuadas, a fim de se reverterem as situações de desemprego e emprego precário no país.

Lopes (2004, p.11), representante do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD – no Brasil, aponta que as Nações Unidas estão preocupadas com a questão da inserção no mundo do trabalho, devido à centralidade do emprego no desenvolvimento. A geração de emprego depende do entendimento da complexidade de vários fenômenos como a liberalização do comércio e da dívida, além das incidências da globalização. Nesse sentido, acredita que a relação do emprego com o desenvolvimento tem que ser entendida como parte fundamental da própria formulação de políticas e não como algo secundário.

Lopes (2004, p.11) aponta três dilemas que fazem parte das discussões em relação ao trabalho. O primeiro dilema citado tem a ver com as mudanças significativas na natureza do trabalho, envolvendo temas como precarização, qualificação e informalidade. O segundo dilema envolve a questão da polarização da renda global. Com tal polarização tem havido um deslocamento de determinados tipos de indústria e de emprego, geralmente os menos qualificados e menos remunerados. Como consequência tem havido uma concentração de riquezas em certos países e a aceleração da pobreza nos demais. O terceiro dilema trata da relação entre emprego e políticas compensatórias. Não há soluções claras de como combater esse dilema, mas entende que no cerne dessa questão está o acesso aos recursos públicos.

Para Lopes (2004, p.12), o Brasil necessita da criação de políticas, para combater as desigualdades sociais. Ressalta, ainda, que as estatísticas do país são preocupantes e que há necessidade de se empreender medidas urgentes com a finalidade de diminuir as desigualdades sociais. Nesse sentido, um dos caminhos viáveis, em termos de políticas públicas, seria um processo de geração de empregos.

2.2.2 Geração de políticas de emprego

Para se pensar a ordem econômica atual, em especial no que tange à inserção no mercado de trabalho, Pereira (2004, p.15) aponta, como justificativa para a ênfase dada ao desenvolvimento de uma política geral de emprego, ao fato de haver no país um problema sério de queda de renda e de empregabilidade, o que implica em ausências significativas de oferta de trabalho.

Trata-se de uma questão de ordem mundial, mas ocorre que no Brasil tem-se observado o tratamento dessa temática circunscrito à qualificação da mão-de-obra, especificamente no âmbito da formação educacional. Ainda sobre as sugestões de Pereira (2004), o Brasil necessita fazer uma conexão entre políticas ativas de emprego e uma política geral de emprego para possibilitar o desenvolvimento de ações que tenham impacto direto na geração de emprego e renda.

Sachs (2004, p.15) adota o argumento de que toda estratégia de desenvolvimento tem que levar em consideração, ao mesmo tempo, a problemática do crescimento do PIB e da transformação da estrutura de ocupação. Teoricamente aponta duas possibilidades de luta contra a pobreza. Uma delas consiste em considerar o trabalho decente como a melhor ponte entre o econômico e o social e dar uma alta prioridade na estratégia de desenvolvimento à geração de oportunidades de trabalho decente. A segunda possibilidade tem como pano de fundo a era da globalização, que impede os países de desenvolver ações com certa autonomia. Nessa estrutura, o governo destinaria parte do produto do país na criação de políticas sociais compensatórias. A diferença está em se criar uma solução duradoura por meio da geração de oportunidades de trabalho decente ou um subsídio ao consumo dos pobres.

Sachs (2004, p.16) defende que não pode haver a exclusão das políticas compensatórias, mas as ações governamentais não podem se limitar a amenizar a pobreza. A perpetuação dessas ações é a aceitação do argumento de que essa é a única alternativa possível para maximizar o crescimento, porém, tal modelo de crescimento é excludente e concentrador.

De acordo com Sachs (2004, p.16) é possível identificar setores, subsetores e área de atividades econômicas que são interessantes e que têm impactos sociais e ambientais fortes. Ao dar uma maior ênfase a tais atividades, é possível compensar o fato de que o núcleo modernizador necessário não gera empregos diretos. Em relação aos recursos para a implementação dessas atividades é necessário lembrar que a geração de trabalho leva necessariamente a um maior consumo, pelos trabalhadores, de produtos que o Brasil tem capacidade de produzir. Nesse sentido a demanda adicional será enxugada pela produção adicional de bens. Em nome disso, afirma que o Brasil tem condições de desenvolver as potencialidades de emprego sem provocar necessariamente catástrofes macroeconômicas.

Para Pochman (2004, p.16), o problema do emprego no Brasil não é um problema técnico: sua natureza é essencialmente política. Levanta a problemática da conjuntura internacional com relação a questão do emprego. Parte do pressuposto de que o mundo passa por uma grande revolução tecnológica, apesar de não estar convencido de que o problema do desemprego seja fundamentalmente um problema tecnológico. Essa não é para ele a raiz explicativa do desemprego de forma generalizada.

De acordo com Pochman (2004, p.17), a experiência internacional é tímida no que diz respeito as estratégias de lidar com essa nova equação. A Europa e os Estados Unidos mostram a abertura do leque salarial, o aumento das desigualdades e a presença consistente do desemprego. As medidas dos países desenvolvidos têm sido em avançar nas mesmas fontes de políticas de emprego que revolucionaram o mundo de trabalho a partir da crise de 1929, ou seja, adotando

políticas passivas, definidas pelo autor como aquelas políticas que tem o objetivo de afastar pessoas do mercado de trabalho.

Para Pochman (2004, p.17), existem duas formas de enfrentamento do desemprego: gerando emprego ou tirando as pessoas do mercado de trabalho. Nesse sentido, destaca a importância dos programas de previdência, de aposentadoria e de pensão, que permitem as pessoas viverem sem necessidade de estar no mercado de trabalho.

Pochman (2004) cita uma estratégia adotada pela Alemanha que é a postergação do ingresso do jovem no mercado de trabalho. Outra estratégia apontada é a continuidade na redução da jornada de trabalho, citando o caso da Holanda onde os níveis de desemprego são menores, mas é o país onde menos se trabalha no mundo.

O autor ressalta que o Brasil precisa avançar muito para que tais políticas possam fazer parte de sua conjuntura. Acredita que o País tem uma combinação de atraso político com crescimento econômico, atraso político no que diz respeito à segmentação racial no mercado de trabalho, à uma fragilidade na cultura democrática e a um bloqueio no sentido de fazer reformas civilizatórias (reforma agrária, previdenciária, tributária etc.).

Pochman (2004, p.18) acredita que o avanço no país depende do tratamento dado às políticas. Afirma que só é possível um avanço nas políticas de emprego se forem consideradas como políticas de Estado e não de governo. Tem que haver uma continuidade das ações desenvolvidas. É preciso reverter a forma como o Brasil está se inserindo na divisão internacional do trabalho. Como os investimentos em tecnologias são baixos, o país está se especializando na produção de bens que utiliza postos de trabalho de baixa remuneração.

Do ponto de vista prático, o governo brasileiro tem criado orientações legais, trabalhistas, educacionais e políticas que regulam adequação aos novos tempos no âmbito do trabalho e das instituições formadoras. De acordo com Cifuentes (2004, p.18), representante do Ministério do Trabalho e Emprego, a diferença entre o contexto histórico da criação do sistema e o contexto atual indica a necessidade de reestruturação do sistema com o objetivo de que este seja mais ativo na colocação de trabalhadores e na geração de emprego e renda. Esclarece, no entanto, que o sistema não é responsável pela geração de emprego, sua função é a de gerir os níveis de emprego da economia.

Esse autor detalha que a estrutura do sistema se destaca basicamente como serviços/funções: seguro desemprego, intermediação de mão de obra, qualificação profissional, micro-crédito, primeiro emprego e informações do mercado de trabalho. Além disso, cita a finalidade de cada função e os operadores dos serviços, desde Delegacias Regionais de Trabalho, Centrais Sindicais e Secretarias Estaduais, passando por ONG's, Bancos Públicos/Privados, Cooperativas e até o próprio Ministério.

Dentre os serviços que compõem o Sistema, o autor aponta o seguro desemprego como o mais expressivo, dando ao Sistema um caráter compensatório e assistencial. Esse serviço tem ao mesmo tempo o maior número de gastos e o maior número de beneficiários. Em relação a intermediação de mão de obra, o autor cita o SINE, que tem captado mais vagas do que beneficiários. Tal fato é justificado devido ao perfil de qualificação exigido para o preenchimento das vagas. No que diz respeito à formação de trabalhadores, exemplifica o Plano Nacional de Qualificação. A idéia é a redução de assimetrias no mercado de trabalho. Aponta como inovação

do Plano a qualidade pedagógica, com aumento da carga horária (CIFUENTES, 2004, p.18).

O Programa Primeiro Emprego, uma das tentativas de minimizar os efeitos do desemprego, tem como finalidade principal a inserção de jovens de 16 a 24 anos no mercado de trabalho. Conforme pesquisa de emprego e desemprego feita pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE (2006), em 2005, em Brasília e nas cinco regiões metropolitanas brasileiras, a participação dos jovens era expressiva na população economicamente ativa – PEA, representando 25% dos trabalhadores acima de 16 anos.

Dentro desse quadro, faz sentido apostar na relação entre o mercado de trabalho e os programas de empregabilidade inscritos nas instituições de formação. Conseqüentemente, a juventude passa ser a preocupação dessa dissertação, daí a necessidade de se falar em estágio empresarial remunerado.

2.2.3 Estágio empresarial

Antes de se discutir a questão do estágio empresarial tendo como referência o Programa de Estágio remunerado da FACESM, faz-se necessário apontar os caminhos que a OIT tem trilhado para minimizar os efeitos da empregabilidade à juventude.

Conforme Relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2007, p.13-17), a maior parte dos estudos e documentos sobre juventude e emprego na região destaca que os jovens enfrentam índices de desemprego muito maiores que os dos adultos. O desemprego aberto entre os jovens da América Latina e do Caribe (ALC) atinge 17%, enquanto entre os adultos esse índice é de 6%. Há uma relação

de quase três vezes, embora em alguns países esta diferença seja ainda maior. Entre os desempregados, os jovens representam 46% do total.

Apesar da importância do desemprego juvenil, ele é só um dos problemas que os jovens enfrentam no mercado de trabalho da região. Há 10 milhões de jovens desempregados; ao mesmo tempo, 22 milhões de jovens não estudam nem trabalham e mais de 30 milhões trabalham na informalidade ou em condições precárias. A precariedade nos mercados de trabalho da região afeta um em cada dois trabalhadores, e entre os jovens, dois em cada três.

Na América Latina e no Caribe, nunca houve tantas pessoas com idades entre 15 e 24 anos. É provável que no futuro esta cifra pare de crescer, visto que as projeções indicam, a partir de 2015, uma taxa menor de crescimento da população. A diminuição da população, em si mesma, não significará uma grande queda do desemprego juvenil ou das pressões por trabalho.

O desafio é de grande magnitude e, ao mesmo tempo, de uma ampla heterogeneidade, pois os diversos coletivos de jovens têm características e necessidades diferentes. O desafio consiste em articular as demandas advindas dessas multiplicidades de interesses com a execução de programas de políticas sociais com a participação dos jovens.

Definir políticas de Estado supõe identificar claramente as prioridades. Em qualquer outro grupo demográfico, a análise do mercado de trabalho envolveria simplesmente três categorias: os ocupados, os desocupados e os inativos. No entanto, como os jovens ainda se encontram em processo de formação básica e pós secundária, estas categorias de análise têm que ser complementadas com a assistência a algum nível de educação ou formação. Este panorama pode ajudar a definir prioridades, pelo menos do ponto de vista quantitativo e de urgências.

Conforme dados extraídos do relatório da OIT (2007), dos 106 milhões de jovens na América Latina e no Caribe, em 2005, 48 milhões trabalhavam, 10 milhões estavam desocupados e aproximadamente 48 milhões em condição de inativos. Ao mesmo tempo, cerca de 49 milhões de jovens estavam estudando, o que, considerando apenas estas variáveis, pode não viabilizar uma inserção de qualidade no mundo do trabalho, uma vez que se apresentavam nas seguintes situações: **a.** 13 milhões deles estudam e trabalham; **b.** 32 milhões deles estudam, porém encontram-se inativos; e, **c.** 4 milhões dos estudantes estão desempregados. De outro ponto de vista, os dados apontam também que: **a.** aqueles jovens que trabalham e não estudam atingem 35 milhões; **b.** os desempregados que não estudam são seis milhões; e, **c.** os inativos que não estudam chegam a 16 milhões. Somados estes dois últimos grupos, obtém-se a cifra de jovens que não estudam nem trabalham: 22 milhões.

Ainda sobre os dados do Relatório da OIT (2007, p.13-17), o número de jovens que trabalha triplica entre os 15 e 24 anos. A forma como se dão as primeiras inserções no mercado de trabalho é essencial não só para definir as expectativas de trabalho dos jovens, mas também suas perspectivas de empregabilidade no futuro.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2007, p.1) informa que a rápida globalização do mundo e os avanços tecnológicos oferecem novas oportunidades de trabalho produtivo. Porém, para muitos jovens, essas tendências apenas aumentam sua vulnerabilidade inerente. Estima-se que, mundialmente, uma em cada cinco pessoas com idade entre 15 e 24 anos está desempregada, ou seja, 88 milhões de jovens, que representam mais de 40% do total de desempregados. Destes, 85% encontram-se em países em desenvolvimento. E as perspectivas de

melhoria não são animadoras, já que é esperada a entrada de 660 milhões de jovens no mercado de trabalho nos próximos dez anos.

Entre outras coisas, a OIT (2007) considera necessária a melhoria da educação, a maior eficiência dos serviços de emprego e intermediação, a cobertura da proteção social para os jovens, a prioridade à qualidade dos empregos.

Os jovens aportam energia, talento e criatividade às economias e nenhum país pode permitir-se desperdiçar este potencial. São essenciais para inserir a região na globalização. Em todo o mundo homens e mulheres jovens, quando têm oportunidade, realizam importantes contribuições como trabalhadores produtivos, empresários, consumidores, membros da sociedade civil e agentes de mudanças (SOMAVIA, 2007, p. 3).

O atual mercado de trabalho exige que o profissional não seja apenas um técnico ou um profissional qualificado, mas um profissional cidadão, isto é, um profissional consciente de suas responsabilidades na sociedade. Nesse sentido, as universidades, públicas ou particulares, devem atuar na formação dos alunos de forma que os preparem para serem cidadãos responsáveis e que assumam uma postura solidária e participativa frente aos problemas sociais de sua comunidade. (ETHOS, 2006).

A discussão do item anterior permitiu aproximar a questão da juventude e emprego com as preocupações do primeiro emprego, tendo como referência o estágio empresarial na microrregião de Itajubá, Sul de Minas Gerais.

Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2004), o estado de Minas Gerais tinha um Produto Interno Bruto – PIB de R\$ 166,6 bilhões e contava com uma população de 18.993.720 habitantes perfazendo uma renda per capita de R\$ 8.770,00.

Inserir estudantes de nível superior em organizações de Minas Gerais, especificamente na microrregião de Itajubá, para realizar estágios, qualificando-os

profissionalmente, passa ser um desafio. Este é o trabalho do Departamento de estágios remunerados da FACESM, o qual é o objeto do estudo desta dissertação.

A Microrregião de Itajubá compreende uma área de 2.979,130 km² com uma população de 192.213 habitantes. Envolve 13 municípios: Brasópolis, Consolação, Cristina, Delfim Moreira, Dom Viçoso, Itajubá, Maria da Fé, Marmelópolis, Paraisópolis, Piranguçu, Piranguinho, Virgínia e Wenceslau Braz.

Não existia, até 1997, na instituição estudada, um departamento preocupado com seus jovens graduandos no que tange a um direcionamento para o competitivo mercado de trabalho na microrregião de Itajubá no Sul de Minas. A partir de 1998 houve a criação de um departamento de estágios que busca, por meio de convênio com as empresas, estágio profissional remunerado, criando oportunidades de inserção dos jovens alunos neste mercado.

Para Minarelli (apud. JUNIOR, 2007), o termo “empregabilidade”, tomado da palavra inglesa *employability*, surgiu em função do ajustamento promovido pelas organizações, em faces das exigências da economia global. Para o autor, os profissionais são estimulados a terem uma formação mais generalista, ou seja, terem conhecimentos amplos e múltiplas habilidades, o que lhes permite atuar em diversas ocupações, em diferentes ramos de atividade.

Neste contexto, é papel das universidades proporcionarem a reflexão, o debate e o questionamento sobre a contribuição e o papel dos alunos como futuros agentes sociais transformadores e solucionadores dos problemas e das questões sociais do Brasil. É papel, ainda, destas instituições, oferecer aos alunos uma formação que atenda não apenas suas necessidades culturais, mas também suas necessidades do mercado de trabalho e da sociedade.

Sabendo que o aluno, ao entrar em uma universidade, espera encontrar os conhecimentos necessários para sua formação pessoal e profissional, a universidade deve estar bem posicionada com relação à sua contribuição como agente social. As mudanças esperadas só acontecerão se o aluno for bem preparado para exercer sua cidadania.

A universidade deve ter consciência de sua influência na educação e na cultura dos jovens alunos. Esses graduandos precisam refletir sobre sua responsabilidade como atores sociais, precisam tomar conhecimento de que, como profissionais, serão cobrados por sua atuação. Os alunos que receberem uma formação voltada para essa nova realidade tornar-se-ão profissionais diferenciados, capazes de transformar seu ambiente e formular políticas educacionais para o país.

2.2.4 Inserção dos jovens no mercado de trabalho: esforço de compreensão da situação dos jovens na RMBH

Souza (2001, p. 25-42) busca analisar algumas questões relacionadas com a situação desfavorável dos jovens no mercado de trabalho. Longe da pretensão de esgotar a questão, que não é objeto deste trabalho, os resultados apontam para a importância do tema e sinalizam tendências pouco discutidas ou exploradas.

A sugestão fornecida pela autora supracitada aponta que a profunda desigualdade social existente no país acabou figurando como um dos fatores fundamentais para a compreensão da maior vulnerabilidade juvenil junto ao mercado de trabalho.

Ainda sobre o trabalho desta autora, cabe destacar as dificuldades enfrentadas pelos jovens no processo de inserção ao sistema produtivo. Ela evidencia três eixos. No primeiro eixo, não descarta a importância da família e

apresenta uma análise da estrutura familiar dos jovens, com o intuito de verificar o comprometimento familiar com a esfera do trabalho. No segundo, a formação profissional e o percurso do jovem no sistema de ensino, e seu reflexo no sistema produtivo, são materiais importantes à avaliação temática. No terceiro, o enfoque recai sobre as estratégias de profissionalização e de experiência de trabalho, como formas de melhorar a condição no mercado.

Tais indicativos se fazem presentes no conjunto de dados coletados junto ao Programa de Estágio da FACESM, que serão discutidos com maior profundidade no capítulo IV,

Antes de afunilarem as questões pertinentes à microrregião de Itajubá, vale aproximar a discussão da autora com a questão da formação profissional e trajetórias juvenis no sistema de ensino, tendo como ênfase a realidade do estado de Minas Gerais.

2.2.4.1 Formação profissional e trajetória no sistema de ensino

Falar da formação profissional implica trazer, de alguma forma, a reflexão sobre o tema da juventude no interior do sistema de ensino. Aqui se fará uma aproximação com a trajetória juvenil e o papel do ensino. Essa reflexão tomará como ponto de partida as sugestões produzidas na pesquisa de Nícia Souza (2001, p. 25/42), tendo em vista que esta autora trabalhou com o tema desta investigação: a inserção dos jovens no mercado de trabalho. Tais sugestões servem apenas de base inicial para as indagações que se propõe responder ao longo do texto.

Para Souza (2001, p. 28-32) a articulação entre sistema de ensino e sistema de produção tem sido alvo de intensos debates nos últimos anos. Estas discussões giram em torno do tipo de demanda que o mercado de trabalho faz em termos de

qualificação profissional, do impacto das transformações da esfera produtiva nesta demanda, em como o sistema de ensino responde a essa demanda e até se deve responder. A escola é uma instituição que possui relativa autonomia frente ao sistema de produção para definir o tipo de formação que irá propiciar, para definir os conteúdos programáticos. No entanto, o sistema de ensino procura responder aos anseios do mercado (e do que a sociedade civil, como um todo, espera dele) e o mercado interpreta o tipo de formação que o indivíduo adquiriu, e que ponto alcançou no sistema de ensino, atribuindo-lhes valores que resultarão em “recompensas” diferentes.

O tipo de trajetória no sistema de ensino depende, de certa forma, da origem social, o que terá impacto na alocação no mercado de trabalho¹¹, gerando um círculo vicioso que só poderá ser cortado com medidas eficazes em direção ao alcance da igualdade de oportunidades. A autora diz que a escola pública do ensino fundamental e médio é responsável pela formação de grande parte dos jovens na Região Metropolitana de Belo Horizonte - RMBH.

Informa também que daqueles que cursaram alguma série do ensino fundamental, 89,2% o fizeram em escola pública; esta proporção se reduz no ensino médio, mas ainda é responsável por atender 75,6% dos jovens pesquisados. Esta relação se inverte no ensino superior, em que somente 30,9%, dos jovens que alcançaram este nível de escolaridade, conseguiram ingressar numa universidade pública. A escola pública responde pela formação da maioria dos jovens durante os primeiros onze anos de estudo (a educação básica se compõe do ensino

¹¹ O que pretende-se ressaltar é que não é a origem social o fator preponderante no fracasso e evasão escolar, mas o fato da escola não conseguir romper com a forma desvantajosa como os alunos dos estratos sociais mais baixos chegam à escola.

fundamental e médio); enquanto as instituições privadas possuem um peso grande no ensino superior, atendendo 69,1% dos jovens que atingem este nível escolar¹².

De acordo com a autora, o ensino superior, que desde sua criação no século XIX estava restrito às classes do topo da pirâmide social, passa por uma nova segmentação, da qual ainda não se sabe a direção.

Tomando como referência a realidade da FACESM, sabe-se que o turno em que são realizados os estudos pode ser visto como um reflexo das desigualdades sociais existentes, uma vez que os jovens de diferentes classes sociais estão submetidos a pressões distintas que os levam a estudar durante o dia ou à noite. A possibilidade de estudar na parte do dia dificulta ou impossibilita a entrada no mercado de trabalho. Em decorrência de vários fatores, os jovens advindos de classes mais desfavorecidas sofrem pressões para entrada no mercado de trabalho em idades inferiores aos jovens de famílias dos estratos sociais mais elevados. Isso se verifica em todos os níveis escolares.

Carvalho (1981; 1984, apud SOUZA, 2001, p.28) realizou uma pesquisa no final da década de 1970, no interior de São Paulo, explorando as dificuldades que os alunos do curso noturno enfrentam, tema que também foi abordado por Maria Bernadete Santa Cecília Caporalini (1991), na segunda metade da década 1980 numa escola estadual de 1º grau (2º segmento) no interior de Minas Gerais.

Ambos os estudos falam das dificuldades que o aluno trabalhador enfrenta para prosseguir seus estudos nos cursos noturnos. Grande parte dos alunos chega atrasada para a primeira aula, além de apresentar uma frequência bastante irregular durante todo o ano.

¹² Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI). Convênio FJP/Fapemig/Dieese/Seade/Sine MG. Souza (2001, p. 31).

Esses estudos foram utilizados porque contêm diagnósticos a respeito da origem dos jovens das camadas sociais mais carentes. Tal universo, embora não corresponda integralmente ao perfil socioeconômico dos graduandos da FACESM, corresponde à ênfase que as instituições de pequeno e médio porte estabelecem para a estrutura de seus cursos e para o planejamento administrativos.

É nesta perspectiva, de jovens que de alguma forma são obrigados a entrar no mundo adulto antecipadamente, tendo inclusive que assumir as responsabilidades desta mudança, que os jovens trabalhadores buscam nos cursos noturnos uma possibilidade de melhor inserção no mercado de trabalho, ascensão social e desenvolvimento social. Embora haja dificuldades de toda ordem enfrentadas por estes jovens (cansaço, *stress*, problemas familiares, falta de dinheiro para adquirir material, alimentação deficiente), a universidade deve buscar uma adequação do curso noturno para esta clientela específica.

Dentro desse contexto, a FACESM adota a posição de que os cursos noturnos atendem às exigências da atual realidade social, inclusive permitindo manter a saúde financeira da instituição. Nesse sentido, o Programa de Estágios desta Faculdade compreende e adota procedimentos que valorizam os perfis dos alunos inscritos nos cursos noturnos.

O mesmo ocorre no ensino superior. Quando este é realizado em escola privada, 11,3% estão desempregados, 67,8% ocupados e 20,9% inativos, ao passo que quando é realizado em escola pública, a proporção de desempregados reduz-se para 7,9%, a de ocupados para 59,9% e a de inativos aumenta para 32,2% (Souza, 2001, p.31).

Aqui cabe ressaltar que a realidade de Itajubá, embora não haja números oficiais, apresenta semelhança¹³, tomando como base os dados cadastrais da FACESM.

2.2.5 Estágio e experiência de trabalho

A busca pela realização de estágio, no entendimento de Souza (2001, p.36), mostra que é uma forma dos jovens adquirirem alguma experiência dentro dos padrões de exigência do mercado de trabalho e, em alguns casos, conseguirem uma fonte de renda para cobrir parte das despesas com o estudo ou mesmo com o lazer.

No entanto, somente 12,6% dos jovens da RMBH realizaram algum tipo de estágio, sendo que 7,6% fez um estágio remunerado e 5% não-remunerado. Quando se verificou a contribuição do estágio para a aquisição de experiência profissional, constatou-se que, para 84,7% dos jovens que haviam feito estágio, este trouxe alguma contribuição, mas, para 10%, só serviu para cumprir uma obrigação escolar e para 4,8% o estágio realizado não se relacionava na prática com sua formação escolar (Tabela 1).

ESPECIFICAÇÃO	PERCENTAGEM
SIM, remunerado	7,6
SIM, não-remunerado	5,0
NÃO	87,4
Total	100,0

Tabela 1 – Realização de estágio dos jovens de 15 a 29 anos
Rmbh - out-dez/2000

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI).
ConvênioFJP/Fapemig/Dieese/Seade/Sine MG (SOUZA, 2001, p.54)

A realização ou não de estágio indica que existe uma proporção maior de desempregados (17,1%) e inativos (32,2%) dentre os que não o fizeram; ao mesmo

¹³ Os dados serão apontados no capítulo “5” dessa dissertação.

tempo em que existe uma diferença de inserção caso o estágio tenha sido remunerado ou não. Quando foi remunerado, constata-se uma proporção elevada de ocupados (74%), além de reduzidas proporções de desempregados (14,5%) e inativos (11,5%), demonstrando a importância de como entrar no mercado de trabalho, sendo este aprendizado e fonte de renda, ao mesmo tempo¹⁴

A importância de pesquisar a quantidade de ocupações que o jovem já teve foi detectar a rotatividade no emprego para esta faixa etária, seguindo a hipótese de que este grupo populacional acaba sujeito a ocupações precárias, as quais, além da baixa remuneração, se caracterizam pela alta rotatividade, o que teria sérias implicações para os trabalhadores em todo o ciclo de vida, na medida em que estaria acumulando ocupações que pouco acrescentam em termos de experiência para um emprego estável e de qualidade (POCHMANN, 2000).

Verificou-se que 21,7% dos jovens, entre 15 e 29 anos, nunca trabalharam, e uma proporção razoável, 23,2%, tiveram somente uma experiência profissional. Mas, 29,7% tiveram três ou mais trabalhos e 7,3% tiveram vários, o que perfaz um total de 37% de jovens que, mesmo no início da vida profissional, mudaram de emprego no mínimo três vezes.

A quantidade de experiências profissionais também depende da idade do trabalhador, ou seja, quanto mais novo, menos experiências ele terá. Porém, existe uma parcela razoável que, mesmo antes dos 20 anos de idade, teve mais de três trabalhos durante a vida. Daqueles que tiveram mais de três ocupações, 50,7% tinham mais de 24 anos, embora 17,6% tivessem menos de 21 anos de idade. Da mesma forma, das pessoas que procuraram trabalho, mas ainda não conseguiram,

¹⁴ Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI). Convênio FJP/Fapemig/Dieese/Seade/Sine MG (Souza, 2001, p. 37)

grande parte (42,9%) tem entre 15 e 17 anos, mas 38% tinham entre 18 e 20 anos, 12,3% entre 21 e 24 anos e 6,8% mais de 24 anos (SOUZA, 2001, p.36).

Em termos de experiência profissional, acredita-se que o período de estágio pode ser uma possibilidade de colocação em melhores condições de competição no mercado de trabalho, tendo em vista a experiência adquirida em programas desta ordem.

2.2.5.1 Alocação dos Jovens no Sistema Produtivo

De acordo com Souza (2001, p. 39), considerando-se a atividade a que o jovem se dedica, escola, trabalho, procura de trabalho ou afazeres domésticos, verifica-se que daqueles que têm entre 15 e 17 anos, 46,3% só estudam, 9,8% estudam e trabalham, 10,8% estudam ao mesmo tempo em que procuram trabalho, 2,9% só trabalham, 3% só procuram trabalho. Daqueles com 18 a 24 anos, a proporção que só estuda é bastante inferior: 12,6%, menor do que a dos que combinam estudo e trabalho (13,7%), no entanto, maior do que os que combinam estudo e procura de emprego (6,6%). A maior parte, 32,6%, dedica-se somente ao trabalho, e 12,4% dedicam-se somente à procura de trabalho. Nesta faixa etária também aumenta a proporção dos que se dedicam somente aos afazeres domésticos, constituído por mulheres em sua totalidade.

Na faixa etária de 25 a 29 anos, a maior parte dos que estudam o fazem combinado ao trabalho (6,3%) ou à procura de trabalho (1,4%). A maioria dos jovens adultos só trabalha (43,6%), e reduz-se a parcela dos que só procuram trabalho

(11,2%). Já os afazeres domésticos passam ser a atividade de 10,4% dos jovens desta faixa etária, ainda menor que a dos adultos¹⁵.

Considerando-se somente os jovens ocupados, verifica-se que quanto mais cedo começam a trabalhar, mais “precária” se torna sua inserção atual no mercado. Dentre os assalariados com carteira assinada, 21,8% começaram a trabalhar entre 10 e 14 anos, 39,1% entre 15 e 17 anos, e 38,1% entre 18 e 24 anos. Dentre os assalariados no setor público, 14,4% começaram a trabalhar entre 10 e 14 anos, 28,5% entre 15 e 17 anos e 55,8% entre 18 e 24 anos. Nas posições mais precárias, a proporção que começa a trabalhar mais cedo é maior. Dentre os assalariados sem carteira assinada, 21,9% iniciaram a trabalhar entre 10 e 14 anos, 43,5% entre 15 e 17 anos e 34,3% entre 18 e 24 anos. Para os autônomos, 34,3% começaram a trabalhar entre 10 e 14 anos, 37,9% entre 15 e 17 anos, e somente 27,1% entre 18 e 24 anos. Para os empregados domésticos, cuja maioria é composta de mulheres, 36,2% começaram a trabalhar entre 10 e 14 anos, 42,3% entre 15 e 17 anos, e somente 20,3% entre 18 e 24 anos¹⁶

Ainda na tentativa de verificar a hipótese da inserção mais precária dos jovens no mercado de trabalho, Souza (2001) identificou que esta parcela da população está mais representada nas ocupações cujo vínculo empregatício é mais vulnerável. Assim, foram agregados, sob a alcunha de trabalho vulnerável, os assalariados do setor privado sem carteira assinada, autônomos que trabalham para o público em geral, domésticos mensalistas e diaristas, e os trabalhadores familiares sem remuneração salarial.

¹⁵ Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI). Convênio FJP/Fapemig/Dieese/Seade/Sine MG (Souza, 2001, p.39).

¹⁶ Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI). Convênio FJP/Fapemig/Dieese/Seade/Sine MG (Souza, 2001, p.40).

O resultado indicou um decréscimo deste tipo de trabalho de acordo com o aumento da idade. No entanto, a proporção de trabalho vulnerável entre as pessoas com idade acima de 30 anos é maior do que entre aqueles com idade de 25 a 29 anos. Provavelmente este resultado é decorrente do peso elevado que os autônomos que trabalham para o público têm para as pessoas de idade mais avançada (SOUZA, 2001, p.40).

A proporção de pessoas que desempenham trabalhos vulneráveis é maior para aqueles que combinam estudo e trabalho. Assim, dentre as pessoas de 15 a 17 anos que se dedicam às duas atividades, 73,3% faziam algum tipo de trabalho vulnerável contra 72,6% dos que só trabalham. Para os que têm entre 18 e 24 anos, o trabalho vulnerável ocupa 41,7% dos que trabalham e estudam e 37,2% dos que só trabalham. Para os jovens de 25 a 29 estes resultados são de, respectivamente, 30,9% e 29,3%¹⁷.

Em que pese os dados que trazem contribuições sobre a realidade educacional da RMBH serem do ano de 2001, retratando o conjunto da estrutura educacional (1º, 2º e 3º graus), estes são relevantes para o entendimento das condições indiretas do impacto na geração de oportunidades aos jovens, principalmente, no que se refere ao mercado de trabalho regional e os lugares passíveis de alocação.

¹⁷ Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI). Convênio FJP/Fapemig/Dieese/Seade/Sine MG (Souza,2001, p.41).

Nota: Trabalho vulnerável: proporção na população ocupada. Composto por assalariados no setor privado sem carteira assinada, autônomos que trabalham para o público em geral, domésticos mensalistas e diaristas, e os trabalhadores familiares sem remuneração salarial.

2.2.6 O Jovem de Minas Gerais e seu primeiro Trabalho

Essa discussão sobre a inserção dos jovens no mercado de trabalho, tomando como base os dados da Fundação João Pinheiro, o Centro de Estatística e Informações e Convênio FJP/Fapemig/Dieese/Seade/Sine MG, extraídas de Souza (2001), serve para aproximação com a realidade do estado de Minas Gerais. As necessidades e realidades da microrregião estudada servem, também, como argumento para, a partir desses dados, refletir sobre o jovem e o primeiro emprego.

Contudo, antes da análise da microrregião de Itajubá MG, faz-se necessário ainda aprofundar um pouco mais na realidade do Brasil e de Minas Gerais como um todo.

No Brasil, as identificadas descontinuidades demográficas mostram grande relevância àquilo que se chamou, conforme Bercovich e Madeira (1990), de “onda jovem” em razão do grande número de jovens competindo no mercado de trabalho nos anos 90 em decorrência das descontinuidades demográficas, características de um processo de desestabilização da estrutura etária. O conceito de descontinuidades demográficas enfatiza os processos relativos a grupos etários específicos. Como efeito da influência das variações nos componentes da dinâmica demográfica – fecundidade, mortalidade, migrações – a pirâmide etária pode sofrer estreitamentos e alargamentos bruscos, produtos do aumento ou diminuição do número de nascimentos. Chamam-se descontinuidades justamente a essas variações bruscas no tamanho de coortes sucessivas. (BERCOVICH E MASSÉ, 2004).

De forma incorreta, as descontinuidades demográficas podem provocar pressões sociais e conseqüências indesejáveis tanto no mercado de trabalho quanto

no sistema educacional, o que parece ter ocorrido no país naquela década, (MUNIZ, 2002).

Portanto, a melhoria das condições de inserção do jovem no mercado de trabalho é um ponto muito importante a ser abordado. Os modelos de inserção e as possibilidades futuras do jovem brasileiro são muito insuficientes. A situação não é satisfatória como se observa pelos dados a serem mostrados, principalmente quando os jovens de baixa renda são analisados em separado.

Segundo Golgher e Júnior (2003), o desenvolvimento de um país não deveria ser medido por seus níveis de renda per capita ou mesmo pelos seus Índices de Desenvolvimento Humano (IDH). Um indicador muito mais recomendado seria o respeito da sociedade pela formação geral de seus jovens, incluindo medidas para melhores perspectivas futuras de inserção social e pela criação de melhores oportunidades no mercado de trabalho.

De acordo com as tendências de estudo atuais, Sen (2000, 17-26) explicita que as sociedades ocidentais, em especial aquelas caracterizadas como subdesenvolvidas, devem consolidar os caminhos instrumentais da democracia. São essas as liberdades (políticas, econômicas, individuais e organizacionais) que permitirão as melhores oportunidades de inserção social, tornando possível a centralidade do trabalho.

Entretanto existem dúvidas a respeito quanto à eficiência destes programas. Defensores de uma segunda bolsa escola, como Neri (2003), argumentam que subsídios à contratação de jovens pressionam a oferta de postos de trabalho existentes. Além disso, estudos revelam que o efeito idade ou ciclo de vida tem menor capacidade explicativa da desigualdade de rendimentos do que a educação,

o que sugere que uma política de melhoria da qualidade de ensino teria efeitos muito relevantes na diminuição das desigualdades sociais, (MENEZES-FILHO, 2000).

Uma das questões relevantes é quanto à focalização destas políticas. Segundo apresentado em Rios-Neto e Golgher (2003), devido à heterogeneidade da população jovem brasileira, o desenvolvimento de uma política voltada para o primeiro emprego e para a melhoria da inserção no mercado do jovem também não pode ser homogênea. Grande parte dos jovens brasileiros estuda, mas muitos já não freqüentam instituições de ensino. Dentre os primeiros, alguns estão na universidade enquanto outros ainda estão no ensino fundamental. Muitos trabalham, outros procuram emprego. Alguns não trabalham e não estudam, ou seja, são duplamente excluídos. Portanto, a forma de promoção da inserção no mercado de trabalho para cada um deles tem que ser necessariamente diferente.

Segundo Pereira (1986), o Brasil seria subdesenvolvido dado que seus trabalhadores não têm quantidades adequadas dos meios de produção (máquinas e equipamentos) para executar seus serviços, ou mesmo que não dispõem de conhecimentos técnicos necessários para uma produtividade, ou até porque a população cresce mais do que as oportunidades dos meios da produção.

Pastore (2007) diz que, com o avanço das tecnologias e com a globalização dos negócios e do próprio mercado de trabalho, tornou-se mais fácil fazer crescer o Produto Interno Bruto – PIB – do que expandir o emprego. É verdade que os tempos mudaram. Há 50 anos, predominavam empresas gigantescas, verticalizadas e que abrigavam dezenas de milhares de empregados. Hoje, as novas tecnologias permitem às unidades menores produzirem com eficiência e de forma descentralizada. Em torno das empresas, circulam, como satélites, outras empresas e profissionais, de todos os tipos. A produção de hoje é realizada por uma

constelação de empresas e profissionais muito bem articulados entre si e que formam redes de colaboradores. São as redes – e não as empresas – que competem no mercado. Nesta nova divisão do trabalho não se pode querer enquadrar todos os trabalhadores como empregados. Foi-se o tempo em que o mundo do trabalho se dividia entre empregados e empregadores.

Segundo o autor, no mundo inteiro, as empresas que mais crescem são as que menos têm empregados. Nos Estados Unidos, por exemplo, entre 2003 e 2004, houve um aumento de quase um milhão de empresas desse tipo. Das 27 milhões de empresas existentes, 19,5 milhões (72%) são sem empregados. No Brasil, segundo os dados do Cadastro Central de Empresas (IBGE, 2003), das 4,9 milhões de empresas existentes, 3,4 milhões (69%) estão nesta categoria (em 1997 eram 65%). Cerca de 17% do pessoal ocupado no Brasil trabalham em empresas sem empregados. As áreas de atuação são as mais variadas, desde lanchonete até consultoria.

Conforme Domingos (2007), nunca na história se teve um contingente tão significativo quanto potencial de jovens; só que eles estão chegando no mercado de trabalho quando este está encolhendo. Além disso, pela comunicação de massa, este contingente está sendo bombardeado por uma sociedade de consumo, que o convida a possuir os bens e serviços, mas sem lhe dar perspectivas de como adquiri-los. Os jovens, de todos os níveis sociais, sabem tudo sobre como consumir e quase nada de como possuir, pois não têm perspectivas; então vem a frustração, matéria-prima para a violência. Como a expectativa de emprego nos setores organizados é pouca, existe um desemprego de aproximadamente 50% nesse segmento.

Estudos anteriores sobre determinantes da renda têm dado destaque ao papel desempenhado pelo nível de escolarização dos indivíduos. Chama-se a atenção para os excepcionalmente elevados retornos da educação no Brasil (PSACHARAPoulos, 1992), como para o fato de que a educação “protege” os rendimentos do trabalho das variações associadas ao ciclo econômico (RAMOS, 1991). Portanto, dada a relação de causalidade entre educação e renda, a desigualdade da população em relação aos anos de estudo se rebateria sobre a desigualdade da renda (BARROS E RAMOS, 1989), afetando em última análise a incidência de pobreza. Sabe-se ainda que o nível de escolaridade dos pais é importante determinante dos anos de estudos de seus filhos, e que, neste sentido, a educação é um elemento fundamental na transmissão intergeracional da característica quanto ao nível de rendimento, consistindo em um elemento explicativo chave da perpetuação da pobreza (LAM, 1992).

As significativas taxas de desemprego junto às dificuldades de inserção dos jovens no mercado de trabalho têm surgido como discussão na mídia e sociedade política. O mercado brasileiro, para o trabalho do jovem, tem mostrado obstáculos: taxas de desemprego elevadas, baixos rendimentos e baixo nível de escolaridade geram expectativas profissionais desfavoráveis, principalmente para o primeiro emprego, conforme Araújo et al (2002). Portanto, a melhoria das condições de inserção do jovem no mercado de trabalho é um ponto muito importante a ser abordado. Os modelos de inserção e as possibilidades futuras do jovem brasileiro são muito insuficientes. A situação não é satisfatória como se observa pelos dados a serem mostrados.

O texto a seguir mostra a importância do primeiro trabalho por meio da contextualização dos índices de atividade e de desemprego, enfatizando a situação

do jovem, público alvo de programas de primeiro emprego, e a sua heterogeneidade. Os dados apresentados serão do estado de Minas Gerais. Focaram-se características como idade, sexo, frequência e nível escolar, participação na População Economicamente Ativa (PEA) ou não, se desempregado ou ocupado. Os resultados demonstram a importância de se tratar políticas públicas voltadas à situação do jovem, objeto de políticas de primeiro emprego e as tendências observadas na região.

Os dados são analisados qualitativamente permitindo compreender a situação do mercado de trabalho dos jovens do estado de Minas Gerais e sua relação com as políticas direcionadas. Golgher e Araújo (2003) consideraram os jovens com idade entre 15 e 24 anos. As informações têm como fonte os microdados da Pesquisa por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE dos anos de 1993 e 2001. Os jovens de baixa renda são aqueles que viviam em um domicílio com renda per capita ajustada menor que $\frac{1}{2}$ salário mínimo, incluindo agregados. Os pesquisadores do IBGE – PNAD fizeram um ajuste para o número de pessoas no domicílio, já que existe ganho de escala quanto ao custo médio por pessoa no domicílio. Isto porque o aumento de custo em introduzir uma nova pessoa em um domicílio que já conta com, por exemplo, dez indivíduos tende a ser menor do que para um domicílio com um número muito menor de pessoas.

2.2.6.1 Taxas de atividade dos jovens e a empregabilidade em minas gerais

A grande parcela de jovens com baixa renda tem como principais fontes a não participação na População Economicamente Ativa – PEA, as altas taxas de desemprego e a baixa renda entre os ocupados. Segundo Golgher e Araújo (2003, p.4), aproximadamente 80% destes ganhavam menos que 2 salários mínimos.

A PEA, segundo a definição utilizada aqui, é composta por vários segmentos diferentes da população: pelas pessoas que tinham trabalho, mesmo estando temporariamente afastadas; pelos indivíduos que trabalhavam na produção para o consumo próprio ou na construção para o próprio uso; pelos trabalhadores não remunerados que trabalhavam mais que 15 horas semanais; e por aqueles que não tinham trabalho e estavam procurando emprego.

As pessoas que não estão trabalhando e que também não estão à procura de emprego não são considerados como PEA. Isso deve ser ressaltado, pois o senso comum aponta para uma definição mais abrangente do conceito de desempregado. Indivíduos que não têm trabalho e que não procuraram emprego num período determinado por qualquer razão não são considerados desempregados e não estão na PEA. (GOLGHER; ARAÚJO, 2003 P. 5).

Conforme Teles et ali (2003), dados da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios – PNAD-1999 e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE detectaram que, em Minas Gerais, 26,5% da PEA representam jovens de 15 a 24 anos. Do total de jovens mineiros inseridos no mercado de trabalho, a maioria tinha entre 20 e 24 anos e representam 53%, seguidos daqueles com idade entre 15 e 17 anos (25%). A inatividade era mais intensa na faixa etária de 15 a 17 anos, com quase metade do total de jovens inativos (49%). Dentre os ocupados, a grande maioria era composta pelos jovens de 20 a 24 anos (55%).

Considerando os desempregados, o peso dos jovens entre 15 e 17 anos era de 32%, fato que demonstra a maior participação destes na desocupação em relação aos ocupados (23%) ou ao mercado de trabalho em geral. Em Minas Gerais, os homens jovens formam a maior parte dos ocupados e as mulheres são maioria entre os jovens sem atividade. Com parcela menor na inserção relativa no mercado

de trabalho, estas mulheres têm taxas de desemprego superiores às dos homens (22% contra 14%).

No volume dos jovens em atividade, em todas as faixas etárias consideradas, 60% ou mais tinham completado no máximo o ensino fundamental. As mais escolarizadas são as jovens mulheres, mais do que os homens jovens, isso em todas as faixas etárias, mostrando que as mulheres têm maior probabilidade de estudar mais. O Volume de desocupação permanece alto tanto para os homens quanto para as mulheres em todas as faixas de idade.

O Estado de Minas Gerais também foi marcada pela informalidade. A geração de postos de trabalho de qualidade inferior contribuiu para redução da taxa de desemprego no estado. Em se tratando da PEA, Minas Gerais leva vantagem naquela década de 1990, com isso aumentando a oferta de trabalho. Aliado ao crescimento da taxa de desemprego, este fato provoca uma retração no mercado de trabalho, principalmente para os jovens. Mesmo com a expansão da economia informal, a PEA jovem aumenta e, com ela, também a taxa de desemprego para este grupo, carente de políticas direcionadas (TELES ET ALI, 2003).

A taxa de atividade dos jovens (tanto homens quanto mulheres) é crescente com a idade para o ano de 2001. Cabe observar também que, no caso dos homens, a taxa de atividade dos grupos etários mais jovens e de baixa renda é maior que do total dos jovens, acontecendo uma inversão a partir dos 19-20 anos, todavia sempre com diferenças pequenas. No caso das mulheres, a taxa de atividade das jovens de baixa renda é menor que do montante para qualquer grupo etário e com diferenças crescentes nos grupos etários mais velhos. Isso sugere que as mulheres de baixa renda tendem a não participar da PEA pelos baixos salários que teriam caso

participassem da PEA, bem como pela escolha do casamento e geração de filhos como forma de inserção social¹⁸

Na comparação dos anos de 1993 e 2001, Golgher; Junior (2003, p.6) mostra que a taxa de atividade sofreu redução para qualquer grupo etário, tanto para os indivíduos de baixa renda, menos apenas para o grupo etário de 23-24 anos, grupo este que em 2001 apresenta uma taxa de atividade maior que aquela verificada em 1993. Esta situação é comum em países cujas taxas de escolaridade e de desemprego estão se expandindo. A razão mais evidente para a diminuição na participação na PEA é que muitos jovens não participam da PEA por estarem freqüentando instituições de ensino. Contudo, muitos dos jovens não participam da PEA por total desalento quanto à suas chances de conseguir emprego ou atividade profissional. Eles não estão na PEA, pois, além de não terem ocupação, não tomaram nenhuma providência na busca por uma colocação no mercado de trabalho.

2.2.6.2 Taxas de Desemprego dos jovens de Minas Gerais

A taxa de desemprego é sempre maior para as pessoas mais pobres quando comparada ao volume total de desempregados, e ainda, para os jovens, as taxas de desemprego chegam aos 30% para os homens com idade entre 19 e 20 anos, e mais de 50% entre as mulheres do mesmo grupo etário.

Embora os dados reportem ao ano de 2001, servem como referências balizadoras às discussões trazidas ao longo desta dissertação. Ainda que mereçam atualizações, continuam significativos às pretensões ora transcritas.

¹⁸ Para aprofundar ver Golgher e Junior (2003, p. 5).

Por outro lado, atento pela suposição de que o desemprego pode ocultar altas taxas de rotatividade¹⁹, o estágio remunerado contempla também uma possibilidade de reclassificação do mercado de trabalho, pois é entre os jovens que a taxa de desemprego tende a aumentar em períodos de dificuldades ou diminuir frente às demandas quando crescentes.

Dentro do estágio remunerado, a idade é limitadora do acesso ao mundo do trabalho, uma vez que, cada vez mais, o jovem sofre em consequência das taxas de desemprego que o cerca.

Esses dados de Minas Gerais, extraídos basicamente de Golgher; Junior (2003), tendo como fonte o PNAD/IBGE, serve de elementos para reflexão sobre a microrregião de Itajubá, uma vez que os dados guardam proporções extensivas à realidade estudada.

Dado a precariedade do trabalho, estão vinculadas ao desenvolvimento de competências, habilidades, criatividade e qualidades que devem compor a formação do jovem na busca do primeiro emprego e na manutenção da empregabilidade.

Esses dados também auxiliam em indicações e indicativos de que o Estado, por intermédio de instituição de formação, deve criar as condições para adequar a formação do jovem da tecnologia, da sociedade da informação e do mercado de trabalho.

É dentro desse contexto de pretensões e ajustes da realidade local que o Programa de Estágios da FACESM empreende seus esforços na busca de alocar os jovens universitários no mercado de trabalho.

¹⁹ Tempo médio de vínculo reduzido, resultante do fato de parcela significativa dos jovens ocupar postos de trabalho de qualidade inferior, postos estes que limitam a possibilidade de crescimento profissional e de qualificação, o que acaba por gerar pouco incentivo ao trabalhador para prolongar o vínculo.

3 MÉTODO

Na pretensão de analisar o Programa de Estágios Remunerados da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Sul de Minas – FACESM²⁰, localizada em Itajubá, identifica-se a inserção dos jovens graduandos no mundo do trabalho, no período de 1998, ano da criação do Programa, a 2007, quando a instituição foi homenageada pela Federação das Indústrias de Minas Gerais – FIEMG/IEL pelas melhores práticas de estágios, período identificado para o estudo já que o programa insere, a cada ano que passa, um número maior de graduandos no mercado de trabalho. Portanto a instituição escolhida foi a FACESM, significativo núcleo de formação do terceiro grau na cidade de Itajubá, Sul de Minas Gerais.

Itajubá está inserida numa microrregião que compreende treze cidades: Brasópolis, Consolação, Cristina, Delfim Moreira, Dom Viçoso, Itajubá, Maria da Fé, Marmelópolis, Paraisópolis, Piranguçu, Piranguinho, Virgínia e Wenceslau Braz, perfazendo uma área de 2.979,130 km² com uma população aproximada de 192.800 habitantes²¹. Desejam-se mostrar indicadores sócio-econômicos, principalmente aqueles que envolvam oportunidades de inserção dos educandos da FACESM nos setores industrial, comercial e de serviços.

Para estudo da microrregião de Itajubá a coleta dos dados se dará por meio da internet, utilizando-se de órgãos governamentais tais como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE 2007), Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais (INDI) e Fundação João Pinheiro (FJP), sediada em Belo Horizonte MG. Estes órgãos tratam de indicadores sócio-econômicos do país bem como de

²⁰ A apresentação da FACESM será intensificada no capítulo IV desta dissertação.

²¹ Estes indicadores serão mostrados no capítulo IV – Perfil da microrregião de Itajubá.

Minas Gerais e Itajubá, e serão citados no conjunto do texto, principalmente no capítulo IV, que tratará dos indicadores sócio-econômicos da microrregião de Itajubá, MG, objeto de estudo da dissertação. Os dados documentais da FACESM serão coletados junto ao Departamento de Estágios da instituição de ensino superior, sendo esta instituição a principal fonte de dados, centrais às respostas das questões levantadas.

Yin (2001) sugere que o banco de dados coletado seja organizado e armazenado em forma de tabelas para que, posteriormente possa ser recuperado para seguimento do estudo. No que tange à análise dos dados, esse autor recomenda classificar as tabelas de forma a recombinar as evidências de acordo com as proposições teóricas iniciais. No caso da FACESM, classificar-se-ão documentos relativos ao Programa de Estágios.

Segundo exemplo de Yin (2001), os elos causais podem refletir interpretações importantes do processo de política pública ou mesmo da teoria da ciência social. As proposições de política pública, se estiverem corretas, podem levar a recomendações sobre as políticas que serão utilizadas no futuro. O autor continua e descreve que as proposições de ciência social, se forem corretas, podem levar a grandes contribuições à formulação de teoria. Portanto, a apresentação dos dados ou explanação do estudo consiste em estipular elos causais que reflitam proposições teoricamente importantes (YIN, 2001 p.141).

3.1 TIPO DE PESQUISA

Esta pesquisa tem um caráter qualitativo, no entanto não despreza os indicadores quantitativos que caracterizam a região socioeconomicamente e os números do programa de estágio estudado.

Assume uma perspectiva descritiva para realizar uma leitura sobre o papel, social até, da FACESM no programa de inserção de seus alunos, na condição de estagiários, no mercado de trabalho. Ganha também a afeição de estudo de caso, uma vez que perpassa, exclusivamente, pelos dados da instituição mencionada.

Portanto, por tratar-se também de estudo de caso, utilizar-se-á como fonte de dados os documentos do programa de estágio da FACESM e o conjunto de leis que regulam os estágios no país.

Cabe ressaltar que o esforço metodológico visa responder às problematizações e questionamentos formulados ao longo do trabalho, buscando respostas pertinentes e próximas da realidade estudada. Leva-se em consideração que privilegiou-se aspectos de pesquisas do tipo descritiva, trazendo, ao interior do texto, os elementos que, acredita-se, fornecem os subsídios necessários e concretos para explicar o proposto.

Ainda explicitando os caminhos trilhados e a fim de atender a proposta deste trabalho, aponta-se o caráter documental em questão, utiliza-se um estudo de caso sobre o papel da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Sul de Minas – FACESM, em Itajubá, MG, que detém um Programa de Estágio, na inserção de jovens graduandos em seu primeiro emprego ou estágio, amparados nas Leis de Estágio nº 494/77, Decreto Lei 87.497/82 e a nova Lei Nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, estas regidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego do Governo Federal.

Conforme Yin (1983 p. 19-21), o estudo de caso vem sendo utilizado como estratégia comum de pesquisa na sociologia, na ciência política, no trabalho social e também na administração. O estudo de caso permite uma investigação que preserva as características significativas dos eventos da vida real, como por exemplo,

processos organizacionais, mudanças ocorridas em regiões urbanas e maturação de alguns setores. Podem-se elaborar estudos de caso até mesmo na economia de uma cidade ou mesmo região com propósitos de conhecer fatos sociais. O estudo de caso é apenas uma das várias formas de se fazer pesquisa em ciências sociais. Experimentos, levantamentos, análise de informações em arquivos, como por exemplo, estudos de economia. O autor descreve que estudos de caso representam a estratégia preferida quando se colocam questões do tipo “como” e “por que”, bem como quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real. Podem-se complementar esses estudos de caso “explanatórios” com dois outros tipos – exploratório e descritivo.

O estudo de caso, de acordo com Lazzarini (1995, p.17), caracteriza-se, num foco maior da compreensão dos fatos, ao invés de sua mensuração, preocupando-se com um evento contemporâneo inserido num contexto real.

De acordo com Yin (2001, p.42), num estudo que priorize a metodologia do estudo de caso existem cinco pontos importantes: (1) as questões do estudo; (2) suas proposições, se houver; (3) sua(s) unidade(s) de análise; (4) a lógica que une os dados às proposições da pesquisa; e (5) os critérios para se interpretar as descobertas.

3.2 UNIDADE DE ANÁLISE

Um componente importante, segundo Yin (2001, p.44), refere que em algumas ocasiões a unidade de análise pode ser definida de determinada forma, entretanto, o fenômeno que se estuda exige uma definição diferenciada. Segundo o autor, a unidade de análise (e, portanto, do caso) está relacionada com as questões que foram propostas da pesquisa. O autor relata, como exemplo, o papel dos

Estados Unidos na economia mundial (DRUCKER, 1996, p. 21-49) quando escreve um ensaio sobre as alterações fundamentais ocorridas na economia mundial, que incluía o fato importante dos “movimentos de capital” independentemente do fluxo de bens e serviços. A unidade de análise para um estudo de caso pode ser a economia de um país, um estado, uma indústria ou uma organização globalizada.

Neste trabalho, o caso a ser estudado é o programa de estágios empresarial que trata da inserção dos graduandos da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Sul de Minas – FACESM no mercado de trabalho da microrregião de Itajubá no Sul do Estado de Minas Gerais.

Trata-se, todavia de um estudo único, no que se refere à colocação dos graduandos da instituição em idade de procura do primeiro emprego como oportunidade de crescimento pessoal, bem como profissional, fazendo uma interface dos conhecimentos teóricos adquiridos em salas de aula com os procedimentos das organizações empresariais de bens e serviços, ocasionando, portanto, um impacto sócio-econômico nesta microrregião.

3.3 COLETA DOS DADOS

Conforme Yin (2001, PP.105-107), “as evidências para um estudo de caso podem surgir de seis fontes distintas: documentos, registros em arquivo, entrevistas, observação direta, observação participante e artefatos físicos”. Além disso, o autor ressalta a necessidade de banco de dados para o estudo, ou seja, um conjunto de evidências distintas para a elaboração do estudo de caso e que exista uma ligação clara entre os dados e as questões da pesquisa.

3.4 DOCUMENTAÇÃO

No que tange à FACESM, a coleta dos dados se dará por meio de documentos do Programa de Estágios da instituição que constem resultados necessários à pesquisa no período desejado, 1998 a 2007, tais como tabelas, gráficos, relatórios e outros indicadores que possam contribuir para o estudo da dissertação. Por outro lado, na pesquisa em andamento, serão utilizados sites de domínio público de organismos oficiais tais como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Fundação João Pinheiro de Minas Gerais (FJP), Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais (INDI) e outros sites oficiais e regionais que possam contribuir com informações relevantes para nortear os caminhos permeados na relação sociedade-juventude, principalmente aqueles dados sócio-econômicos, da microrregião de Itajubá, relacionados com a geração de oportunidades para o mercado de trabalho regional, já que a proposta do estudo foca a inserção dos graduandos da FACESM no mundo do trabalho microrregional.

3.5 PROCEDIMENTO DE ANÁLISE

O tratamento científico dado aos documentos dos órgãos governamentais restringe-se ao caráter descritivo, e necessário, da microrregião, uma vez que se faz pertinente às pretensões da pesquisa uma identificação sócio-econômica da microrregião para, a posteriori, instrumentalizar a análise dos resultados obtidos no estudo.

Por outro lado, na análise dos documentos da FACESM far-se-á uma sobreposição das diretrizes do Programa de Estágios com as leis citadas no item 3.1, buscando identificar as contradições entre a lei, o programa de estágios, as demandas da região, das indústrias e os resultados obtidos da pesquisa. Essa

sobreposição do Programa da FACESM com as normativas reguladoras do estágio, sem desconsiderar a realidade demonstrada pelo mercado, pode apontar respostas seguras aos objetivos propostos e balizar ou não a validade das estratégias da instituição em promover a inserção do jovem no mercado de trabalho.

Dentro da centralidade desta pesquisa busca-se analisar os dados de forma crítica, apontando as contradições existentes entre as exigências do mercado de trabalho, do Programa da FACESM e da realidade da microrregião de Itajubá. Com isso, implica afirmar que a leitura dos dados não se afasta da realidade sócio-econômica mundial, nacional, regional e, principalmente local.

Com essas estratégias e procedimentos de leitura dos documentos pretende-se responder ao objetivo geral e aos específicos formulados.

4. PERFIL DEMOGRÁFICO DA MICRORREGIÃO DE ITAJUBÁ – MG

Neste capítulo apresenta-se um panorama demográfico da microrregião de Itajubá, MG, com a perspectiva de apresentar suas características sócio-econômicas, o que será útil para identificar as demandas mercadológicas regionais e o papel institucional da Faculdade, bem como auxiliar na análise dos resultados da pesquisa no que tange à geração de oportunidades aos jovens no mercado de trabalho e a intencionalidade da política de estágio da FACESM.

Embora a ênfase recaia sobre uma leitura sócio-econômica da microrregião estudada, não se podem desconsiderar as questões macroeconômicas, pois, neste trabalho, entende-se que a microrregião repercute, em grande medida, a uma realidade macro.

Os dados apontam que o perfil da microrregião, identificada como nº 56, composta de 13 municípios do sul do Estado de Minas Gerais, nada mais é do que um retrato das potencialidades sócio-econômicas das cidades envolvidas no Programa de Estágio. Potencialidades essas que possam, de alguma forma, contratar os graduandos da FACESM para um estágio remunerado.

Para isso, necessário se torna descrever e discutir pontos pertinentes à vida institucional das cidades em destaque, uma vez que têm relação com o perfil dos cursos ministrados pela FACESM, além de constituírem fatores fundamentais para a absorção de graduandos inscritos naquele Programa de Estágios. Portanto, deve-se contextualizar o perfil da microrregião de Itajubá, suas empresas, serviços e atividades de agronegócio.

A descrição demográfica sobre o estado de Minas Gerais inicia-se com suas dez regiões de planejamento, inclusive a do Sul de Minas, que contempla onze microrregiões. Entre elas, se insere a microrregião de Itajubá, objeto dessa

dissertação. Essa localização aponta para a necessidade de se estudar o modo de desenvolvimento da microrregião.

4.1 MINAS GERAIS NO CONTEXTO NACIONAL

Conforme o Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais (INDI, 2008, p.1), o estado abrange um território de 586.852km². Geograficamente, está posicionado de forma privilegiada, próximo aos centros de decisão do país. De acordo com esse instituto, se esboçada uma circunferência de 800 km de raio a partir do centro do triângulo formado pelas capitais de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, o território obtido abriga cerca de 49% da população brasileira; 65% do PIB nacional e 61% das vendas a varejo brasileiras. Minas Gerais é o segundo estado mais populoso do Brasil, com quase 20 milhões de habitantes (IBGE/ 2007), distribuídos entre seus 853 municípios. Desse total, cerca de 5 milhões de habitantes estão localizados na Região Metropolitana de Belo Horizonte, a capital do estado.

Do ponto de vista da localização geográfica, político-administrativa e regional, Minas Gerais, comparada aos números do Brasil, apresenta-se como um dos estados mais importantes do país em termos de desenvolvimento. A tabela 2 demonstra o argumento utilizado.

MINAS GERAIS	BRASIL
Capital: Belo Horizonte	Capital: Brasília
População Residente em 2007 (mil habitantes): 19.262	População Residente em 2007 (mil habitantes): 183.889
Regiões de Planejamento: 10	Grandes Regiões: 5
Microrregiões Geográficas: 66	Microrregiões Geográficas: 558
Municípios: 853	Municípios: 5.564
Distritos: 1.612	Distritos: 5.564
Regiões Metropolitanas: 2	Regiões Metropolitanas: 27
Área Total (em mil km²): 587	Área Total (mil km ²): 8.547
Densidade Demográfica (hab./km²): 33,3	Densidade Demográfica (hab./km ²): 21,9

Tabela 2 – Informações selecionadas - Minas Gerais e Brasil (posição: setembro/2007)
 Fontes: instituto brasileiro de geografia e estatística (IBGE), sistema IBGE de recuperação automática (SIDRA) (www.sidra.ibge.gov.br); contagem da população, 2007. Perfil de Minas Gerais (FJP/CEI, 2007, p.12). Disponível em <http://www.fjp.gov.br> acesso em 30 de agosto de 2008.

Observa-se que a população de Minas equivale proporcionalmente a 10,5% da população brasileira²². As dez regiões de planejamento de Minas Gerais possuem características sócio-econômicas distintas. Enquanto as regiões ao norte do estado mostram maiores carências, com baixos indicadores de desenvolvimento, dado sua economia mais tradicional; as regiões ao sul e centro do estado evidenciam certa modernidade e desenvolvimento, com uma economia mais industrializada. Quando se refere aos dados demográficos, a concentração da população se dá na área central, onde se localiza a Região Metropolitana de Belo Horizonte, e no Sul de Minas, onde está inserida a microrregião de Itajubá.

Por outro lado, as regiões ao norte do estado constituem vazios populacionais, com grande parte da população morando em áreas rurais e em municípios com enorme extensão territorial. Observa-se na Figura 1 as localizações

²² Essa informação foi extraída do Informativo CEI/FJP (2003, p. 28-29).

das dez regiões de planejamento (RP) com todos os municípios que compõem o estado de Minas Gerais.

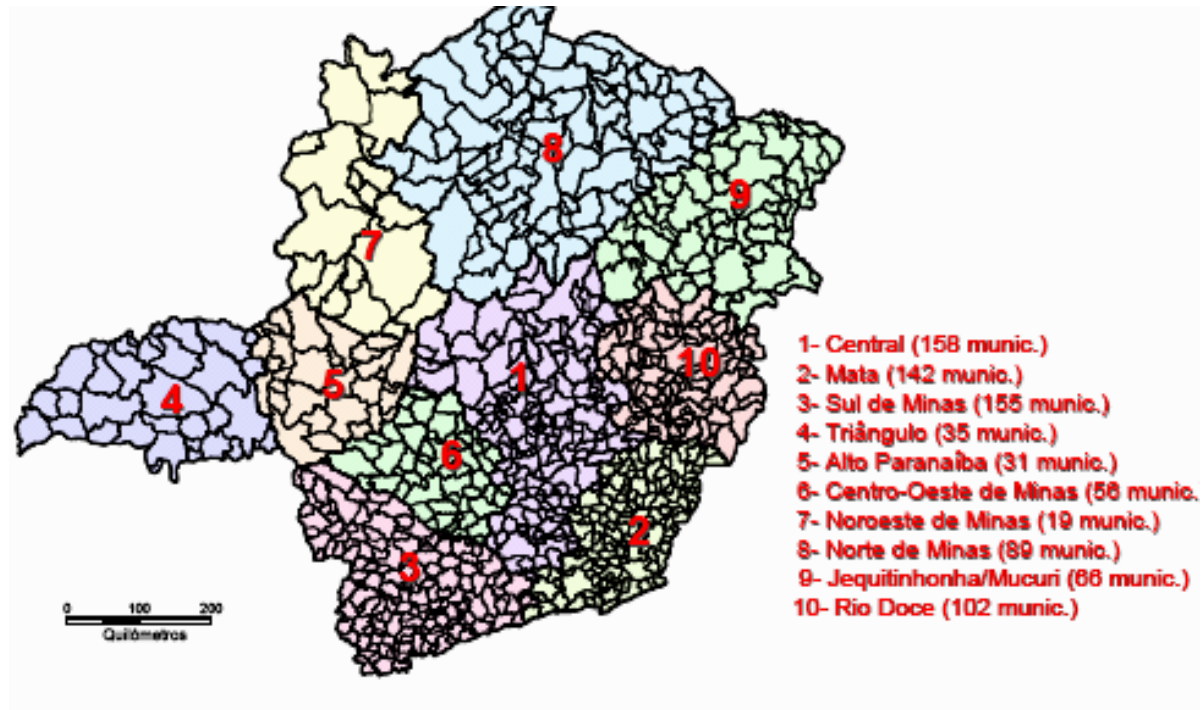


Figura1 – Regiões de Planejamento - Minas Gerais - 2000

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (Informativo CEI, FJP, 2003, p.29)

As Regiões de Planejamento denominadas Sul de Minas, Central, Zona da Mata e Rio Doce concentram a maior parte dos municípios mineiros. Em sua maioria, elas possuem pequena área territorial com aglomeração de 557 municípios. Já o Sul de Minas é composto por 155 municípios, com população, segundo o censo de 2000, de 2.384.851 habitantes, correspondendo a 13,4% da então população do estado, com aproximadamente 18 milhões de habitantes. Possui 1.856.424 de área urbana e 528.42 de área rural, com significativo crescimento populacional em ambas, concentrando muitas cidades com menores dimensões territoriais.

REGIAO DE PLANEJAMENTO	1980			1991			2000		
	Total	Urbana	rural	Total	Urbana	rural	Total	Urbana	rural
1 - Central	4.172.507	3.518.262	654.245	5.261.469	4.595.023	666.446	6.278.865	5.798.500	480.365
2 - Mata	1.638.768	996.479	642.289	1.847.158	1.278.411	568.747	2.030.856	1.557.231	473.625
3 - Sul de Minas	1.770.175	1.116.145	654.030	2.082.001	1.491.646	590.355	2.384.851	1.856.424	528.427
4 - Triângulo	899.789	726.858	172.931	1.081.901	946.253	135.648	1.280.022	1.170.828	109.194
5 - Alto Paranaíba	439.192	293.046	146.146	513.747	392.323	121.424	589.864	494.759	95.105
6 - Centro-Oeste de Minas	735.368	526.469	208.899	859.421	682.335	177.086	987.765	845.505	142.260
7 - Noroeste de Minas	278.905	115.395	163.510	305.285	186.637	118.648	334.509	249.739	84.770
8 - Norte de Minas	1.127.038	488.491	638.547	1.359.049	743.996	615.053	1.492.715	963.205	529.510
9 - Jequitinhonha/Mucuri	922.745	388.902	533.843	971.717	492.355	479.362	977.779	571.878	405.901
10 - Rio Doce.	1.394.066	812.087	581.979	1.461.404	977.914	483.490	1.534.268	1.163.759	370.509
MINAS GERAIS	13.378.553	8.982.134	4.396.419	15.743.15	11.786.893	3.956.259	17.891.494	14.671.828	3.219.666

Tabela 3 - População Residente, por situação de domicílio, segundo regiões de planejamento

Minas Gerais – 1980/1991/2000

Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censo Demográfico, 1980, 1991, 2000 (Informativo CEI, FJP, 2003, p.29)

Como pode ser observado na tabela 3, das regiões de Minas Gerais, aquele em que se encontra a cidade de Itajubá, é pólo em fase de desenvolvimento industrial urbano, com um total de 2.384.851 habitantes (IBGE, 2000).

De uma forma ou de outra, a microrregião de Itajubá, situa-se na vanguarda da alavancagem do desenvolvimento empregatício, nos termos propostos pelo Ministério do Trabalho e Emprego, bem como da Organização Internacional do Trabalho (OIT), é o que indica as pretensões do poder público e os investimentos tecnológicos que se anunciam na microrregião²³.

²³ A mídia local tem divulgado ufanisticamente esses aspectos.

Há de se evidenciar que a divisão regional é definida segundo critérios que apontam indicadores sociais, infra-estrutura física e a rede de comunicações e de localidades. Esses critérios sugerem a microrregião de Itajubá como um importante pólo, o que corrobora a posição da mídia local.

O estado de Minas Gerais abriga, segundo os critérios e orientação do IBGE, 66 microrregiões, 11 delas, conforme indicado anteriormente, compõe o território do Sul de Minas, numeradas de 42 a 57: Passos (47), São Sebastião do Paraíso (48), Alfenas (49), Varginha (50), Poços de Caldas (51), Pouso Alegre (52), Santa Rita do Sapucaí (53), São Lourenço (54), Andrelândia (55), Itajubá (56) e Lavras (57).

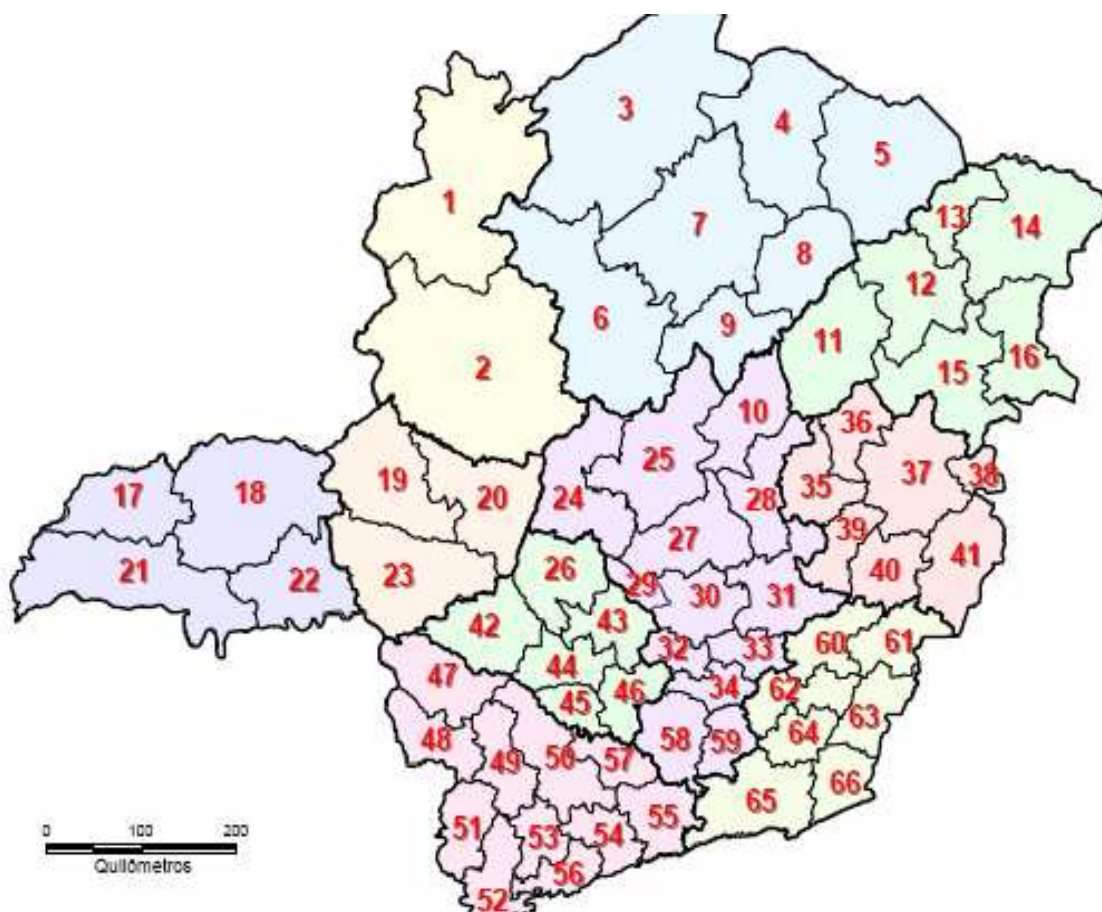


Figura 2 – Microrregiões Geográficas e Regiões de Planejamento - Minas Gerais - 2000
Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Perfil Demográfico do Estado de Minas Gerais (FJP, 2003, p. 39).

No Sul de Minas, a microrregião de Itajubá, nº 56, apresenta-se como um pólo com potencialidades de expansão tecnológica e desenvolvimento industrial. O mapa a seguir mostra a referência de localização da mencionada microrregião.



Figura 3 – Microrregião de Itajubá – Sul de Minas Gerais

Fonte: Wikipédia, a enciclopédia livre.

Disponível http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:MinasGerais_Micro_Itajuba.svg

Acesso em 10 fev 2009

A tabela 4 trata sobre o Sul de Minas e suas 11 microrregiões. Apresentam-se os números da população residente nas zonas urbana e rural, desde 1980 até 2000, com base nas intervenções do censo brasileiro.

A cada década a microrregião de Itajubá aponta para um crescimento de 25,6% em sua população total. Neste mesmo período, nota-se um acréscimo bem maior na fatia da população urbana, ficando estável sua população rural entre 1991

a 2000. Isso pode ser explicado, dentre vários argumentos, pela valorização e orientação urbana contida no modelo de desenvolvimento, predominantemente industrial.

REGIÃO DE MICRORREGIÕES	1980			1991			2000		
	Total	urbana	rural	Total	urbana	rural	Total	urbana	rural
47 Passos	163.250	111.402	51.848	185.533	143.690	41.843	210.243	177.396	32.847
48 S. Sebas. do Paraíso	191.731	110.450	81.281	221.567	151.391	70.176	253.304	191.705	61.599
49 Alfenas	148.017	95.195	52.822	179.366	129.403	49.963	208.717	163.907	44.810
50 Varginha	285.054	190.962	94.092	352.657	267.676	84.981	406.850	334.512	72.338
51 Poços de Caldas	223.379	149.852	73.527	272.771	197.348	75.423	310.428	247.164	63.264
52 Pouso Alegre	181.813	102.805	79.008	228.986	153.382	75.604	281.562	202.026	79.536
53 Sta Rita do Sapucaí	101.128	53.498	47.630	113.804	69.782	44.022	128.212	88.097	40.115
54 São Lourenço	151.436	101.066	50.370	171.609	127.048	44.561	195.821	154.500	41.321
55 Andrelândia	77.508	41.413	36.095	70.783	46.002	24.781	73.571	54.673	18.898
56 Itajubá	144.411	88.047	56.364	164.325	111.212	53.113	181.470	127.755	53.715
57 Lavras	102.448	71.455	30.993	120.600	94.712	25.888	134.673	114.689	19.984

Tabela 4 – População Residente, por situação de domicílio, segundo região de planejamento do Sul de Minas Gerais e suas Microrregiões do Sul de Minas - 1980/1991/2000

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censo Demográfico, 1980, 1991, 2000. Perfil Demográfico do Estado de Minas Gerais (Informativo CEI, FJP, 2003, p. 39). Disponível em <http://www.fjp.gov.br>. Acesso em 30/08/08

Pode-se salientar que existe grande heterogeneidade dos indicadores demográficos no que tange às microrregiões geográficas correspondentes a Região de Planejamento Central (RP Central). A discrepância fica com a microrregião de Belo Horizonte, da qual fazem parte 24 municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), residindo mais de 4,2 milhões de habitantes em 2000, com

grandes taxas de crescimento populacional e alta concentração de população urbana, em uma área densamente povoada.

No Sul do estado, as microrregiões mostram maior homogeneidade no que tange aos indicadores demográficos, não havendo diferença significativa no que diz respeito ao montante de população, podendo se observar as de Varginha, Poços de Caldas, Pouso Alegre e Itajubá. Contudo, a microrregião de Andrelândia se distancia das outras, apresentando, também, as mais baixas taxas de crescimento (PERFIL DEMOGRÁFICO DE MINAS GERAIS INFORMATIVO CEI, FJP, 2003, p. 44).

A Tabela 5 e a Figura 4 sintetizam o grau de urbanização, bem como a densidade demográfica das microrregiões geográficas do Sul de Minas Gerais. Observa-se que a microrregião de Itajubá apresenta-se como a segunda maior densidade demográfica do Sul de Minas Gerais (60,9 hab/km²) entre as dez restantes.

MICRORREGIÕES GEOGRÁFICAS SUL DE MINAS	ÁREA (km ²)	GRAU DE URBANIZAÇÃO (%)			DENSIDADE DEMOGRÁFICA (hab/km ²)		
		1980	1991	2000	1980	1991	2000
47 Passos	7.103,0	68,2	77,4	84,4	23,0	26,1	29,6
48 S. Sebas. do Paraíso	5.154,0	57,6	68,3	75,7	37,2	43,0	49,1
49 Alfenas	4.991,9	64,3	72,1	78,5	29,7	35,9	41,8
50 Varginha	7.606,8	67,0	75,9	82,2	37,5	46,4	53,5
51 Poços de Caldas	4.638,9	67,1	72,3	79,6	48,2	58,8	66,9
52 Pouso Alegre	4.918,2	56,5	67,0	71,8	37,0	46,6	57,2
53 Santa Rita do Sapucaí	3.291,5	52,9	61,3	68,7	30,7	34,6	39,0
54 São Lourenço	3.833,3	66,7	74,0	78,9	39,5	44,8	51,1
55 Andrelândia	5.053,7	53,4	65,0	74,3	15,3	14,0	14,6
56 Itajubá	2.978,7	61,0	67,7	70,4	48,5	55,2	60,9
57 Lavras	3.442,7	69,7	78,5	85,2	29,8	5,0	39,1

Tabela 5 – Área, Densidade Demográfica e Grau de Urbanização das Microrregiões Geográficas do Sul de Minas Gerais - 1980/1991/2000

Fontes: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censo Demográfico de Minas Gerais, 1980 1991, 2000 - Instituto de Geociências Aplicadas (IGA). Perfil Demográfico do Estado de Minas Gerais (Informativo CEI, FJP 2003, p. 43).

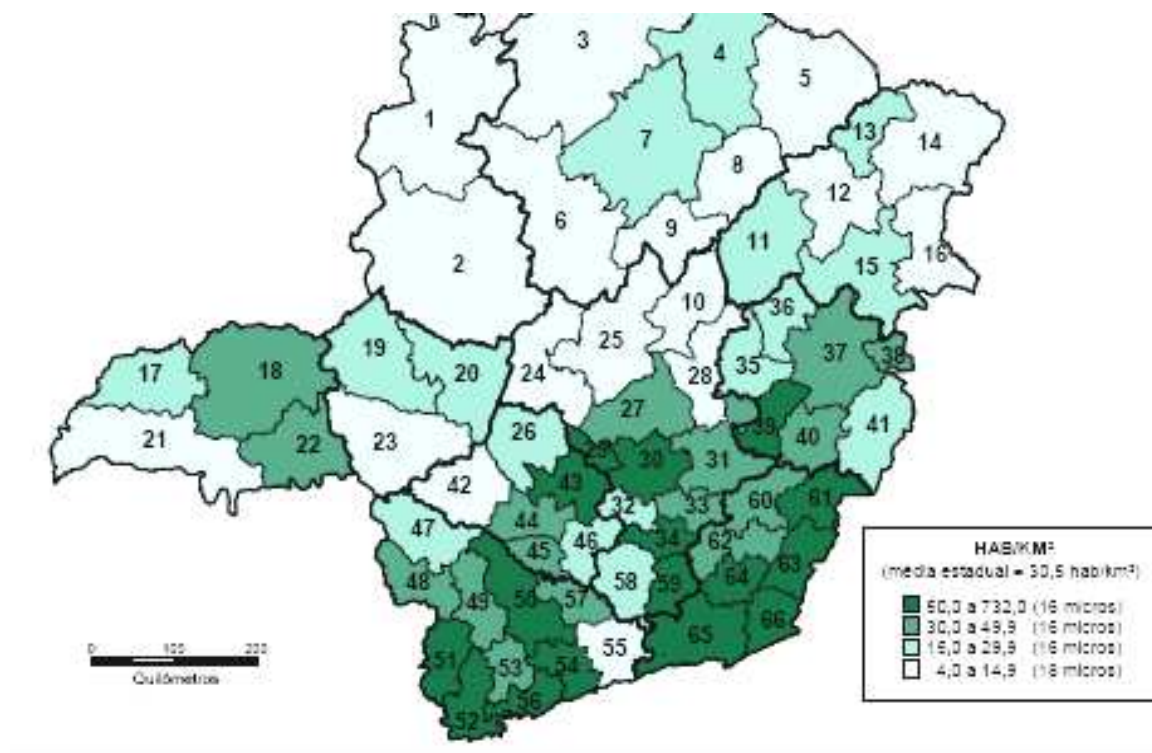


Figura 4 – Densidade Demográfica das Microrregiões Geográficas – Minas Gerais – 2000

Fontes: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censo Demográfico, 2000 Perfil Demográfico do Estado de Minas Gerais (Informativo CEI, FJP 2003, p. 46)

Esses dados são indicativos da necessidade de esforços de políticas públicas locais e pontuais como, por exemplo, o Programa de Estágios estudado, para fazer frente às emergências e às demandas sociais oriundas dessa urbanização crescente. Daí a importância de se pensar a “vocação” sócio-econômica da microrregião.

4.2 PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO DA MICRORREGIÃO DE ITAJUBÁ

As indicações constituídas até aqui tiveram como base os dados dos censos de 1980, 1991 e 2000. Agora se fará, também, uso dos dados de 2007, extraídos junto ao IGA, IBGE e INDI, pois, embora não se tratem de censo, este realizado a

cada 10 anos, servem para esclarecer os aumentos populacionais e os quadros de desenvolvimento da microrregião.

Os dados apontam que a microrregião de Itajubá compreende uma área de 2.979,130 km² com uma população de 192.213 habitantes. Envolve 13 municípios: Brasópolis, Consolação, Cristina, Delfim Moreira, Dom Viçoso, Itajubá, Maria da Fé, Marmelópolis, Paraisópolis, Piranguçu, Piranguinho, Virgínia e Wenceslau Braz.

A microrregião se encontra num conjunto da Serra da Mantiqueira com altitude máxima de 2.432m e mínima de 840m.

A microrregião teve arrecadação bruta de ICMS de R\$ 102.905.941,00 e R\$ 113.992.102,55 nos anos de 2006 e 2007, respectivamente. Por essa via, caracteriza-se como uma importante “circunscrição” de desenvolvimento ao estado de Minas Gerais. A População Economicamente Ativa (PEA) divide-se em 16.243 pessoas no setor da agricultura, 17.380 na indústria, 9.202 no comércio e 26.021 no setor de serviços²⁴.

Observa-se que a população economicamente ativa se concentra nos setores da indústria e dos serviços. Isso vem ao encontro das informações descritas anteriormente, que dizem que a atividade econômica da microrregião assume características urbanas e a instituição deve estar atenta para capturar as tendências do atual sistema produtivo.

No que se refere às principais empresas da microrregião de Itajubá, conforme cadastro de empresas do IBGE – CEMPRE; INDI, constam 38 ramos de atividades, desde pequenos negócios, tais como extração de pedra e areia, laticínios com leite e derivados, torrefação e moagem de café, bebidas não-alcoólicas, como as águas minerais do Sul de Minas, bebidas alcoólicas, como as tradicionais

²⁴ Idem à nota 34 acima.

cachaças mineiras, fabrico de calçados e artigos de couro, até outros negócios de grande porte.

Cabe comentar sobre uma parcela das principais empresas industriais da microrregião de Itajubá, que selecionam e contratam, para seus quadros de estagiários, os universitários da FACESM, buscando atender suas demandas por profissionais na área administrativa, pois suas atividades requerem especificidades aprendidas nos cursos de Administração, Ciências Econômicas e Ciências Contábeis.

Para melhor exemplificar a relação entre demanda de mercado do trabalho e o Programa de Estágios da FACESM, apresenta-se um rol de empresas, selecionadas a partir de contratos institucionais de estágios, que atuam na microrregião de Itajubá. Aqui se pretende explorar, mesmo que de forma breve, histórias, setores de atividades, base tecnológicas e demandas requeridas.

Nesse rol encontram-se as seguintes empresas: MAHLE, ALCOA, IMBEL, AREVA, HELIBRAS, FANIA, DELPHI, INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS (Unibanco, HSBC, Mercantil do Brasil) e CIEE. Para melhor visualização da análise no capítulo 5 – Resultados e Discussões propõe-se organizar as empresas por grupos de atividades: **a.** Empresas industriais; **b.** Instituições bancárias; **c.** CIEE/Prefeitura; **d.** Comércio e outros.

Portanto, as principais empresas indicadas nesta dissertação atuam nas seguintes atividades:

– MAHLE Componentes de Motores do Brasil Ltda²⁵

Até por sua importância no cenário do ramo automobilístico nacional, apresenta-se a multinacional MAHLE Componentes de Motores do Brasil Ltda, de origem alemã, que adquiriu a antiga Cofap Peças e hoje produz anéis de pistão para motores de combustão interna do setor automotivo. Líder no mercado brasileiro na produção de anéis de motores, empregava em dezembro último aproximadamente 2.800 pessoas em sua unidade de Itajubá. Comercializa seus produtos para empresas de vários seguimentos, como montadoras de veículos e distribuidoras de peças, atendendo tanto o mercado interno quanto o externo.

As empresas do grupo MAHLE se encontram no Brasil desde 1950, na qual transformou-se numa organização de destaque num mercado altamente competitivo, direcionando esforços em tecnologia buscando atender as necessidades de seus clientes.

Consta que a MAHLE tem mais de 11 mil pessoas empregadas no Brasil e Argentina e que fabrica componentes de motores tais como: pistões, anéis, rolamentos, buchas, bielas, componentes sintetizados, sistemas de trem, válvulas, filtros automotivos e industriais, entre outros.

²⁵ Este tópico foi elaborado a partir dos dados contidos no site da empresa.



Figura 5 – MAHLE Componentes de Motores do Brasil Ltda.
Unidade anéis em Itajubá MG²⁶

Esta indústria está instalada no Brasil, além de Itajubá, nas seguintes cidades: Mogi Guaçu (SP), Indaiatuba (SP) e São Bernardo do Campo (SP). Consta que nesta organização existe um Centro Tecnológico em Jundiaí (SP), bem como o Centro de Distribuição em Limeira (SP), que fornece tanto para o mercado nacional como para o estrangeiro, especialmente América Latina, África e Médio Oriente. Seus maiores clientes são: Toyota, Ford, General Motors, Daimler Chrysler, Fiat, Renault, Peugeot, BMW, Cummins, Scania, Volvo International, Volkswagen, Audi, BMW, John Deere, Porsche, Opel, Perkins e Caterpillar. Há uma informação em destaque anunciando 50% de sua produção sendo exportada para montagem na Europa e nos E.U.A.

²⁶ Fonte: Mahle. Balanço Social. Exercício 2003. Instituto Observatório Social. Disponível no site http://WWW.observatoriosocial.org.br/arquivos_biblioteca/conteúdo/1878mahleRel_dez2005port.pdf. Acesso em 10 fev. 2009.

– ALCOA EES do Brasil²⁷

Trata-se da antiga AFL do Brasil, que recentemente foi adquirida pelo Grupo Alcoa. Atualmente como Alcoa EES do Brasil, está na cidade desde janeiro de 1996 e conta com aproximadamente 800 empregados. É referência em desenvolvimento de projetos e manufatura de sistemas de distribuição elétrica para o setor automobilístico do mercado interno.

A Alcoa EES recebeu em 2006 o Prêmio de Excelência da Visteon em reconhecimento ao seu desempenho de qualidade, entrega e comércio dos produtos fornecidos. Em 2007 a empresa conquistou a manutenção das Certificações ISSO 14001 e OHSAS 18001, normas ligadas à competitividade e à proteção do meio ambiente.



Figura 6 - P AFL-Alcoa EES em Itajubá MG

²⁷ Fonte: Disponível no site http://www.alcoa.com/locations/brazil_itajuba/pt/home.asp. Acesso em 10 fev 2009.

– Fábrica IMBEL de Itajubá-MG²⁸

No campo bélico, tem-se a IMBEL – Indústria de Material Bélico do Brasil, instalada na década de 1930, considerada a primeira indústria de grande porte de Itajubá – MG.

A IMBEL é a empresa do Exército Brasileiro que fabrica armas portáteis (Itajubá MG), munições (Juiz de Fora MG), produtos explosivos (Piquete SP) e equipamentos de comunicações (Rio de Janeiro). Consta de Centro Tecnológico e Avaliação do Exército Brasileiro, que acompanha os padrões internacionais, além de absorver engenheiros, preferencialmente os formados pelo IME – Instituto Militar de Engenharia.

Cabe informar que a empresa do Grupo IMBEL que interessa a este estudo é a Fábrica de Armas de Itajubá MG. Consta que a Fábrica de Itajubá foi inaugurada em 1935, ocupando 28.000 m² de área, produzindo inicialmente sabres e canos para pequenas armas, e só posteriormente produzindo armas portáteis, tais como fuzis, pistolas e carabinas. Compõe-se de um departamento de engenharia industrial para desenvolvimento de seus produtos.

²⁸ Fonte: disponível no site <http://www.imbel.gov.br>. Acesso em 10 fev 2009.



Figura 7 – IMBEL – Fábrica de armas portáteis em Itajubá MG

A IMBEL tem parceria há 15 anos com a empresa Springfield Armory, IL, dos Estados Unidos, para suprir a demanda do mercado norte americano. Entre outras armas fabricadas nesta unidade em Itajubá destacam-se: o Fuzil Mauser de repetição e a Pistola 45M911 A1BR1 – arma de porte derivada do Projeto COLT com exportação continua intermediada pela empresa norte americana Springfield inc. Consta ainda, a fabricação e exportação do fuzil automático FAL, com grande aceitação no mundo todo sendo utilizado por mais de 90 países.

– AREVA T&D Brasil²⁹

Até 2003, esta empresa denominava-se ALSTOM Transmissão & Distribuição de Energia Ltda. A partir do início do ano de 2004, passou a ser uma divisão da empresa AREVA, especialista internacional no setor energético, presente

²⁹ Fonte: disponível no site <http://www.simmmei.com.br/areva/areva.html>. Acesso em 10 fev 2009.

em vários países, sendo chamada a partir daí como AREVA Transmissão & Distribuição de Energia Ltda. (AREVA T&D Brasil).

A empresa AREVA T&D Brasil de Itajubá conta atualmente com área construída de 17.000 m², contribuindo na fabricação de transformadores de instrumentos de média, alta e extra-alta tensões, de até 800 kV, além de bobinas de bloqueio, reatores, pára-raios e disjuntores. A AREVA detém a mais completa linha destes produtos no mercado brasileiro, exercendo aqui liderança neste segmento, bem como penetração no mercado mundial, com presença em cinco continentes.



Figura 8 – AREVA T&D BRASIL em Itajubá-MG

A AREVA detém, desde 1994, um Sistema de Gestão de Qualidade em conformidade com a norma ISO 9001. Tem um Sistema de Gestão Ambiental desde 2000 certificado pela norma ISO 14001. No caso, demonstra sua preocupação na confecção de produtos com responsabilidade ambiental.

– HELICOPTEROS DO BRASIL S/A - HELIBRAS³⁰

A HELIBRAS é responsável pela montagem, venda e pós-venda das aeronaves da linha Eurocopter, de origem francesa, e está no país há 30 anos. Trata-se da única fabricante de helicópteros na América Latina e atualmente é uma subsidiária brasileira do Grupo Eurocopter.

A empresa foi constituída em 1978, em São José dos Campos-SP. Em sua fase pré-operacional no hangar do C.T.A., partiu-se de um projeto da organização francesa Aerospatiale, que atendeu a uma solicitação do governo brasileiro em 1979, e teve reconhecimento como empresa de interesse nacional.



Figura 9 – HELIBRAS an Eurocopter Company em Itajubá-MG

³⁰ Fonte: disponível no site <http://www.simmmei.com.br/helibras/helibras.html>. Acesso em 10 fev 2009.

Atualmente a fábrica da Helibras está localizada em Itajubá, Sul de Minas Gerais, e foi inaugurada no dia 28 de março de 1980. Conta com 17,2 mil metros quadrados de área construída.

Desde a sua criação, a Helibras já produziu e entregou mais de 500 aeronaves para o mercado. Da frota em operação no Brasil, do total de 856 aeronaves movidas à turbina, mais de 450 são modelos Helibras/Eurocopter, cuja qualidade de helicópteros é comprovada por países sul-americanos, tais como: Argentina, Venezuela, Chile, Bolívia e Paraguai.

A empresa conta com um Centro de Treinamento especializado para operadores dos helicópteros da gama Helibras / Eurocopter. Neste Centro de Treinamento, são desenvolvidos mais de sessenta programas diferentes de formação, com uma maquete de helicóptero em tamanho original com instrução computadorizada, em que se formam mais de 600 profissionais. No final de 2007, a empresa conseguiu atingir o número de 8 mil alunos formados.

– FANIA - Fabrica Nacional de Instrumentos Automotivos³¹

Sobre a FANIA, a empresa foi fundada em 1960, em São Paulo capital, transferindo parte de suas instalações para Itajubá em dezembro de 1973. Aqui, no mês seguinte, deu-se início às suas operações. Atualmente a empresa tem toda sua produção e apoio em Itajubá. Em São Paulo permaneceram apenas seus setores administrativos (comercial, financeiro e entreposto).

³¹ Fonte: disponível no site <http://www.simmmei.com.br/fania/fania.html>. Acesso em 10 fev 2009.



Figura 10 – FANIA – Fábrica Nacional de Instrumentos Automotivos Ltda
Itajubá-MG

Emprega 380 empregados aproximadamente, sendo uma das indústrias mais antigas do setor privado constante de Itajubá. Ela se tornou a mais tradicional produtora de cabos de comando para o setor automobilístico, com destaque para cabos de velocímetro, de freio, de embreagem, de comandos de ar, de abertura de capô e de comando de retrovisor.

Entre outros clientes, a Fania atende empresas como: Yamaha Motor do Brasil, Volkswagen do Brasil, Robert Bosch Freios, Metagal Indústria e Comércio, Valeo Sistema Automotivos, Visteon Sistema Automotivos e TRW Automotive. Ainda tem um programa de exportação que atende empresas da Alemanha, México e Uruguai.

– DELPHI Automotive Systems³²

A DELPHI Automotive Systems é uma empresa multinacional, líder de mercado do ramo automotivo, sendo, portanto, fornecedora mundial de componentes, módulos e sistemas automotivos. Consta que na América do Sul possui atualmente onze fábricas, 1 joint-venture e 5 centros tecnológicos.

Entre vários tipos de produtos da Organização, consta que a divisão Packard Electric Systems trabalha na fabricação de sistemas de ignição e distribuição de energia e sinais, soluções em fibra óptica, centrais eletro/eletrônicas, interruptores e sistemas de conexão. Entre outros, os clientes principais da Divisão Packard Electric Systems na América do Sul são: Mercedes Benz, Audi, Fiat, General Motors do Brasil e Volkswagen.

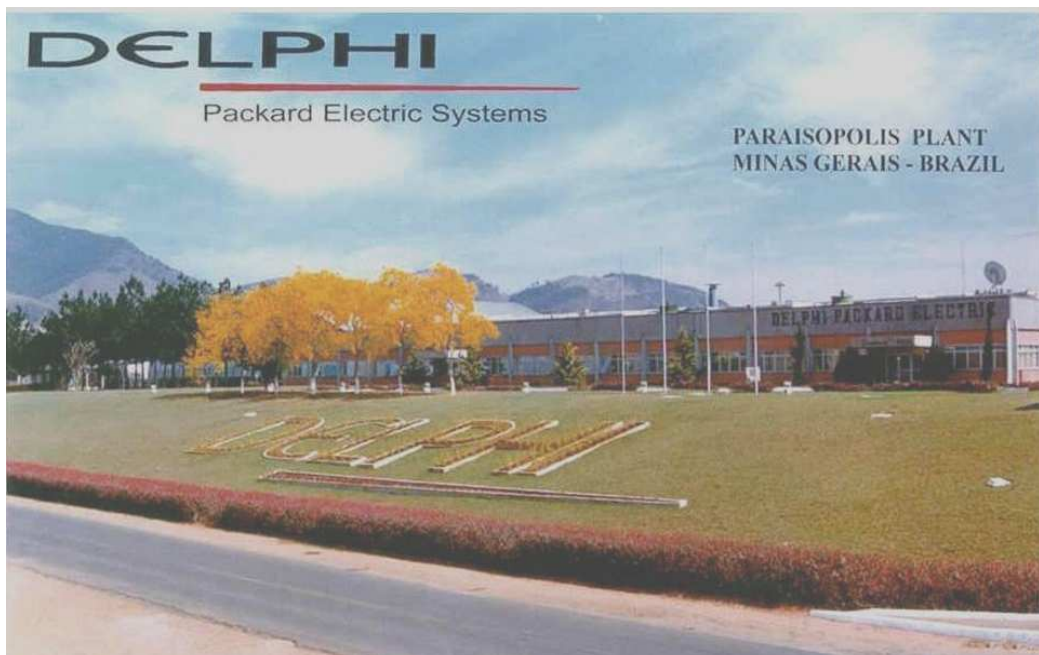


Figura 11 – DELPHI Automotive Sytems – Paraisópolis - MG

³² Fonte: Disponível no site [HTTP://delphi-automotive-systems-brasil.br](http://delphi-automotive-systems-brasil.br). Acesso em 10 fev 2009

Na América do Sul, com onze empresas, tem aproximadamente 8.500 empregados, dispostos nas seguintes unidades: Paraisópolis (MG), Itabirito (MG), Espírito Santo do Pinhal (SP), Jambeiro (SP), Piracicaba (SP), Jaguariúna (SP), Cotia (SP), São José dos Pinhais (PR), Porto Alegre (RS), Gravataí (RS) e Terra do Fogo (Argentina), além de contar com dois Centros Tecnológicos - São Caetano do Sul (SP) e Piracicaba (SP). No Brasil sua matriz administrativa está localizada em São Caetano do Sul (SP). Na região, a empresa é certificada em ISO TS 16949 (qualidade setor automotivo), ISO 9002 (qualidade) e ISO 14001 (Proteção ao Meio Ambiente).

Consta também que a Delphi Automotive Systems de Paraisópolis, situada na microrregião de Itajubá, é a maior fábrica Delphi da América do Sul, sendo que nesta unidade fabricam-se chicotes elétricos para automóveis, caminhões e tratores, bem como emprega atualmente 3059 profissionais. Cabe lembrar que somente esta empresa, localizada fora do perímetro de Itajubá, contrata graduandos da FACESM para seus quadros de estagiários.

– Instituições Bancárias

O Programa de Estágios da FACESM tem convênio com alguns bancos comerciais e outras instituições financeiras (Coopsul, Pague Fácil etc.) quase que exclusivamente da cidade de Itajubá, nos quais os graduandos recebem treinamento e exercitam a operacionalização financeira dos caixas eletrônicos, bem como outras atividades administrativas internas. Alguns desses bancos são: Unibanco, Banco Mercantil do Brasil, HSBC e Santander.



Figura 12 – Algumas das Organizações Financeiras Conveniadas com Programa de Estágios³³

– Centro de Integração Empresa Escola – CIEE³⁴

O Programa de Estágios da FACESM realiza parceria com o Centro de Integração Empresa-Escola – CIEE. Trata-se de uma instituição privada, sem fins lucrativos, com 45 anos de história, mantido pela classe empresarial brasileira.

Os CIEEs, instalados normalmente dentro das instituições educativas, ou nas Associações Comerciais de municípios, têm como objetivo principal possibilitar oportunidades de estágio para os estudantes tanto do nível médio e técnico como para universitários, nesse sentido auxiliando a relação do conhecimento teórico com a prática.

Convém explicitar que o CIEE está distribuído pelo país e que neste cenário encontra-se o CIEE-Minas, com vinte anos de atividade. O CIEE-Minas compõe-se de seis unidades de atendimento denominadas BOPES – Balcão de Oportunidades de Estágio para Estudantes, que foram geradas com o apoio das Associações

³³ Fonte: <http://plus.bancariositajuba.org.br/modulos/noticias/ler.php?cdnoticia=42>. Acesso em 10 fev. 2009.

³⁴ Fonte: Disponível em <http://www.cieeminas.org.br/principal/frprincipal.htm>. Acesso em 10 fev. 2009.

Comerciais das cidades envolvidas. Desta forma, a unidade de Itajubá está vinculada ao BOPE de Varginha, Sul de Minas Gerais.



Figura 13 – Centro de Integração Empresa-Escola – CIEE-MINAS-BH
Instituição Conveniada com o Programa de Estágios da FACESM.

É importante registrar que, conforme esforço para a locação do perfil das empresas instaladas na microrregião, com exceção da Helibras, as demais estão, de alguma forma, ligadas com o setor automobilístico. Produzem, em suas linhas de fabricação, peças utilizadas no setor automotivo, direcionadas tanto para o mercado interno como o externo.

Cabe mencionar também, face às tecnologias utilizadas nestas empresas, que para atender suas necessidades operacionais é necessário que se tome a contratação de profissionais qualificados para auxílio em seus setores administrativos.

Estes setores estão ligados aos processos produtivos da administração das empresas, tais como: logística, controladoria, controle fiscal, financeiro e área dos recursos humanos (RH). Desta forma a contratação dos universitários do Programa de Estágios da FACESM pode ser significativa à manutenção desses setores, visto que se tem a proposta de atender as demandas dessas organizações.

Portanto, entende-se fundamental trazer à discussão os traçados e caminhos trilhados pela FACESM para a inserção de seus graduandos no mercado de trabalho.

4.3 FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS DO SUL DE MINAS E FORMAÇÃO SUPERIOR³⁵

A FACESM é uma instituição de ensino superior, localizada na microrregião de Itajubá, Sul do estado de Minas Gerais. No caso, a apresentação da instituição se justifica, pois trata-se de objeto da pesquisa, no que tange ao seu Programa de Estágio Remunerado e à inserção de seus graduandos dos cursos de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas no mundo do trabalho.

A importância da pesquisa se deve à intencionalidade do Programa de Estágios e como ele pode contribuir para o desenvolvimento da microrregião de Itajubá. Cabe ressaltar que essa apresentação pode emergir o nível de comprometimento que a instituição educacional deve ter na formação de qualidade de seus graduandos.

O centro regional de cultura – CEREC – é o órgão mantenedor da FACESM, uma associação sem fins lucrativos³⁶, que possui um patrimônio representado por

³⁵ Os dados que auxiliaram na elaboração deste item foram extraídos do site www.facesm.br

uma área de aproximadamente 30.000 m² e com 9.450 m² de área construída. As instalações do CEREC são novas e abrigam a FACESM, e ainda contêm uma infraestrutura de mobiliário e de equipamentos para atender a seus cursos. Abaixo se descreve a origem da Faculdade:

A Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Sul de Minas / FACESM, estabelecimento isolado de ensino superior, mantida pelo CEREC, originou-se da Faculdade de Ciências Econômicas do Sul de Minas, foi criada em 1965, pela Sociedade Colégio de Itajubá, para ministrar o Curso de Ciências Econômicas. Em 1968, pelo advento de problemas internos, a Sociedade Colégio de Itajubá transferiu a manutenção da FACESM para a Prefeitura Municipal de Itajubá, o que perdurou até 1970. Em 1971, por meio da Prefeitura Municipal de Itajubá, a fim de viabilizar o reconhecimento do Curso de Ciências Econômicas pelo MEC, transferiu a FACESM para a Campanha Nacional de Escolas da Comunidade – CNEC. Ocorrido o reconhecimento do Curso de Ciências Econômicas, em meados de 1971, a CNEC houve por bem não se interessar pela continuação da manutenção da FACESM, o que provocou, em 1971, a fundação do CEREC por um grupo de professores, a fim de assumir a gerência e a manutenção da Faculdade³⁷

Entende-se necessário trazer ao corpo do texto uma foto aérea da instituição para ilustrar o esforço de manter uma estrutura física adequada.

³⁶ Pessoa jurídica de direito privado, criada em 15/10/1971, com seu Estatuto atual registrado no Cartório de Registro de Títulos e Documentos de Itajubá, MG, sob o nº 02.273, Fls. 289, Livro A – Nº 8, de Registro Civil das Pessoas Jurídicas em 12/01/2004. É composta por:

Diretoria do CEREC (2007 a 2009), Órgão Mantenedor da FACESM
Presidente: Prof. José Francisco Nogueira de Paiva, Vice-presidente: Hector Gustavo Arango,
Secretário Geral: Prof. José Carlos Rodrigues
Conselho fiscal: Prof. Odair Claret de Souza, Prof. Tânia Maira Campos Oliveira e o Prof. Maurílio Gomes de Magalhães

³⁷ Dados disponíveis em <http://www.facesm.br>. Acesso em 18.set.08.



Figura 14 – Campus da FACESM em Itajubá (Abril de 2008)
Fonte: Disponível em [HTTP://www.facesm.br](http://www.facesm.br).
Acesso em 10 dez 2008.

No que se refere aos cursos oferecidos pela instituição, eles se restringem ao universo das Ciências Sociais Aplicadas e indicam, de modo prévio, a relação entre cursos de graduação e exigências do sistema produtivo, tudo em consonância com a época social.

Atualmente, a FACESM possui três cursos de graduação: Ciências Econômicas, Ciências Contábeis e Administração. O curso de Ciências Econômicas foi autorizado pelo Decreto nº. 59.840, de 28/12/1966, e reconhecida pelo Decreto nº 69.794, de 15/12/1971 (DOU de 17/12/1971). Em 1984, foi obtida a autorização do Curso de Ciências Contábeis pelo Decreto nº 90.402, de 07/11/1984, reconhecimento, pela Portaria Ministerial nº 413, de 29/07/1988 (DOU de 02/08/1988). Em 1998, foi autorizado o Curso de Administração, pela Portaria

Ministerial nº 229, de 06/03/1998 (DOU de 10/03/1998) sendo reconhecido pela Portaria nº 3121 de 31.10.2003 (DOU de 04/11/2003). Nos seus 43 anos de existência, com especialização na área de Ciências Gerenciais, a FACESM já formou cerca de 2.300 economistas, contadores e administradores. Além de seus cursos de graduação, a FACESM tem desenvolvido cursos de Pós-graduação e Extensão e realiza Pesquisas Científicas por intermédio do Instituto de Pós-graduação, Pesquisa e Extensão (INPPEX), que conta com professores qualificados.

Conforme dados extraídos em documentos da FACESM (2008), nota-se que sua preocupação é a de promover condições para o desenvolvimento humano, por intermédio da ação transformadora da educação, fundamentada em princípios de comportamento ético e de sustentabilidade, e, com isso, contribuir para o desenvolvimento regional.

Conforme os indicativos contidos no site da FACESM³⁸ pode-se perceber o modo pelo qual ela estabelece a sua relação com o ensino e as diferentes formas de produção do conhecimento, no seguinte sentido:

Os princípios que regem essa instituição são a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, tendo por base seus cursos e programas de pós-graduação, seus núcleos temáticos e suas atividades acadêmicas de iniciação científicas; A qualidade de seu fazer educacional, tomada como um querer permanente e com um agir melhor, submetida sempre a uma avaliação sistemática de tudo que realiza; A regionalidade de sua ação institucional, inclusive nos campos científico e cultural, promovendo a valorização do ser humano, especialmente em harmônica convivência com o meio ambiente.

Esses princípios, embora verdadeiros, inscrevem-se num quadro de pretensões das diretrizes curriculares sugeridas pelos órgãos públicos que

³⁸ Essas informações se encontram no regimento interno da Instituição. Todos os dados utilizados sobre a FACESM foram extraídos do site <http://www.facesm.br>. Acesso em 18 set 2008.

direcionam e autorizam o funcionamento de instituições de ensino superior³⁹, e das tendências de abertura de um ensino de verdades absolutas, cartesiano e positivista para outro mais flexível que contemple o humano e a natureza.

Tais tendências se inscrevem em um campo de disputas, de sobrevivência e de adequação ao tempo atual, em que, por grande média, o mercado é o elemento central. A preocupação com o humano e a natureza não se descola das diretrizes contidas no ideário da qualidade, da competência e das habilidades necessárias para enfrentar um mundo de “acumulações flexíveis” (HARVEY, 1993).

No aspecto da organização burocrática observa-se que a instituição possui Órgão Colegiado de caráter consultivo, deliberativo, administrativo, didático, pedagógico e disciplinar. Faz esforço para oferecer cursos de pós-graduação e extensão, bem como o de realizar pesquisa científica na área de Ciências Gerenciais. Observa-se, também, que a FACESM é uma entidade privada, sem fins lucrativos, cuja estrutura organizacional, denominada de congregação, é composta de Diretor Geral, Diretor de Ensino, Diretor do INPPEX, Coordenadores de Curso e professores titulares, acrescido de representantes dos professores assistentes, dos professores auxiliares, da comunidade e do corpo discente, na quantidade de duas pessoas para cada um desses seguimentos.

Acredita que a formação acadêmica deva ser integrada com a pesquisa, ao menos em nível de proposta e dentro das próprias regras-orientações do MEC, e assim procede no sentido de que:

promove a iniciação científica, destinada a alunos que demonstrem potenciais e habilidades para a pesquisa, e procura propiciar, sob orientação e coordenação de um professor orientador, condições para a realização de atividades que contribuem para a formação acadêmica e para o desenvolvimento da ciência, tanto para o

³⁹ Não é perspectiva abordar, nesta pesquisa, as tendências e as filosofias de direção do ensino superior, razão pela qual não se aprofundará essa questão.

interesse da educação continuada (pós-graduação), como para a integração no mercado de trabalho.

A instituição não esconde que seus esforços de formação dos alunos se voltam para qualificar a mão-de-obra ao mercado de trabalho, o que reverbera o argumento de que a instituição faz uma boa leitura das tendências dos tempos atuais. Deslocando a questão do ponto de vista investigativo à prática, esses esforços configuram estratégias institucionais para a formação de graduandos capacitados à vida social e econômica. Nesse sentido, criou um programa de estágios para melhor alocar essas potencialidades.

4.4 PROGRAMA DE ESTÁGIOS DA FACESM

O Programa de Estágios da FACESM entrou em vigor no ano de 1998⁴⁰, sendo este um projeto comprometido com a colocação dos graduandos da instituição no mercado de trabalho da cidade de Itajubá e cidades circunvizinhas.

A pretensão do programa é fazer uma interface entre o aprendizado teórico e o conhecimento prático do meio empresarial para os graduandos dos três cursos da FACESM: Administração, Ciências Econômicas e Ciências Contábeis. Com isso, o aluno tem condições de desenvolver conhecimentos específicos de sua área.

A estratégia que orienta as ações de estágio se dá por meio de convênios firmados com as empresas das áreas de bens e serviços interessadas em participar do Programa de Estágios da FACESM. Em termos práticos, elabora-se um contrato-padrão de estágio regido pelo Ministério da Educação (termo de convênio e de compromisso) entre as partes envolvidas, conciliando as necessidades das

⁴⁰ Desde seu início esse Programa tem a coordenação do Professor Maurílio Gomes de Magalhães.

empresas, da faculdade e dos alunos. As vagas disponíveis são divulgadas no site www.facesm.br, painéis e locais designados para comunicação da instituição.

O Programa de Estágios está inserido na Coordenação de Desenvolvimento criada pela instituição com sede na própria faculdade. Na realidade, o processo seletivo começa na triagem dos currículos de acordo com o perfil solicitado pelas empresas e o Programa encaminha para as firmas requisitantes o candidato que melhor se encaixa na solicitação.

Os alunos interessados encaminham seus currículos para os endereços eletrônicos cdp@facesm.br e estagio@facesm.br, ou mesmo pessoalmente no departamento do Programa de Estágios, ao longo do curso estudado. São currículos atualizados e cadastrados que fazem parte de um banco de dados do Programa. Desta forma, a FACESM atende entre 75% a 85%⁴¹ dos alunos interessados em participar do Programa. Grande parte são admitidos pelas empresas ao longo do estágio, tornando-se empregados das empresas.

A FACESM demonstra preocupação com a inserção de seus alunos no mercado de trabalho. Desta forma, empresas industriais, instituições bancárias, bem como o CIEE/Prefeitura de Itajubá e região contam com alunos-estagiários da instituição.

O contrato normalmente tem validade de um ano, sendo renovado, caso necessite, até a formatura do aluno, obedecendo a todos os parágrafos da Lei do Estágio, de 1977. Conforme a lei, todo estagiário, de qualquer instituição ou empresa, só poderá exercer suas tarefas se estiver amparado por um Seguro de Vida, que deverá ser providenciado pela empresa concedente, sem nenhum ônus ao estudante.

⁴¹ Estes números serão evidenciados no capítulo V que trata dos resultados e discussão.

Nota-se que o instrumento de contrato entre Empresa-Faculdade-Aluno é padrão e segue as orientações das normas de estágios remunerados do Ministério do Trabalho e Emprego. Portanto, todas as exigências locais devem ser preenchida para que o negócio jurídico tenha validade e eficiência.

Do ponto de vista formal, o Programa de Estágios da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Sul de Minas - FACESM coleciona alguns reconhecimentos oficiais. A figura abaixo é um exemplo ilustrativo desse esforço⁴².



Figura 15 – Prêmio FIEMG/IEL 2008⁴³

Neste ano (2008), 28 empresas, sendo 15 de Uberlândia, dez da Região Metropolitana de Belo Horizonte e três do Sul de Minas, se inscreveram para participar da disputa. Consultores visitaram cada uma delas para avaliar as práticas de estágio. As instituições de ensino que tiveram estagiários atuando nas empresas

⁴² FACESM recebe homenagem na FIEMG/IEL em Belo Horizonte pelo seu Programa de Estágio 2008.

⁴³ FACESM na FIEMG/IEL (20 ago 08) Heloísa Meneses (IEL), Luís Carlos Dias (FIEMG), Maurilio Gomes de Magalhães (FACESM), Olavo Machado (FIEMG) e Joana Darc Fernandes (FIEMG). Fonte: Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais-FIEMG/IEL (disponível em www.fiemg.com.br, acesso em 25/08/08)

premiadas receberam uma menção honrosa. Do Sul de Minas, a FACESM foi indicada pela MAHLE, empresa de grande porte, premiada em 1º lugar, e com isso a instituição recebeu uma placa como destaque por oferecer estagiários de qualidade.

Essa premiação recebida reforça, ainda mais, a lógica contida nas intenções do mercado, da formação ao mercado e dos diversos encaminhamentos, tais como competências, habilidade e qualidade, que compõem um conjunto de orientações acatadas pelas instituições de ensino superior.

De algum modo a FACESM tem buscado adequar os interesses da formação humana com os do mercado de trabalho. Desde seus documentos oficiais às comunicações internas, o compromisso, a preocupação de qualidade e responsabilidade social são as condições orientadoras de suas práticas. Com esses indicativos institucionais passa-se a consignar os resultados obtidos às discussões pertinentes à análise dos dados coletados em campo, o que será apresentado a seguir.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste capítulo, apresentam-se os resultados da pesquisa documental realizada no Programa de Estágio da FACESM, sobreposta aos documentos legais que orientam os estágios educacionais e as tendências de “colocação” da juventude no mercado de trabalho, conforme foi abordado nos capítulos anteriores. Apresentam-se também números e dados indicativos das atividades desenvolvidas pela instituição estudada.

Os números e os gráficos sinalizam as atividades de estágio do período analisado (1998 a 2007), referentes aos três cursos da Instituição (Administração, Ciências Econômicas e Ciências Contábeis). Deu-se ênfase, em termos de sistematização das informações, às modalidades e às quantificações dos contratos realizados, à média anual das bolsas recebidas pelos graduandos e ao montante financeiro gerado a partir de cada ano de atividade do Programa de Estágios.

Esses números e gráficos auxiliam na visualização dos resultados obtidos no período pesquisado e na reflexão sobre a validade ou não do Programa e o comprometimento que este tem com a microrregião de Itajubá.

A título de organização textual, privilegiou-se em discutir os seguintes tópicos: **a.** inserção dos graduandos no mercado de trabalho; **b.** especificidades e necessidades das empresas; **c.** demandas organizacionais; **d.** recursos financeiros movimentados; **e.** intencionalidade da Lei do Estágio; **f.** relação entre os alunos e o Programa de Estágios; **g.** discussões de empregabilidade do Programa.

5.1 A INSERÇÃO DOS GRADUANDOS

A figura 16 retrata a quantidade de graduandos contratados no Programa de Estágios da FACESM ao longo dos anos. Nota-se que desde 1998, ano da criação do Programa de Estágios, houve crescimento regular no montante dos contratos efetuados, apresentando-se poucas oscilações negativas. Nota-se que do total de graduandos da Instituição em 1998, 433 alunos, houve, nesse ano, a contratação de 30 graduandos, o que representou 7% do total. Esse número cresceu de modo acentuado ao longo dos anos. Em 2005, houve 235 estagiários, 30,9% dos 761 alunos matriculados. Em 2007, havia 711 graduandos, dos quais 230 foram contemplados pelo Programa de Estágio, representando 32,3%.

No ano de 2006 o número de contratações foi recorde, contemplando 248 graduandos. Nota-se que no mesmo período Itajubá recepcionou diversas empresas de tecnologia de pequeno porte que demandavam profissionais com maior nível de escolaridade. Esse aumento não representou maior volume de dinheiro, dado os diferentes valores das contra-prestações auferidas nos contratos. No período mencionado, o valor de referência do auxílio era de R\$ 469,00 contra R\$ 493,00 em 2007.

A figura 16 mostra a similaridade entre o crescimento da economia brasileira e a microrregião estudada. Sinaliza, sobretudo, para os reflexos das ações do convênio entre a instituição e empresas; das necessidades produzidas pelo atual sistema produtivo; das demandas dos alunos que chegam à faculdade na expectativa da melhor colocação no mercado de trabalho.

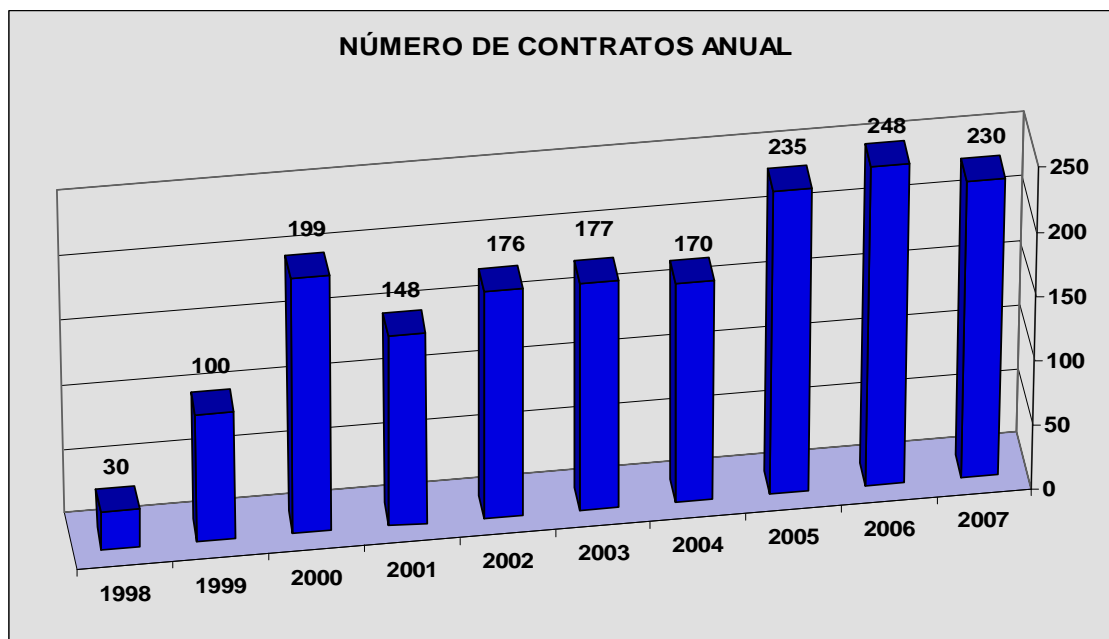


Figura 16 – Evolução do Programa de Estágios da FACESM (1998-2007)

Fonte: Elaborada pelo autor mediante dados obtidos no Programa de Estágios da FACESM em 10 jan 2009.

Esses sinalizadores são significativos para responder ao crescimento dos contemplados com o estágio, embora explicar essa curva positiva não seja a proposta deste trabalho. O Programa avançou muito desde seu início e mantém-se atento as tendências advindas do mundo do trabalho.

De acordo com o IBGE (2008), o crescimento da economia brasileira, medida pelo Produto Interno Bruto (PIB)⁴⁴, em 2006 atingiu 3,7%. Em 2007 o valor representou 5,4%. Em Itajubá essa realidade não ficou alheia a este fato. No período, os Programas de Estágios das universidades, em conjunto com o CIEE – Centro de Integração Empresa Escola – tem ganhado força, caracterizando-se como uma possibilidade de inserção no mercado de trabalho, adequando-se às tendências de precarização do trabalho.

⁴⁴ O PIB é a soma de todas as riquezas produzidas no país num determinado período, (IBGE, 2008).

5.2 ESPECIFICIDADES DAS PRINCIPAIS EMPRESAS CONTRATANTES

As ações do Programa buscam adequar-se às características das empresas conveniadas. A fim de elucidar o perfil de algumas das principais empresas contratantes de graduandos, o estudo mostra que no ramo de serviços, utilizando-se do CIEE, estão bancos comerciais, financeiras, Prefeituras, escritórios de contabilidade, pequenas empresas e escritórios administrativos de grandes lojas e magazines.

Entre as principais organizações industriais contratantes destacam-se: Cabelauto Brasil cabos para automóveis S.A., Cabelte Indústrias do Brasil S/A, Stabilus Ltda, Mahle Cofap Anéis S.A., AFL do Brasil Ltda., Alcoa Alumínio S/A, Delphi Automotive Systems do Brasil Ltda., Fania – Fabrica Nacional de Instrumentos para Auto Veículos Ltda, Areva do Brasil (produtora de equipamentos para setores de energia elétrica) e Helibras - Helicópteros do Brasil S/A.

A pesquisa não identificou convênios da FACESM com empresas do setor de agronegócios. Note-se que a microrregião possui pequenos municípios de economia rural, caracterizando-se pela agricultura familiar. Apesar da intensa produção, o setor não conta com destaque empresarial, não se adequando ao Programa de Estágios.

As Prefeituras e o comércio locais fazem uso freqüente do Programa de Estágio. O fato justifica-se não só pela minimização de custos, mas, também, pela qualificação dos estagiários, que são preparados para o enfrentamento de novas realidades, quer pela formação quer pela necessidade de inserção no mundo do trabalho, do capital e do consumo.

A tabela 6 mostra o comportamento do Programa de Estágios ao longo do período estudado. Observa-se que o **setor industrial** foi o que mais contratou graduandos da FACESM, com 792 inserções.

Setores da Economia de Itajubá	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	TOTAL
Empresas Industriais	22	51	131	73	94	94	75	77	87	88	792
Instituições Bancárias	4	3	23	21	10	12	17	12	13	12	127
CIEE/Prefeitura	0	19	14	21	35	25	33	56	63	58	324
Comércio e Outros	4	27	31	33	37	46	45	90	85	72	470
TOTAL	30	100	199	148	176	177	170	235	248	230	----
Renda Média Das Bolsas (R\$)	291	261	328	389	353	416	475	418	469	493	----

Tabela 6 – Setores da Economia de Itajubá que contratam Estagiários da FACESM (1998-2007)

Fonte: Elaborada pelo autor com dados obtidos do Programa de Estágios da FACESM em fev. 2009

As indústrias selecionam os graduandos que estão afinados com suas propostas de colocações, ou seja, nas áreas que demandam profissionais capacitados para o exercício das funções administrativo-produtivas, tais como controle da produção, logística, controladoria, financeiro-fiscal, RH – recursos humanos. Isso vem ao encontro com a formação dos graduandos da FACESM, uma vez que seus cursos estão em consonância com o setor de negócios empresarial da microrregião de Itajubá.

O período contratual no setor equivale, em média, a dois anos, renováveis conforme interesses das partes.

O contrato de estágio não é garantia de efetivação nas indústrias. Entretanto, o fato não desvaloriza o Programa, visto que o estágio não visa apenas a

efetivação, mas, principalmente, o desenvolvimento de competências e habilidades em situações práticas de aprendizagem, o que tem sido satisfatório para os estagiários.⁴⁵

O **setor bancário** contratou 127 estagiários, demonstrando a compatibilidade da formação dos graduandos da Instituição com esse mercado, devido às operações que demandam conhecimento administrativo financeiro.

O tempo de estágio no setor fica na casa dos dois anos, sujeitos à renovação de acordo com as necessidades e concordância das partes. Isso acontece, quando existe o interesse na efetivação do universitário pela instituição financeira contratante.

Da mesma forma, evidenciam-se os números do setor de **comércio e outros** que contrataram 470 graduandos como estagiários em suas administrações e negócios. Estes envolvem escritórios de contabilidade, magazines, supermercados, lojas, empreendimentos na área da saúde, dentre outros ramos.

Uma parceria do Programa de Estágios da FACESM com o **CIEE-MINAS**, articulou um convênio com a Prefeitura Municipal de Itajubá, com 314 contratações. Esses graduandos são absorvidos, via CIEE, nos setores da Administração Municipal como suporte auxiliar de gestão em suas secretarias, nos setores financeiro, administrativo-contábil, da saúde, de RH, do turismo, da receita fazendária do município e outros.

Nestes órgãos do município não existe a efetivação direta do estagiário, visto que as contratações efetivas se dão por concurso público. Desta forma, a contribuição de ambas as partes se concentra, por um lado, no aprendizado prático dos graduandos da FACESM, que recebem uma bolsa auxílio. Por outro, no apoio

⁴⁵ Essa afirmação merece aprofundamentos e estudos, o que não é de interesse à dissertação. Razão pela qual essa discussão poderá ser retomada em outra instância.

de graduandos preparados, inseridos como coadjuvantes, na gestão público-administrativa.

Há dados no Programa de Estágios remunerados da FACESM, denominados de empregabilidade dos graduandos, que demonstram que em parte considerável dos contratos ocorrem efetivação. No período de 2006-2007 o índice foi de 85%. O fato pode estar ligado à fase das políticas de expansão e desenvolvimento presentes na microrregião.

5.3 DEMANDAS DAS ORGANIZAÇÕES

A pesquisa identificou que a demanda das empresas conveniadas com o Programa da FACESM solicitam para seus quadros graduandos com perfil nas áreas de: administração geral, economia e contabilidade que envolve intermediações bancárias, negócios, finanças, controle fiscal, controladoria, compras, vendas, logística, etc.

Como mencionado anteriormente, o perfil sócio-econômico da microrregião conta também com pequenas cidades com características rurais, de agricultura familiar, que não procuram graduandos do Programa de Estágios da FACESM. O fato pode estar relacionado com o tipo de formação dos graduandos da instituição, que é voltada para o setor industrial e de serviços, que, por serem os mais organizados da economia industrial capitalista, demandam conhecimentos específicos.

Assim sendo, os documentos estudados constatam que Itajubá, cidade pólo da microrregião, absorve a maior parte dos graduandos do Programa. Outras cidades que compõem essa microrregião, embora com indústrias e setores econômicos passíveis de contratação, não aparecem no rol de contratantes inscritos

no Programa de Estágio. Exceção feita à Delphi Automotive Systems do Brasil Ltda., empresa que participa das iniciativas e ações da FACESM, mesmo estando sediada em Paraisópolis, cidade pertencente à microrregião.

Os recursos financeiros movimentados na relação empresa-Programa de Estágios, mostram-se em ascensão. O valor saltou de R\$ 8.724,00 em 1998, ano da criação do programa, para R\$ 113.342,00 em 2007 (figura 17). A média das bolsas variou de R\$ 291,00 a R\$ 493,00 no período analisado (figura 18).

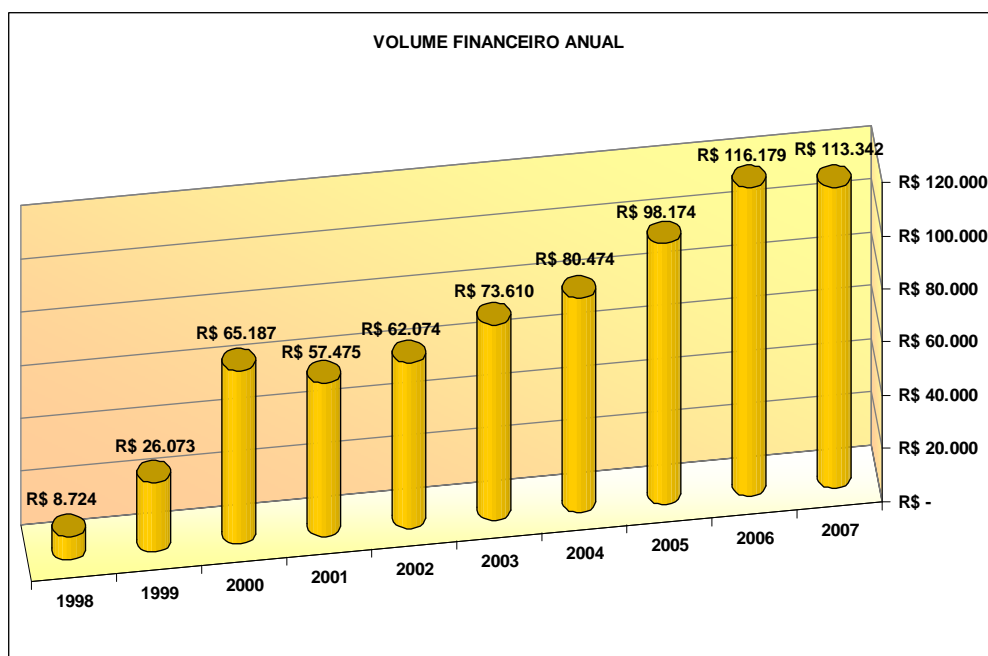


Figura 17 – Volume Financeiro anual das Bolsas dos Estagiários (R\$)

Fonte: Elaborada pelo autor mediante dados obtidos no Programa de Estágios da FACESM em 10 jan 2009.

Os valores anuais são consideráveis, levando-se em conta o número de alunos matriculados na instituição e os contratos firmados. Hoje o programa assume importância relevante na vida financeira da Faculdade. Nos anos de 2006 e 2007, 469 e 493 alunos, respectivamente, foram bolsistas do Programa, de um universo de aproximadamente 800 alunos matriculados.

Nesse sentido, os estagiários mantêm suas mensalidades em dia por conta dos valores percebidos, os quais quando não ultrapassam as prestações ficam bem próximos.

Os valores médios das bolsas recebidas pelos estagiários foram suficientes para quitar as mensalidades da FACESM, como exemplo, para o ano de 2007, o valor da mensalidade era de R\$ 440,00 e o montante médio da bolsa foi de R\$ 493,00. Abaixo, apresentam-se as médias dos valores das bolsas recebidas no correr dos anos de atividade do Programa.

Há de algum modo, uma valorização dessa ação de inserção dos jovens no mundo do trabalho, visto que a empresa contratada, a instituição intermediadora e o aluno, em maior ou menor escala, levam algum tipo de vantagem. Uma vez inseridos no mercado de trabalho, é com esse recurso, na maioria das vezes, que os graduandos pagam as mensalidades da faculdade.

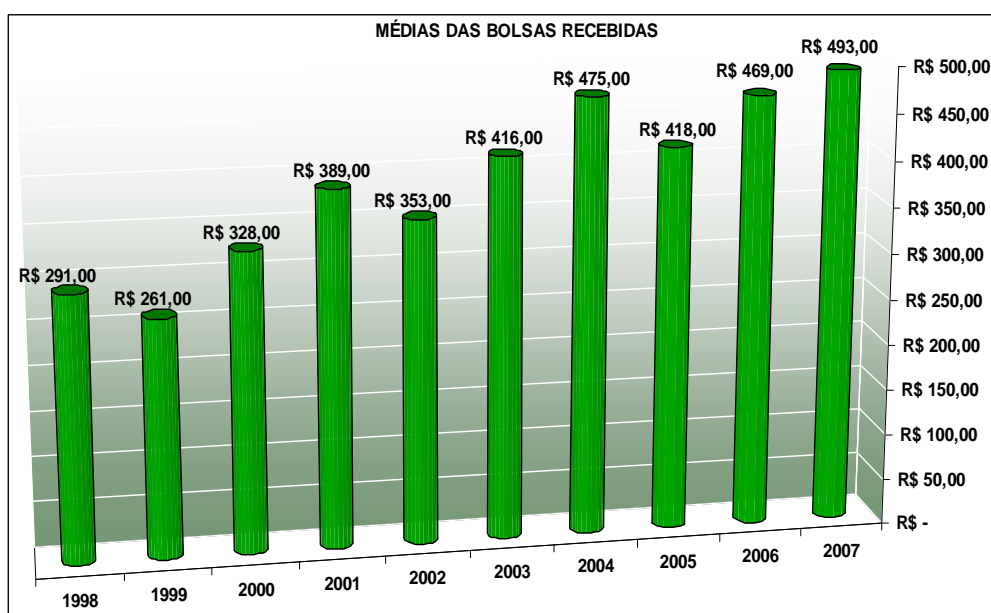


Figura 18 – Média anual das bolsas dos estágios (R\$)
Fonte: Elaboração do autor com dados obtidos no Programa de Estágios da FACESM em 2008 em 10 jan 2009.

Contempla-se uma interface entre conhecimento e aplicação em que se podem transferir as teorias adquiridas para as empresas contratantes.

Atualmente, na realidade, as empresas têm baixo investimento na formação de seus quadros, até porque, é uma tendência organizacional incentivar para que o investimento na formação profissional seja de exclusividade do indivíduo.

Neste contexto, ganha sentido e significado apresentar em quais condições financeiras se estabelecem os contratos de estágios remunerados, tudo dentro das tendências sócio-produtivas da atualidade. Donde se faz imprescindível falar da Lei do Estágio.

5.4 IMPLICAÇÕES PRÁTICAS DA LEI DO ESTÁGIO

A regulamentação legal de inserção dos educandos no mercado de trabalho por meio de estágios é essencial à discussão proposta. Este item trata dos dizeres principais da Lei Nº 11.788, de 25 de dezembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes, conhecida como Lei do Estágio, e sua orientação, pela FACESM, para o seu Programa de Estágio.

Observa-se, no Artigo 1º da Lei 11.788, que o estágio visa preparação dos jovens educandos, para o mercado de trabalho. A análise circunscreverá, somente, sobre o artigo 1º, e seus incisos, da referida lei. Em que pese ela ser posterior ao período de interesse da pesquisa, se constitui como confirmação de um conjunto de normativas amplamente em uso. A bem da verdade, essa Lei vem formatar as práticas vigentes em torno do estágio.

Lei 11.788/08 de 25 de setembro de 2008:

Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de

março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

No seu primeiro capítulo, abordam-se as diretrizes que se espera de um programa de estágios, no seguinte aspecto:

Art. 1º Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam freqüentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

§ 1º O estágio faz parte do projeto pedagógico do curso, além de integrar o itinerário formativo do educando

§ 2º O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

O estudo identificou que na FACESM há uma preocupação latente neste sentido, haja vista as ações contidas no Programa de Estágio, que trata da inserção de seus universitários no mercado de trabalho.

Por outro lado, o que se destaca, a posteriori, é que o Programa de Estágio trabalha, aparentemente, em consonância com a legislação vigente, não só porque consta de seu projeto pedagógico, mas pelas ações constantes de aumentar o rol de lugares para colocação de seus graduandos. Mesmo porque, internaliza, dentro de seu processo de ensino-aprendizagem, as regras do mundo do trabalho, do sistema produtivo e das estratégias de competências-habilidades necessárias à vida produtiva.

5.5 OS ESTAGIÁRIOS E O PROGRAMA DE ESTÁGIOS

Um dado importante a ser considerado é a idade dos bolsistas do estágio remunerado inscritos no programa ao longo dos anos. Tem ocorrido de modo

expressivo redução da média da idade dos interessados, como mostra a figura a seguir.

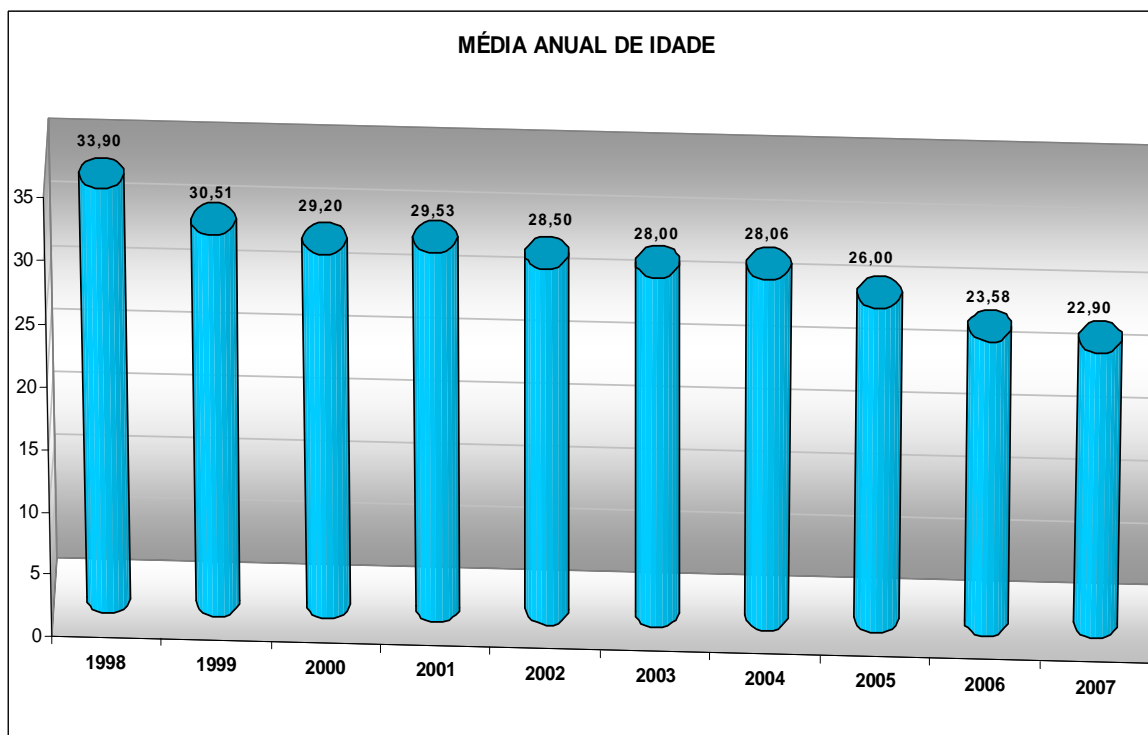


Figura 19 – Média das idades dos estagiários no período 1998-2007
Fonte: Elaboração do autor com dados obtidos no Programa de Estágios da FACESM em 10 jan 2009.

Essa curva descendente da idade média, demonstrada pelo gráfico anual da média da idade dos graduandos ingressantes no Programa de estágios, pode estar relacionada com o fato de que, a cada ano, é menor a faixa etária dos ingressantes na FACESM. Observa-se que em 1998 a média da idade dos estagiários era de 33,9 anos, caindo para 26,0, em 2005 e no ano de 2007, último ano da pesquisa, a média estava em 22,9 anos.

A entrada de um público mais jovem na faculdade, a partir dos dados sistematizados, traz uma perspectiva, a qual não pode ser desprezada, de que os jovens internalizam a idéia de que a educação é um caminho de possibilidades de inserção no mercado de trabalho e, por sua vez, a instituição vende bem essa idéia.

Outra perspectiva é a de que, hoje, com todas as dificuldades presentes na vida da pessoa, há maior acesso e possibilidade de se estudar.

Em que pese não ser o tema mencionado, objeto desta dissertação, cabe salientar que a redução da faixa etária tem modificado o perfil dos alunos da FACESM. A re-qualificação ou a melhor alocação no mercado do trabalho são interesses predominantes entre os adultos. Para os mais jovens, predomina a possibilidade de se prepararem para a competição estabelecida no mercado de trabalho.

De certa forma, há o acolhimento dos graduandos da FACESM no mundo do trabalho, em especial da microrregião de Itajubá. Com exceção do grupo CIEE/Prefeitura, no qual a efetivação está condicionada a concurso público, há a possibilidade de contratação ou mesmo de efetivação dos estagiários nas empresas contratantes, o que indica uma atuação direta do Programa na vida econômica laboral do estagiário.

A título de informação, a pesquisa da dissertação, com dados fornecidos pelo Programa de Estágios da FACESM (2008), mostra o comportamento das contratações de estagiários efetuadas no ano de 2006. A tabela 7 evidencia o volume dos contratos efetuados pelos quatro grupos de empresas contratantes de estagiários do Programa na microrregião de Itajubá.

CONTRATOS DE ESTAGIÁRIOS POR EMPRESAS NO ANO DE 2006												
2006												
MAHLE	BANCOS	CIEE/ PREFEITURA	AREVA	FACESM	ESCRITÓRIOS DE CONTABILIDADE	OUTRAS INDÚSTRIAS	ÁREA DA SAÚDE	DELPHI	COMÉRCIO/ OUTROS	HELBRAS	AFL	TOTAL
14	13	63	16	12	22	27	18	7	33	18	5	248
2007												
12	12	58	12	10	11	45	15	8	36	---	9	230

Tabela 7 – Contratos de estagiários por empresas do Programa de Estágios da FACESM em 2006 e 2007
 Fonte: Documento disponibilizado pelo Departamento do Programa de Estágios da FACESM em 10 fev. 2009

Observa-se maior absorção por parte do CIEE/Prefeitura, órgão conveniado com o Programa de Estágios, dado que as características administrativas das secretarias municipais se encaixam em elementos de negócios que, de certa forma, constituem perfil dos cursos da FACESM.

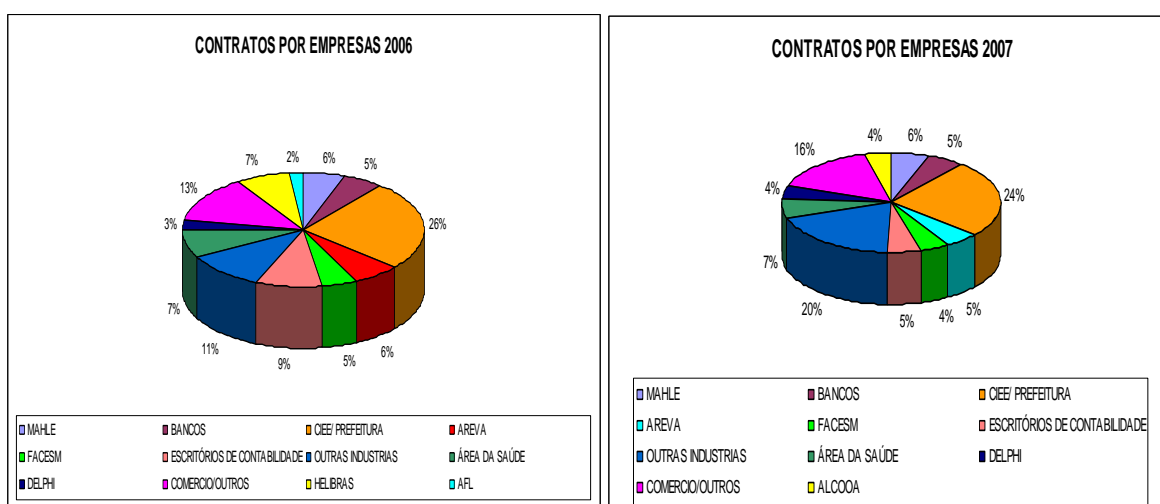


Figura 20 – Gráfico indicativo de empresas contratantes de graduandos do Programa de Estágios da FACESM em 2006 e 2007
 Fonte: Disponibilizada pelo Departamento do Programa de Estágios da FACESM em 10 fev. 2009⁴⁶

⁴⁶ Para melhor entendimento da leitura, as empresas mostradas acima, tabela 7 e figura 19, contratantes dos universitários do Programa de Estágios da Instituição correspondem aos quatro grupos setoriais exibidos no item 5.2 deste capítulo, a saber:

Os dados apresentados neste capítulo apontam várias possibilidades de análise e de entendimento. Duas delas ficaram explicitadas, pois apresentam-se antagônicas.

A primeira delas é a idéia de que o mundo do trabalho sofre interferências radicais na lógica organizacional e normativa do ideal do trabalho e como conseqüência todas as estruturas que o sustentam se adéquam as suas novas exigências.

Esse é o papel vocacional do Programa de Estágios da FACESM, tendo em vista que cria as condições de tentativa de inserção do jovem ao mercado de trabalho, enquanto uma das possibilidades de desenvolvimento humano e qualidade de vida.

Adéqua-se inclusive seu currículo e projeto pedagógico dentro das normas diretivas propostas pelos órgãos públicos competentes, uma vez que enxerga neles um caminho provável de transformação social, política e do sistema produtivo, este notadamente mais humanizado e socialmente responsável.

A segunda delas, de ordem mais reflexiva, a partir da perspectiva de Heloani (2003), entende-se que o processo de internacionalização da economia não é ingênuo e traz consigo um conjunto de conseqüências complexas que se resume na precarização do trabalho, na flexibilização dos contratos jurídicos e na multifuncionalidade da ativa produtiva.

Nesse quadro, os programas de estágios contemplam um aspecto da perversidade do capital, do capitalismo tecnológico e das novas exigências de inserção no mercado de trabalho.

i) empresas industriais, aquelas mais importantes, citadas anteriormente (Mahle, Areva, AFL/Alcoa, Delphi, Helibras entre outras), **ii) Instituições bancárias** (bancos); **iii) CIEE/prefeitura**; e **iv) comércio e outros** que envolvem (Facesm, escritórios de contabilidade, área de saúde).

Dessas tendências explicitadas não se desconhecem seus efeitos, mas, no caso específico do contexto socioeconômica da microrregião de Itajubá, o Programa de Estágios Remunerado se configura como condição indispensável, em especial aos jovens em fase de formação acadêmica, à inserção de melhor qualificação no mundo do trabalho. Pelo menos é o que revelam os dados coletados e sistematizados nesta dissertação.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve como objetivo geral estudar o Programa de Estágios da FACESM, sem perder de vista o impacto na geração de oportunidades no mercado de trabalho, a intencionalidade de política da instituição, contextualizada na realidade da microrregião de Itajubá.

Como estratégia para dar conta das pretensões desta pesquisa assumiu-se um caráter qualitativo na análise dos dados e no formato de estudo de caso. Assumiu-se, inclusive, uma proposta descritiva da realidade socioeconômica da microrregião, como suporte para se ter uma melhor leitura sobre o papel da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Sul de Minas, com relação ao seu programa de inserção de seus alunos, na condição de estagiários, junto ao mercado de trabalho.

Elaborou-se um quadro teórico não só para responder as questões e problematizações desencadeadas, mas, principalmente, para apontar as diferentes perspectivas sobre a concepção de desenvolvimento, de empregabilidade e de políticas de geração de empregos.

Como consequência, buscou-se aproximar uma discussão macroeconômica da realidade microeconômica de Itajubá, levando em consideração a formação profissional, experiência no mundo do trabalho e as exigências das sociedades tecnológicas no sistema produtivo local.

Constatou-se que as tendências, com base nas indicações da Organização Internacional do Trabalho, Fundação João Pinheiro e nas sugestões de Amartya Sen (2000), do desenvolvimento só ganha sentido quando ele promove responsabilidades sociais, cuja centralidade se dá, dentro da lógica da sociedade,

pelo acesso ao trabalho como uma das instâncias de qualidade de vida e dignidade humana.

No que tange ao acesso ao trabalho, viu-se por bem enfatizar o perfil socioeconômico da microrregião de Itajubá, explicitando sua realidade, a qual se mostrou em franco desenvolvimento, porém, com poucas possibilidades de acolhida maciça de jovens sem qualificação no mercado de trabalho.

Em seus dez anos de atividade, o Programa de Estágios remunerados da FACESM se institucionalizou, a partir de uma leitura sobre o desenvolvimento da microrregião e das parcerias com o poder público e iniciativa privada, como uma instância necessária de qualificação de graduandos, tudo dentro das exigências atuais.

Não se nega que a lógica organizacional, em tempos de internacionalização da economia, inscreve-se na busca de maiores metas e resultados de suas atividades econômicas, o que gera novas formas de exploração. Por outro lado, no caso da microrregião de Itajubá, em que pese essa lógica estar também presente, ela ganha outro sentido, uma vez que as carências da microrregião impõem ao estágio remunerado uma alternativa de empregabilidade.

Os dados mostram que no período de 1998-2007 houve uma crescente oferta de estágios, capturada não só pelas atividades do Programa ou pela necessidade de mão-de-obra, mas, essencialmente, pelos interesses dos jovens em buscar melhor colocação de trabalho formal.

Implica dizer que a microrregião de Itajubá tem uma vocação rural e que começa significativamente a ampliar seu parque industrial, o que leva a uma constante exigência de qualificação da mão-de-obra e de prestadores de serviços. Não há, grosso modo, instância de formação mais expressiva do que o ensino do 3º

grau e seus programas, independentes de intencionalidade, para contribuir para os arranjos requeridos pelo sistema sócio-produtivo.

Esta pesquisa limitou-se à leitura do Programa de Estágios da FACESM. Não se desconhece, quando da sistematização dos dados institucionais, que a intencionalidade deste Programa está comprometida e atrelada aos valores de qualidade, de competência e de habilidades requeridas pelo mercado.

Na sobreposição de seus documentos norteadores à Lei de Estágio, observou-se que existe uma interface de correspondência. Essa correspondência ganha relevância quando se pensa no significado do trabalho em nossa sociedade. Sabe-se que a precarização do trabalho e o barateamento da mão-de-obra é que traz o aumento da competitividade dos produtos e a necessidade da “ressignificação” da formação do trabalhador, dentro dos princípios de qualificação.

A instituição não oculta que suas perspectivas circunscrevem-se à aproximação de suas práticas com essas tendências. O fato inovador é que a expansão industrial, identificada pelo Programa, apresenta-se como uma das possibilidades efetivas de trabalho, de prestação de serviços e de organização de atividades que gerem renda.

Nesse sentido, as propostas do Programa de Estágios Remunerados da FACESM se constituem como um caminho, em especial ao jovem itajubense, de inserção no mercado de trabalho. Na linha de raciocínio das exposições de motivos do Programa de Estágio estudado, o desenvolvimento é, pois, uma oportunidade de promoção da dignidade humana, por intermédio de um acesso qualificado ao sistema produtivo.

Constatou-se que a demanda por contratação de estagiários da FACESM adveio, em sua maioria, das empresas industriais, seguida pelo CIEE/Prefeitura, do

comércio/outros e instituições bancárias, respectivamente. Isso demonstra que o novo processo industrial capitalista minimiza o uso da força de trabalho e, passa a fazer uso, em face das tecnologias e informações, de mão-de-obra com qualificação. Entende-se aqui por qualificação o domínio das novas linguagens empresariais.

Este trabalho, longe de responder todas as questões que se desdobraram no transcurso da pesquisa, teve a pretensão de mostrar que a microrregião de Itajubá tem especificidades e particularidades que nem sempre são absorvidas pelo Programa de Estágios. No entanto, o Programa não absorve essas especialidades e particularidades, uma vez que se encontra envolvido com as intencionalidades do mercado.

Mas, partindo do pressuposto de que a função da Faculdade passa pela qualificação da mão-de-obra e que a carência da microrregião requer esforços na formação adequada do trabalhador, esta cumpre seu papel social com responsabilidade.

Vale ressaltar que esta pesquisa não teve a preocupação de responder questões para além dos objetivos aqui propostos. Tão pouco, a pretensão de esgotar o tema, mas de abrir portas de discussão que privilegiassem o desenvolvimento local. Portanto, fica, em aberto outros estudos que dêem conta de aspectos não abordados neste trabalho.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, L. **Desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho e suas implicações**. Relatório do Seminário de “Políticas Geral de Emprego: Necessidades, Opções, Prioridades”. Organização Internacional do Trabalho (OIT), Brasília 2004.

ANTUNES,R. **As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital**. Educ. Soc., Campinas, vol. 25, n.87, p. 335-351, 2004. Disponível em <http://WWW.cedes.unicamp.br>. Acesso em set 2008.

Anuário Estatístico de Minas Gerais. **Perfil Demográfico do Estado de Minas Gerais: 2000-2001**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estatística e Informações, v. 9, 2002. (Disponível em: <<HTTP://www.fjp.gov.br>>). Acesso em 30/08/08.

ARAUJO Jr, A. F. **Raízes Econômicas da Criminalidade Violenta no Brasil: um estudo usando micro dados e pseudo-painel - 1981/1996**. Revista de Economia e Administração, v.1, n.3, 2002.

ARBIX G. **Estratégias de desenvolvimento e emprego: Reflexões em memória de Celso Furtado**. Relatório do Seminário de “Políticas Geral de Emprego: Necessidades, Opções, Prioridades”. Organização Internacional do Trabalho (OIT), Brasília 2004.

ASSUNÇÃO, J. **Brazilian Youth at Risk: Estimating the Costs of Not Preventing Risky Behavior**. Mimeo 2005.

BALANÇO ANUAL. **O mercado de trabalhona região metropolitana de Belo Horizonte: 1996 a 2000**. PED/RMBH Informe especial, 2001.

BARROS, R P.; SANTOS, Eleonora. **Conseqüências de longo prazo do trabalho precoce**. Rio de Janeiro: IPEA, jul. 1991. (Relatório interno, 6).

BARROS, R.P.; HENRIQUES, M; MENDONÇA, R. **A Estabilidade Inaceitável: Desigualdade e Pobreza no Brasil**. In: Henriques, R. (org.). Desigualdade e Pobreza no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

BERCOVICH, A.; Madeira, F. **Descontinuidades Demográficas No Brasil e no Estado de São Paulo**. Anais Encontro Nacional da ABEP, 1990.

BERCOVICH, A.; MASSÉ, G. **Descontinuidades Demográficas, onda jovem e mercado de trabalho: uma comparação entre Brasil e Argentina.** Trabalho apresentado no I Congresso da Associação Latino Americana de População, ALAP, realizado em Caxambú-MG – Brasil, de 18 a 20 de Setembro de 2004.

BERZOINI, R. **Estratégias de desenvolvimento e emprego: Reflexões em memória de Celso Furtado.** Relatório do Seminário de “Políticas Geral de Emprego: Necessidades, Opções, Prioridades”. Organização Internacional do Trabalho (OIT), Brasília 2004.

Bilchik, S. **Juvenile Justice Bulletin.** (Department of Justice: Washington, DC) 1998.

BRESCIANI, L. P. **Desenvolvimento econômico com emprego e inclusão social: A experiência de Santo André S.P.** Relatório do Seminário de “Políticas Geral de Emprego: Necessidades, Opções, Prioridades”. Organização Internacional do Trabalho (OIT), Brasília 2004.

CENTRO DE INTEGRAÇÃO ESCOLA-EMPRESA – **Centro de Integração Empresa-Escola de MINAS Gerais.** Portal do CIEE-Minas Institucional, 2008.
Sede de Belo Horizonte MG. Disponível em <http://www.cieeminas.org.br/portal/institucional/mapa.asp>. Acesso em 10 fev. 2009.

CENTRO DE PRODUÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE INFORMAÇÕES - CPRO/SEE. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP/MEC 2006. **Sistema de Gestão do INDI: Mon Perfis Microrregião Itajubá.** Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais – INDI (2007). Disponível em <http://www.indi.mg.gov.br/> acesso em 30 de agosto de 2008.

CIFUENTES, R. **Necessidades e prioridades do ponto de vista do Sistema Nacional de Emprego.** Relatório do Seminário de “Políticas Geral de Emprego: Necessidades, Opções, Prioridades”. Organização Internacional do Trabalho (OIT), Brasília 2004.

CLARK, R.M. **Critical Factors in Why Disadvantaged Children Succeed or Fail in School.** (Academy for Educational Development: Nova York) 1988.

COSTA, A. J. D. e GRAF, M. E. C. **Estratégias de desenvolvimento urbano e regional.** Curitiba: Juruá Editora, 2004.

DIEESE. **Pesquisa de emprego e desemprego**. Brasília, 2006.

DOMINGOS, Guilherme Afif. **Contra o apagão profissional**. Digesto econômico, Associação Comercial de São Paulo. jul-ago 2007 p. 6-13.

DRUCKER, P. F. **The changed world economy**. In. P. F. Drucker (ED), the frontier of management (pp. 21-49). New York: E. P. Dutton. 1986.

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS DO SUL DE MINAS. **Conheça a FACESM**. Disponível em <http://www.facesm.br>. Acesso em set 2008.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS – INSTITUTO EUVALDO LODI – FIEMG/IEL. Disponível em <http://www.fiemg.com.br>. acesso em set. 2008.

FLORI, Priscilla Matias. **Desemprego de jovens no Brasil**. IN: Encontro Nacional de Estudos do Trabalho - IX, 2005, Recife. Anais...Recife: ABET,2005.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Sistema de Gestão do INDI: Mon Perfis Microrregião Itajubá**. Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais – INDI (2007). Disponível em <http://www.indi.mg.gov.br/>. Acesso em 30 de agosto de 2008.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**. Rio de Janeiro: IBGE, 1998. Microdados on CD-ROM.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO - FJP CENTRO DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES – CEI. **Sistema de Gestão do INDI: Mon Perfis Microrregião Itajubá**. Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais – INDI (2007). Disponível em <http://www.indi.mg.gov.br/>. Acesso em 30 de agosto de 2008.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO - **Perfil Demográfico do Estado de Minas Gerais 2000**.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Centro de Estatística e Informações CEI**- Belo Horizonte, 2003. 111p.: il. . (Disponível em: <<HTTP://www.fjp.gov.br>>). Acesso em ago/08.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO- FJP- **Perfil de Minas Gerais, 2007**. Fundação João Pinheiro. 11 ed. – Belo Horizonte: Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração – CBMM, 2008. 336p.:il. (Disponível em: <[HTTP://www.fjp.gov.br](http://www.fjp.gov.br)>). Acesso em 30/08/08.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **A evolução do emprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte**. Belo Horizonte, 1999.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. CENTRO DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES. **Perfil demográfico do estado de Minas Gerais**. Belo Horizonte, 1998. 2v. (Disponível em: <[HTTP://www.fjp.gov.br](http://www.fjp.gov.br)>). Acesso em 30/ago/08.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FURTADO, Celso. **O capitalismo global**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

FURTADO, Celso. **Raízes do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GOLGHER, A e ARAUJO Jr, A. **Estação Trabalho**, relatório interno da Superintendência de Trabalho e Renda da Secretária de Desenvolvimento Social e Esportes do Governo do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, maio de 2003.

GOVERNO FEDERAL. **Lei do Estágio 11.788/2008**, Brasília 2008

GUIMARÃES, N. **Intermediação pública de emprego e a dinâmica econômica local: reflexões a partir do caso da região metropolitana de São Paulo**. Relatório do Seminário de “Políticas Geral de Emprego: Necessidades, Opções, Prioridades”. Organização Internacional do Trabalho (OIT), Brasília 2004.

HELOANI, R. **Gestão e organização no capitalismo globalizado**. São Paulo, editora Atlas, 2003.

HOBSBAWM, E. **A Era dos Extremos: o breve século XX 1914-1991**. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

IBGE (RJ). **Síntese dos indicadores sociais** - 2000. Rio de Janeiro, 2001 (IBGE. Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica, 2005).

IBGE (RJ). **Tabulação avançada do censo demográfico – resultados preliminares da amostra** - 2000. Rio de Janeiro, 2002.

IBGE. **Cadastro Central de Empresas** IBGE, 2003.

IBGE/PNAD. **Micro-dados da Pesquisa por Amostra de Domicílios – PNAD nos anos de 1993 e 2001.**

IBGE/PNAD. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD diversos anos.**

IBGE/PNAD. **Tabulações Especiais.** Amostra não expandida de 6.162 indivíduos com primeiro grau e 2.236 com segundo grau de escolaridade IBGE 1996.

INFORMATIVO CEI: **demografia – Minas Gerais e suas regiões de planejamento: crescimento populacional e distribuição espacial.** Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estatística e Informações, dez., 2002. (Disponível em: <<http://www.fjp.gov.br>>), acesso em ago de 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE - **CENSO DEMOGRÁFICO – 1991: resultados do universo relativos às características da população e dos domicílios.** Rio de Janeiro: IBGE, n. 18, 1991. . (Disponível em: <[HTTP://www.fjp.gov.br](http://www.fjp.gov.br)>), acesso em 30/08/08.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE - **CENSO DEMOGRÁFICO – 2000: características da população e dos domicílios - resultados** do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. . (Disponível em: <[HTTP://www.fjp.gov.br](http://www.fjp.gov.br)>). Acesso em ago 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE), **Diretoria de Pesquisas**, Coordenação de Contas Nacionais 2004.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE MINAS GERAIS – INDI. **Sistema de Gestão do INDI: Mon Perfis Microrregião Itajubá.** INDI 2007. (disponível em: <[HTTP://www.indi.mg.gov.br](http://www.indi.mg.gov.br)>). Acesso em ago 2008.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE MINAS GERAIS – INDI. **O estado de Minas Gerais com crescimento sem fronteiras**. INDI (2008, p.1). Disponível em <http://www.indi.mg.gov.br/>. Acesso em ago 2008.

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS APLICADAS – IGA, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Sistema de Gestão do INDI: Mon Perfis Microrregião**. Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais – INDI (2007). Disponível em <http://www.indi.mg.gov.br/>. Acesso em 30 de agosto de 2008.

INSTITUTO ETHOS. **Trabalho e** IBGE/PNAD. **Tabulações Especiais**. Amostra não expandida de 6.162 **Contribuição Social**. Disponível em <http://institutoethos.com.br>. Acesso em nov.2006.

KASSOUF, A. N. **Trabalho infantil**. In: LISBOA, M. B.; MENEZES-FILHO, N. A. (Orgs.). *Microeconomia e sociedade no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

LEI DO ESTÁGIO Nº 11788. **Nova Lei do estágio**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11788.htm. Acesso em 10 nov. 2008.

LAM, D. **Intergenerational educational mobility in Brazil**. In: *Labor Market Roots of Poverty and Inequality in Brazil*. [s.l.]: IPEA, 1992.

LOPES, C. **Estratégias de desenvolvimento e emprego: Reflexões em memória de Celso Furtado**. Relatório do Seminário de “Políticas Geral de Emprego: Necessidades, Opções, Prioridades”. Organização Internacional do Trabalho (OIT), Brasília 2004.

MAHLE, Componentes de Motores do Brasil Ltda. **Balanco social**. Elaboração Observatório Social, 2003. Disponível em: [HTTP://www.observatoriosocial.org.br/arquivos_biblioteca/conteúdo/1878malherel_dez2005port.pdf](http://www.observatoriosocial.org.br/arquivos_biblioteca/conteúdo/1878malherel_dez2005port.pdf). Acesso em 10 fev. 2009.

MENEZES-FILHO, N.; FERNANDES, R.; PICHETTI, P.; NARITA, R. **The choice between school and work in Latin América**. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 28., [s.l.], 2000. *Anais...* [s.l.]: ANPEC, 2000.

MENEZES-FILHO, N.A. (orgs.), *Microeconomia e Sociedade no Brasil*. Contra Capa/FGV-EPGE, 2001.

MENEZES-FILHO, N.A. **Educação e Desigualdade**. In: LISBOA, M.B e (Orgs.). *Microeconomia e sociedade no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

MINARELLI, José Augusto. **Empregabilidade: o caminho das pedras**. São Paulo: Editora Gente, 1995.

MUNIZ, J.O. **As Descontinuidades Demográficas Exercem Efeito sobre o Mercado de Trabalho Metropolitano dos Jovens?** Anais Encontro Nacional da ABEP, 2002.

NERI, M. **Primeiro Emprego ou segunda bolsa escola?** Jornal Valor Econômico, 2003.

OLIVEIRA, C.A.B. **Formação do mercado de trabalho no Brasil**. Economia & Trabalho: textos básicos. Instituto de economia da Unicamp, 1998. p.113.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **A OIT e o emprego de jovens**. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/pdf> acesso em 15 nov.2007.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Fórum nacional jovem século XXI: educação, formação profissional& empregabilidade**. Brasília: (mimeo), dez.1999.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Juventude e Trabalho Decente**. Resumo executivo, Brasília, <http://www.oitbrasil.org.br/pdf>, p. 1-17.. OIT, 2007, p. 1-17. Acesso em 15 nov. 2007

PASTORE, J. **Consolidação das Leis do trabalho ou do emprego**. Revista Digesto Econômico, Associação Comercial de São Paulo. Jul-ago 2007 p. 18-21.

PEREIRA, A. **Política geral de emprego no âmbito da Agenda Nacional de Trabalho Decente**. Relatório do Seminário de “Políticas Geral de Emprego: Necessidades, Opções, Prioridades”. Organização Internacional do Trabalho (OIT), Brasília 2004.

PEREIRA, J. M. **Economia brasileira: governabilidade e políticas de austeridades, dimensões macroeconômicas, desigualdades socioeconômicas**. São Paulo: Atlas, 2003.

PEREIRA, L.C.B. **As teorias do subdesenvolvimento**. Economia brasileira – uma introdução crítica. 8ª edição, brasiliense, 1986.

PIMENTA, C.A.M. **Juventude, violência e políticas públicas**. Revista Espaço Acadêmico – Nº 75 – agosto/2007 – ano VII. UNITAU – SP.

POCHMAN, M. **Relevância da experiência internacional para o caso brasileiro**. Relatório do Seminário de “Políticas Geral de Emprego: Necessidades, Opções, Prioridades”. Organização Internacional do Trabalho (OIT), Brasília 2004.

POCHMAN, Marcio. **Inserção ocupacional e o emprego dos jovens**. São Paulo: Makron Books, 2000.

_____. **A batalha pelo primeiro emprego: a situação atual dos jovens e as perspectivas no mercado de trabalho brasileiro**. São Paulo: Publisher, 2000.

_____. **Desafios e limites das políticas de emprego dos jovens**. São Paulo: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade, **Violência Emigração Internacional na Juventude**, São Paulo, Março de 2002.

PSACHARAPOULOS, George et al. **Poverty and income distribution in Latin America: the story of the 1980's**. Washington D. C.: *The World Bank, Dec. 1992. (Regional Studies Program, Report, 27)*.

RAMOS, L. **Educação, desigualdade de renda e ciclo econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, jul. 1991. (Texto para discussão, 219).

RELATÓRIO DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO **Trabalho Decente e Juventude na América Latina Brasília**. Organização Internacional do Trabalho, 2007 (OIT, 2007, p.13).

RIOS-NETO, E & GOLGHER, A. **A oferta de trabalho dos jovens – tendências e perspectivas**. Mercado de Trabalho - Conjuntura e Análise, n. 21, fev., 2003.

ROCHA, S. **Trabalho precoce: realidade social e desafio de política pública**. Nova Economia, Belo Horizonte, 13 (2) – 61-80 – julho-dezembro de 2003.

SACHS, I. **Estratégias e políticas de geração de emprego**. Relatório do Seminário de “Políticas Geral de Emprego: Necessidades, Opções, Prioridades”. Organização Internacional do Trabalho (OIT), Brasília 2004.

SANTOS, E.A Dos. **Estratégias de desenvolvimento e emprego: Reflexões em memória de Celso Furtado**. Relatório do Seminário de “Políticas Geral de Emprego: Necessidades, Opções, Prioridades”. Organização Internacional do Trabalho (OIT), Brasília 2004.

SATCHER, D. **Youth Violence: A Report of the Surgeon General**. (Department of Health and Human Services: Washington, DC) 2001.

SCHINKE, S. **Thirty-month Impact Assessment of Project Learn** (Columbia University School of Social Work: Nova York) 2000.

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEF/MG. **Sistema de Gestão do INDI: Mon Perfis Microrregião Itajubá**. Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais – INDI (2007). Disponível em <http://www.indi.mg.gov.br/> acesso em 30/08/08.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo, editora Companhia das Letras, 2000.

SILVA, N.D.V. e KASSOUF, A.L. **O Trabalho e a Escolaridade dos Brasileiros Jovens**. Mimeo, 2002.

SIMMMEI, Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e De Material Elétrico de Itajubá. **Empresas afiliadas em Itajubá – MG em 2008**. Disponível em http://www.simmmei.com.br/simmmei_empresas.htm. Acesso em 10 fev. 2009.

SIQUEIRA, Jack. **Planejamento e desenvolvimento em Minas**. Belo Horizonte, Armazém de Idéias, 2001.

SOMAVIA, 2007. **Juventude e trabalho decente**. OIT, Brasília. Disponível em <http://www.oit.brasil.org.br/pdf>. Acesso em out. 2008.

SOUZA, NÍCIA, R. M. **A inserção dos jovens no mercado de trabalho**. Fundação João Pinheiro, Centro de Estatística e Informações, 2001, p. 25-42.

SOUZA, C. M., OLIVEIRA, E. A. A. Q. e CARNIELLO, M. F. **Estudos de gestão e desenvolvimento regional**. São Paulo: Oficina de livros, 2008.

TELES, J. FREGUGLIA, R. CARVALHO, Fabrício F. **Juventude e mercado de trabalho no Rio de Janeiro e em Minas Gerais**. Revista Econômica, v. 4 n. 2, p. 223-250, dezembro 2002 – impressa em dezembro 2003.

TODESCHINI, R. **Combate ao desemprego juvenil no Brasil: a proposta do Ministério do Trabalho e Emprego**. Mercado de Trabalho - Conjuntura e Análise, n existentes, 19,5 milhões (72%) são sem empregados. No Brasil, segundo os dados do Cadastro Central de Empresas (IBGE, 2003),.21, fev., 2003.

WAGNER, J. **Estratégias de desenvolvimento e emprego: Reflexões em memória de Celso Furtado**. Relatório do Seminário de “Políticas Geral de Emprego: Necessidades, Opções, Prioridades”. Organização Internacional do Trabalho (OIT), Brasília 2004.

WAISELFISZ 2004. **Mapa da Violência IV: os jovens do Brasil. Juventude, Violência e Cidadania**. realizado pela Unesco Brasil, órgão vinculado às Nações Unidas (ONU), cujos dados utilizados foram extraídos do IBGE e do Ministério da Saúde 2004.

WAISELFISZ 2007. **Mapa da Violência dos municípios brasileiros**. Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, ciência e a cultura, OIE, 1ª Ed., Brasília/DF, 2007. Disponível em www.oie.org.br. Acesso em out 2008.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos** / Robert K. Yin; trad. Daniel Grassi – 2. ed. – Porto Alegre: Bookman, 2001, várias pag.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)